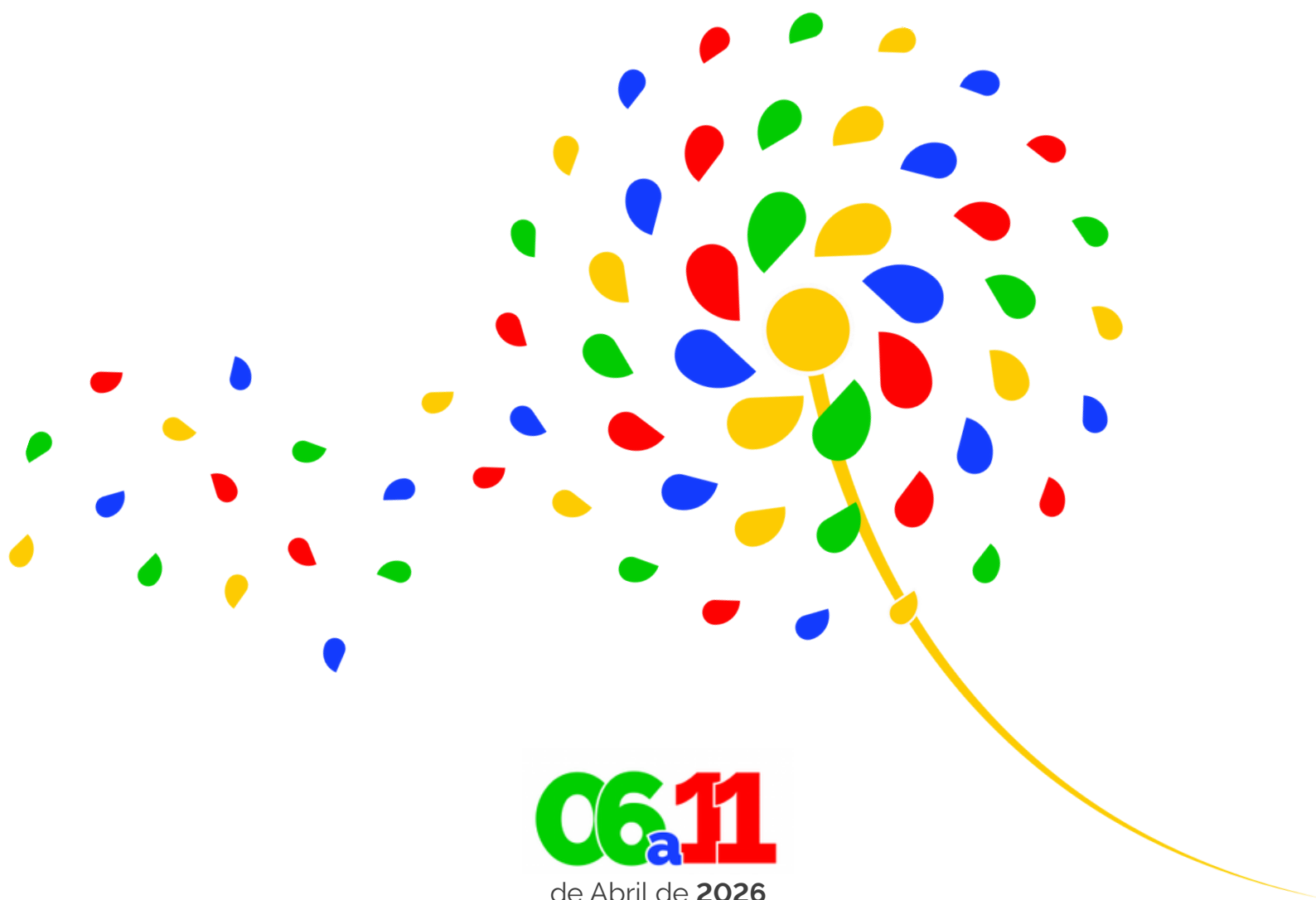


ANAIIS

**II Encontro Nacional de Educação em
Direitos Humanos e Diversidades**
com Profissionais da Educação Básica
Educação Midiática nas Escolas

CARTAS PEDAGÓGICAS



06^a11

de Abril de **2026**
Uberlândia - MG

REALIZAÇÃO:

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO - MEC

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA, ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E
ADULTOS, DIVERSIDADE E INCLUSÃO - SECADI

COORDENAÇÃO-GERAL DE POLÍTICAS EDUCACIONAIS EM DIREITOS HUMANOS -
CGDH

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA - UFU

INSTITUTO DE GEOGRAFIA, GEOCIÊNCIAS E SAÚDE COLETIVA - IGESC

CURSO DE APERFEIÇOAMENTO EM EDUCAÇÃO MIDIÁTICA PARA A PROMOÇÃO E DEFESA
DOS DIREITOS HUMANOS E DIVERSIDADES

PARCERIA:

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA - SECOM

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - UNB

PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO E CULTURA - PROEXC/UFU

CENTRO DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA - CEAD/UFU

FUNDAÇÃO DE APOIO UNIVERSITÁRIO - FAU

II Encontro Nacional de Educação em Direitos Humanos e Diversidades com Profissionais da Educação Básica Educação Midiática nas Escolas

Coordenação Geral:

Glaucia Carvalho Gomes
Marlei José de Souza Dias
Valéria Maria Rodrigues

Comissão Científica:

Ana Angélica Belório
Glaucia Gomes de Carvalho
Isabela Cazarini do Prado
Marlei José de Souza Dias
Regina Nascimento Silva
Valeria Maria Rodrigues

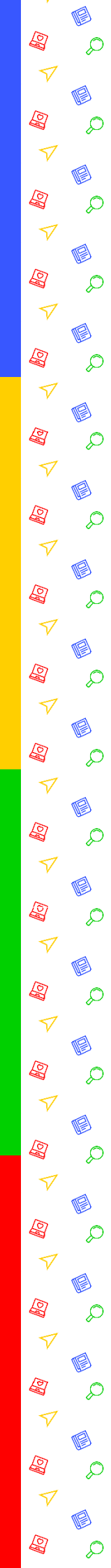
Comissão Organizadora:

Alison Nascimento Teixeira
Ana Angélica Belório
Darcus Ferreira Lisboa Oliveira
Durval Saturnino Cardoso de Paula
Fernanda Ferreira Genaro
Gabriel da Ribeira Ballador
Glaucia Gomes de Carvalho
Gustavo Bruno do Vale
Isabela Cazarini do Prado
Ivanielly Aparecida de Oliveira
Karen Regina Silva Costa
Marlei José de Souza Dias
Melina Rosa Gomes
Nasser de Freitas Pena
Nathalia Lima Pereira Brigatto
Otaviano Ferreira Guimarães
Regina Nascimento Silva
Sarah Mendonça de Araújo
Tamiris Santos de Camargo
Valeria Maria Rodrigues

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

E56	Encontro Nacional de Educação em Direitos Humanos e Diversidades com Profissionais da Educação Básica (2 : 2026 : Uberlândia/MG) Anais do Encontro Nacional de Educação em Direitos Humanos e Diversidades com Profissionais da Educação Básica [recurso eletrônico] : cartas pedagógicas / organização de Gláucia Carvalho Gomes, Marlei José de Souza Dias, Regina Nascimento Silva, Valéria Maria Rodrigues. -- Uberlândia : PROEXC/UFU, 2026. 118 p. ISBN: 978-65-6172-018-2 1. Educação em Direitos Humanos. 2. Educação Midiática. 3. Diversidade. I. Gomes, Gláucia Carvalho (Org.). II. Dias, Marlei José de Souza (Org.). III. Silva, Regina Nascimento (Org.). IV. Rodrigues, Valéria Maria (Org.). V. Título. CDU: 37:342.7
-----	--

Bruna dos Santos Pinheiro
Bibliotecário(a)-Documentalista - CRB-6/3805

A vertical bar on the left side of the page, composed of blue, yellow, and red segments. It is decorated with a repeating pattern of small, colorful icons: a red square with a white 'X', a yellow triangle, a blue square with a white 'X', and a green magnifying glass.

SUMÁRIO

Educação midiática e direitos humanos: reflexões a partir da tutoria em formação docente..... 8

Adriane Duarte Amorim Costa

Alunado com “Síndrome do Amor” em face das novas tecnologias no contexto educacional da educação infantil – expectativas.....10

Alciane Tavares

Da alienação ao esperançar: educação midiática como prática emancipadora na escola pública..... 14

Alex Almeida Braz

Parem de nos matar: reflexões sobre a violência de gênero na escola..... 17

Alinne Grazielle Neves Costa

Educação midiática, literatura e cidadania: círculos pedagógicos com RPG digital na EJA 20

Anderson da Silva Santos

Educação midiática, direitos humanos e justiça digital: desafios para a proteção de crianças e adolescentes na Amazônia.....23

Ariane Correa Campelo

Educação midiática como caminho para a defesa dos direitos humanos e das diversidades.....27

Carlionete Costa do Nascimento

Ações institucionais e pedagógicas voltadas à inclusão midiática infantojuvenil negra..... 30

Cristino Cesário Rocha

Formar para transformar Catu: mídia, direitos humanos e educação profissional35

Deivison Trindade dos Santos

Educação midiática, direitos humanos e escola pública: reflexões a partir de Valparaíso de Goiás.....38

Denner Barbosa Cury

Supressão de celulares e mutação social: desafios à aprendizagem e à cidadania digital infantojuvenil.....42

Diana Jacob Damasceno

Voices que educam: textos orais e a formação para direitos humanos na infância	45
---	-----------

Evelyn Andrade Marinho

Os educadores da educação infantil e o esperar na educação midiática	48
--	-----------

Flávia de Andrade Viveiros Quadrelli

Olhar, questionar e transformar: caminhos da educação midiática	50
--	-----------

Gabriela Aparecida Borges Rodrigues

Lugar de criança é brincando fora das telas.....	52
---	-----------

Gilsa de Oliveira Mendonça

Do papel à prática: o caminho da implementação da educação midiática para a promoção e defesa dos direitos humanos e diversidades	54
--	-----------

Jarmison Silva Odilon

Educação profissional na era digital: inclusão e direitos humanos como fundamento formativo.....	58
---	-----------

Jefferson Greiki da Silva Oliveira

Da leitura do mundo à leitura das mídias: um olhar freiriano sobre a educação contemporânea	61
--	-----------

Kelly Chrystine Guedes Levy

Escutar as crianças: reconhecer a infância como sujeito de direitos.....	64
---	-----------

Marceliza da Luz Miranda Larocca

Trajetória formativa de uma investigadora ativa em prol da cultura da educação como direito humano	66
---	-----------

Maria Aparecida Vieira de Melo

Infâncias protegidas entre vínculos, mídias e direitos humanos	71
---	-----------

Maria das Graças de Lima Souza Santos

Tecendo identidades: educomunicação como pedagogia do afeto e resistência	74
--	-----------

Maria Silvia Ferreira Alves de Oliveira

Educação midiática, leitura crítica e direitos humanos: reflexões pedagógicas para uma escola mais democrática.....	77
--	-----------

Marinete Izidorio Pereira Oliveira

Quando os sonhos desafiam o impossível: tecnologia, educação midiática e direitos humanos	80
--	-----------

Mary Delane Gomes de Santana

O *graffiti* e a arte enquanto estratégias e práticas de autorreflexão: educação midiática e direitos humanos83

Moises Amorim Peres Martin

Escola de Egressos: construindo alianças entre a sala de aula, a comunidade e a universidade..... 86

Osmarina Guimarães de Lima

Comunicação e direitos humanos integrados à Geografia..... 90

Raimundo Jerusalém Marques Mota

Exortar a autonomia da consciência humana para a educação midiática em direitos humanos93

Raimundo Nonato de Souza Filho

Carta pedagógica: educação midiática, direitos humanos e escuta pedagógica no cotidiano escolar.....97

Rainei Rodrigues Jadejiski

Educação não é neutra: por um projeto pedagógico de direito e dignidade.... 99

Roberta Lima Costa

Cidadania digital e respeito às diversidades no enfrentamento ao *bullying* e ao *cyberbullying* na educação.....102

Rodrigo Amaury Mourão Pereira Araújo

Construindo pontes: educação midiática e democracia.....105

Silvana Aparecida Nogueira

Educação midiática e valorização cultural nas escolas indígenas de Wassu Cocal108

Simone Maria dos Santos Vanderley

As TDIC como pontes para a vida: a importância de uma mediação consciente 111

Thiago Oliveira Lemos

Educação midiática na Educação de Jovens e Adultos: caminhos para fortalecer os direitos humanos e as diversidades 113

Viviane de Sousa

Educação midiática na promoção do antirracismo116

Viviane Pereira Ribeiro

Educação midiática e direitos humanos: reflexões a partir da tutoria em formação docente

Prezados/as educadores/as e participantes comprometidos/as com uma educação mais democrática,

Escrevo esta carta pedagógica motivada pela experiência vivenciada como tutora no Curso de Aperfeiçoamento em Educação Midiática para a Promoção e Defesa dos Direitos Humanos e Diversidades. Ao longo desse processo formativo, tive a oportunidade de acompanhar educadores e educadoras de diferentes contextos refletindo sobre os desafios contemporâneos da educação em uma sociedade profundamente marcada pela presença das mídias e pelas transformações da cultura digital. Essa vivência despertou importantes inquietações e aprendizados acerca do papel que a educação midiática pode desempenhar na construção de práticas pedagógicas mais críticas, inclusivas e comprometidas com os direitos humanos.

Durante o curso, tornou-se evidente que as mídias ocupam um lugar central na formação das percepções, opiniões e valores dos/as estudantes. Nesse cenário, a escola não pode se manter distante das discussões sobre o uso crítico das tecnologias e dos conteúdos que circulam nos ambientes digitais. A educação midiática surge, portanto, como uma estratégia fundamental para que educadores/as e estudantes desenvolvam a capacidade de analisar informações, identificar discursos de exclusão e compreender as relações de poder presentes nas narrativas midiáticas. Ao mesmo tempo, essa formação fortalece o compromisso da educação com a promoção da justiça social, do respeito às diferenças e da valorização das diversidades.

A experiência de tutoria também evidenciou que, quando as mídias são utilizadas de forma pedagógica e reflexiva, elas podem ampliar as possibilidades de aprendizagem e de participação dos estudantes. Recursos como vídeos, *podcasts*, redes sociais e produções digitais podem se transformar em ferramentas potentes para problematizar temas como racismo, desigualdade social, discriminação de gênero e outras formas de violência simbólica presentes na sociedade. Entretanto, quando utilizadas de maneira acrítica, essas mesmas mídias podem reforçar estereótipos, preconceitos e processos de exclusão, o que torna ainda mais necessária a mediação pedagógica consciente por parte dos/as educadores/as.

Diante dessas reflexões, considero fundamental que as instituições educacionais fortaleçam iniciativas formativas voltadas à educação midiática. É importante incentivar práticas pedagógicas que promovam a leitura crítica das mídias, a produção de conteúdos pelos estudantes e o debate sobre direitos humanos e diversidades no cotidiano escolar. Além disso, recomenda-se que gestores/as e professores/as estimulem projetos interdisciplinares que integrem diferentes linguagens midiáticas ao currículo, possibilitando que os/as estudantes se reconheçam como sujeitos ativos na construção do conhecimento e na transformação da realidade social.

Outra ação importante consiste em promover espaços permanentes de formação continuada para docentes, nos quais seja possível compartilhar experiências, discutir desafios e desenvolver estratégias pedagógicas inovadoras. A formação em educação midiática não deve ser compreendida apenas como domínio técnico de ferramentas digitais, mas, principalmente, como um processo de reflexão crítica sobre o papel da comunicação, da informação e das tecnologias na sociedade contemporânea. Ao fortalecer essa perspectiva, a escola contribui para formar cidadãos/ãs mais conscientes, críticos/as e comprometidos/as com a defesa dos direitos humanos.

Assim, reafirmo a importância da educação midiática como uma prática educativa emancipatória, capaz de fortalecer a formação cidadã e promover o respeito às diversidades no ambiente escolar. Que possamos, coletivamente, continuar construindo caminhos pedagógicos que utilizem as mídias não apenas como ferramentas tecnológicas, mas também como instrumentos de reflexão, diálogo e transformação social.

Marechal Deodoro-AL, 15 de março de 2026.

Adriane Duarte Amorim Costa

Doutoranda em Ciências da Educação na Universidad Tecnológica Intercontinental, Assuncion, Paraguai; técnica administrativa em educação no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas, campus Maceio, Brasil. E-mail: adriane.costa@ifal.edu.br

Alunado com “Síndrome do Amor” em face das novas tecnologias no contexto educacional da educação infantil – expectativas

Ao respeitável Sistema Educacional Brasileiro, gestores/as, educadores/as, pesquisadores/as e todos/as os/as profissionais comprometidos/as com uma educação democrática, inclusiva e humanizadora, apresento esta carta pedagógica como uma contribuição reflexiva e sensível sobre a presença das novas tecnologias no processo educativo das crianças da Educação Infantil, especialmente daquelas que carregam consigo a chamada “Síndrome do Amor”, expressão afetiva utilizada para nos referirmos às crianças com Síndrome de Down. Que esta carta seja acolhida como um gesto de diálogo, compromisso social e esperança em uma educação que reconhece e valoriza cada criança em sua singularidade.

Vivemos em um tempo marcado pela intensa presença das tecnologias digitais na vida cotidiana. As telas, os recursos multimídia, os aplicativos educativos e as diversas formas de comunicação digital já fazem parte do universo das crianças desde os primeiros anos de vida. Nesse cenário, a Educação Infantil passa a ser um espaço essencial para mediar o contato entre a infância e a cultura digital de maneira ética, crítica, responsável, humana e significativa.

Dentro desse contexto, torna-se ainda mais urgente refletir sobre como as novas tecnologias podem contribuir para uma educação inclusiva ideal, que respeite os diferentes ritmos de aprendizagem e promova a participação plena de todas as crianças. Assim, pensar a educação midiática na Educação Infantil é também pensar em equidade, diversidade e direitos humanos.

As crianças com Síndrome de Down, carinhosamente chamadas nesta carta de crianças com “Síndrome do Amor”, trazem consigo uma riqueza singular de afetividade, sensibilidade e possibilidades de aprendizagem. Elas possuem potencialidades cognitivas, sociais e emocionais que, quando estimuladas em ambientes acolhedores e acessíveis, podem se desenvolver de forma significativa.

Na Educação Infantil, o olhar pedagógico deve estar voltado para a valorização das capacidades dessas crianças, reconhecendo suas particularidades e oferecendo oportunidades de participação, interação e exploração do mundo. A inclusão não se limita à presença física na sala de aula, mas se concretiza quando a criança tem acesso real às experiências educativas, às interações sociais e às diferentes linguagens.

Consideremos, nesta carta, um estudo de caso que amplia ainda mais os desafios pedagógicos: uma criança com Síndrome de Down que também apresenta baixa visão e Transtorno do Espectro Autista (TEA), além de não se comunicar verbalmente. Diante dessa realidade, o trabalho pedagógico precisa ser cuidadosamente planejado para garantir que essa criança tenha acesso às experiências educativas de forma significativa. As tecnologias digitais podem tornar-se importantes aliadas nesse processo, especialmente quando utilizadas como recursos de comunicação alternativa, estímulos visuais ampliados, recursos sonoros, imagens contrastantes e aplicativos interativos que favoreçam a atenção e a participação.

Nesse cenário, a educação midiática precisa dialogar diretamente com os princípios dos Direitos Humanos e da valorização da diversidade. Isso significa garantir que os recursos tecnológicos estejam presentes, acessíveis e sejam, de fato, utilizados não apenas como ferramentas pedagógicas, mas como instrumentos de inclusão, autonomia e expressão para crianças que, muitas vezes, enfrentam múltiplas barreiras no processo de aprendizagem.

A escrita desta carta nasce de inquietações reais presentes no cotidiano escolar. Como promover uma educação midiática acessível a todas as crianças? Como garantir que os avanços tecnológicos também sejam instrumentos de inclusão e não de exclusão? Como preparar educadores/as para lidar com múltiplas necessidades dentro de um mesmo espaço educativo? As escolas já estão preparadas com os recursos adequados, com o quantitativo ideal de apoio profissional e com espaços “saudáveis”?

Essas perguntas emergem da prática pedagógica e do compromisso com uma educação que reconheça a diversidade humana como parte constitutiva da escola. O desafio está em transformar as tecnologias em pontes de aprendizagem, comunicação e participação, especialmente para crianças que apresentam necessidades educacionais específicas.

As expectativas, portanto, caminham na direção de uma escola que se fortalece pela formação continuada dos/as educadores/as. Aqui vale ressaltar que municípios e estados deveriam reconhecer, validar, aprovar e liberar os/as profissionais para buscarem sua formação continuada em qualquer espaço formativo, seja presencial ou virtual, e em variadas instituições, sem ficarem restritos/as e/ou obrigados/as a realizá-la em um único local ou instituição formadora. Também é necessário investir em recursos acessíveis e no compromisso ético com a inclusão e com os direitos de todas as crianças.

Discutir o uso das tecnologias digitais na Educação Infantil sob a perspectiva da inclusão é extremamente relevante no atual contexto educacional brasileiro. A escola contemporânea precisa estar preparada para lidar com múltiplas linguagens, diferentes formas de aprendizagem e uma diversidade crescente de perfis de estudantes.

Nesse sentido, integrar a educação midiática às práticas inclusivas amplia as possibilidades de participação das crianças, fortalece a autonomia e contribui para o desenvolvimento integral. Para crianças com Síndrome de Down associada a outras condições, como baixa visão e TEA, essas ferramentas podem representar caminhos importantes para a comunicação, o engajamento e a construção do conhecimento.

A prática pedagógica na Educação Infantil precisa estar fundamentada no reconhecimento da infância como um tempo de descobertas, interações e construção de sentidos. Quando a escola escolhe a diversidade e organiza suas propostas educativas considerando as singularidades das crianças, cria-se um ambiente propício para o desenvolvimento humano em sua totalidade.

As tecnologias, quando utilizadas com intencionalidade pedagógica, podem ampliar as formas de expressão das crianças, favorecer a comunicação e estimular a curiosidade. No caso de crianças não verbais, por exemplo, recursos digitais podem auxiliar na construção de formas alternativas de comunicação, permitindo que a criança manifeste desejos, sentimentos e interesses.

Portanto, mais do que inserir tecnologias na rotina escolar, é necessário pensar em como utilizá-las de forma ética, acessível e inclusiva, sempre considerando os princípios da equidade e da valorização da diversidade.

A verdadeira inclusão acontece quando o sistema prepara as escolas de maneira coerente com as ideias e propostas apresentadas, e as instituições, por sua vez, tornam-se preparadas para acolher cada criança em sua singularidade. Nesse processo, as tecnologias devem ser compreendidas não apenas como ferramentas modernas, mas como instrumentos de mediação pedagógica que ampliam vozes, possibilidades e formas de aprender.

Uma vivência educativa significativa pode envolver o uso de recursos digitais acessíveis, como *tablets* com aplicativos de comunicação alternativa, histórias interativas com imagens ampliadas e sons, além de atividades coletivas em que todas as crianças participem explorando imagens, músicas, cores e movimentos.

Nessa experiência, o grupo aprende a conviver com as diferenças, a respeitar o tempo do outro e a compreender que existem diversas formas de comunicação e participação. Ao mesmo tempo, os/as educadores ampliam sua formação ao experimentar práticas pedagógicas inovadoras e inclusivas. Assim, a experiência formativa acontece tanto para as crianças quanto para os/as profissionais da educação, que se tornam mediadores/as sensíveis e atentos/as às necessidades do grupo.

Diante dos desafios apresentados, torna-se fundamental que as instituições de Educação Infantil invistam na formação continuada dos/as educadores/as voltada para a Educação Inclusiva e para o uso pedagógico das tecnologias digitais. Essa formação deve contemplar estratégias de comunicação alternativa, acessibilidade digital e práticas pedagógicas que favoreçam a participação de todas as crianças.

Também é necessário ampliar o acesso a recursos tecnológicos adaptados, como aplicativos educativos acessíveis, materiais digitais com alto contraste para crianças com baixa visão e ferramentas que favoreçam a comunicação não verbal. Esses recursos podem transformar significativamente as experiências de aprendizagem.

Além disso, recomenda-se que a escola promova um trabalho colaborativo entre educadores/as, famílias e profissionais de apoio, fortalecendo uma rede de cuidado e acompanhamento que contribua para o desenvolvimento integral da criança.

Refletir sobre o alunado com "Síndrome do Amor" diante das novas tecnologias na Educação Infantil é reconhecer que a inclusão é um compromisso ético, pedagógico, humano, social, histórico, cultural e político. Ao integrar tecnologia, diversidade e direitos humanos, a escola amplia horizontes e reafirma o seu papel como espaço de acolhimento, aprendizagem e transformação.

Que possamos continuar construindo caminhos educativos nos quais cada criança seja vista, respeitada e valorizada em sua singularidade.

Uberlândia-MG, 10 de março de 2026.

Alciane Tavares

Especialista em Docência no Ensino Superior pela Faculdade Católica de Uberlândia, Minas Gerais, Brasil; professora de Educação Infantil na rede municipal de ensino de Uberlândia, Minas Gerais, Brasil. E-mail: alciane.reserva2@gmail.com.

Da alienação ao esperançar: educação midiática como prática emancipadora na escola pública

Prezada comunidade escolar,

Escrevo esta carta movido pela experiência de mais de uma década ensinando Sociologia e Geografia na Educação Básica, no Ensino Fundamental II, no Ensino Médio e em cursos técnicos. Ao longo dessa trajetória, tornei-me cada vez mais convicto de que a sala de aula não é um espaço neutro. Ela é um campo de tensões, encontros e possibilidades, no qual o conhecimento científico se confronta com a realidade concreta da vida social. Foi a partir das discussões do Curso de Aperfeiçoamento em Educação Midiática para a Promoção e Defesa dos Direitos Humanos e Diversidades que pude sistematizar inquietações já presentes em minha prática docente: como a escola pública pode, diante do ambiente informacional contemporâneo, formar sujeitos críticos e emancipados?

Vivemos um momento em que algoritmos, plataformas digitais e redes sociais moldam profundamente a forma como os estudantes interpretam o mundo. Muitos deles chegam à escola já atravessados por narrativas que naturalizam o racismo, a transfobia, a xenofobia e outras formas de desigualdade. Nesse contexto, a educação midiática deixa de ser um tema complementar e torna-se uma necessidade pedagógica urgente, não apenas para ensinar o uso das tecnologias, mas para desenvolver nos estudantes a capacidade de interrogar criticamente as mensagens que consomem e produzem.

Para compreender essa realidade, parto dos *Manuscritos Econômicos e Filosóficos*, de Karl Marx (2004). A alienação, ali desenvolvida, não se restringe à relação do/a trabalhador/a com o produto de seu trabalho, ela atinge o próprio processo cognitivo do sujeito. Quando a educação é capturada pela lógica mercantil, o/a estudante deixa de ser sujeito do conhecimento e passa a ser consumidor de conteúdo. Hoje, os algoritmos aprofundam essa alienação: retiram do sujeito o controle sobre seu próprio processo de formação, entregando-lhe bolhas informacionais que reforçam preconceitos já internalizados. Uma mídia que invisibiliza populações negras, periféricas, LGBTQIA+ ou indígenas não é neutra, ela constitui um aparato de manutenção das desigualdades.

Antonio Gramsci (2001) nos permite avançar nessa análise. A escola pode reproduzir a hegemonia cultural dominante, mas também pode ser espaço de formação de intelectuais orgânicos, sujeitos que, mesmo oriundos das camadas mais vulnerabilizadas, tornam-se capazes de compreender as estruturas que os

oprimem e agir sobre elas. A disputa hegemônica ocorre diariamente dentro da sala de aula: ensinar o/a estudante a questionar quem fala, para quem se fala e o que é silenciado nas narrativas midiáticas constitui um ato político e pedagógico.

No contexto brasileiro, Dermeval Saviani (2008) nos lembra que o acesso ao conhecimento historicamente produzido é um direito das classes populares, e que esse direito inclui, hoje, os saberes necessários para habitar criticamente o ambiente digital.

É em Paulo Freire, porém, que essa reflexão encontra sua dimensão mais esperançosa. Freire (1996) nos ensina que a leitura do mundo precede a leitura da palavra, e que, atualmente, essa leitura de mundo passa necessariamente pelas mídias. Ele não nos convida à denúncia paralisante, mas ao “esperançar”: compreender a realidade não como destino imutável, mas como construção social passível de transformação. A escola é um organismo vivo: recebe estudantes moldados pela sociedade, trabalha com eles e os devolve transformados. Esse movimento não é neutro, e nós, educadores, somos mediadores fundamentais nesse processo.

Diante disso, proponho que a comunidade escolar assuma a educação midiática como eixo estruturante da prática pedagógica, e não como atividade complementar. Na sala de aula, isso significa criar espaços regulares de análise crítica de notícias, imagens e conteúdos digitais, interrogando representações de raça, gênero, classe e território. Significa também propor que os/as próprios/as estudantes produzam conteúdo: *podcasts*, vídeos e jornais escolares digitais, nos quais possam dar voz às suas experiências e aos saberes de suas comunidades. Transformar o/a estudante de consumidor/a passivo/a em produtor/a ativo/a de sentidos é o primeiro passo para romper com a alienação midiática.

Recomendo às equipes gestoras que incluam a educação midiática nos Projetos Político-Pedagógicos das escolas, articulando-a explicitamente aos princípios dos direitos humanos e das diversidades. Isso implica oferecer formação continuada aos/as docentes não apenas sobre ferramentas digitais, mas também acerca de estratégias para identificar e desconstruir discursos de ódio, desinformação e apagamento de grupos historicamente marginalizados nas mídias. Uma escola que forma para a cidadania no século 21 necessita de educadores/as capazes de mediar criticamente a relação dos estudantes com o ambiente informacional.

Sugiro, ainda, que as escolas criem espaços coletivos de diálogo – rodas de conversa, cineclubes e mostras culturais – nos quais diferentes vozes da

comunidade escolar possam se encontrar para debater temas frequentemente distorcidos ou silenciados pelas mídias: o racismo estrutural, a diversidade de gênero e sexualidade, as desigualdades territoriais e a cultura das periferias. A escola que abre espaço para essas discussões é a escola que cumpre sua função social mais profunda: formar sujeitos capazes de compreender a realidade e agir sobre ela.

Esta carta nasce das experiências e convicções construídas no cotidiano da sala de aula e aprofundadas ao longo deste curso. Mais do que apresentar respostas definitivas, ela constitui um convite à reflexão e à ação coletiva. A educação midiática emancipadora não se constrói isoladamente, ela se faz no encontro entre educadores/as comprometidos/as, estudantes protagonistas e comunidades que acreditam na escola pública como espaço de transformação social.

Que possamos, juntos, esperar uma educação mais justa, crítica e verdadeiramente humana.

Silvânia-GO, 14 de março de 2026.

Alex Almeida Braz

Especialista em Ciências Humanas e Sociais Aplicadas e o Mundo do Trabalho pela Universidade Federal do Piauí, Brasil; professor de Ciências Humanas na Educação Básica no SESI Goiás, Brasil. E-mail: aalmeidabraz@gmail.com

Referências

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

MARX, K. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2004.

SAVIANI, D. **Pedagogia histórico-crítica**: primeiras aproximações. 10. ed. Campinas: Autores Associados, 2008.

SOARES, I. de O. **Educomunicação**: o conceito, o profissional, a aplicação. São Paulo: Paulinas, 2011.

Parem de nos matar: reflexões sobre a violência de gênero na escola

À comunidade escolar, especialmente aos docentes homens e aos/às estudantes que compartilham conosco o cotidiano da escola,

Recentemente, ao atravessar um corredor da escola onde trabalho, ouvi um grupo de alunos rir enquanto comentava o corpo de uma colega. Em outra ocasião, vivenciei estudantes testando, em tom de deboche, minha autoridade como professora. Em um grupo de mensagens de uma turma do Ensino Médio para a qual ministro aulas de História, circularam montagens com imagens de alunas expostas ao ridículo. Esses episódios poderiam parecer pequenos ou isolados, mas não são. Eles revelam algo mais profundo e preocupante: a naturalização da violência simbólica contra meninas e mulheres no ambiente escolar.

Escrevo esta carta a partir do meu lugar de fala: sou professora, mulher e habito diariamente o espaço das escolas públicas e privadas. É nesse espaço que tenho testemunhado o aumento da violência cotidiana contra meninas e mulheres dentro da escola. Muitas vezes, essa violência não aparece em episódios explícitos. Ela se manifesta em gestos aparentemente banais: piadas machistas na sala dos professores, comentários sobre o corpo das meninas, testes constantes de autoridade dirigidos às professoras e comportamentos que tentam diminuir a presença feminina em espaços de poder e conhecimento. Essas inquietações tornaram-se ainda mais evidentes durante minha participação no Curso de Aperfeiçoamento em Educação Midiática para a Promoção e Defesa dos Direitos Humanos e Diversidades, que provocou reflexões importantes sobre o papel das mídias digitais na reprodução ou no enfrentamento dessas violências.

Dirijo-me especialmente aos docentes homens e aos estudantes da comunidade escolar para um exercício de reflexão coletiva. Ainda persistem, em nossas escolas, práticas que insistem em tratar como “brincadeira” aquilo que, na realidade, constitui formas de violência. Nos corredores, comentários sobre os corpos e as roupas de alunas e professoras são feitos com naturalidade. Nas redes sociais, montagens e imagens circulam sem consentimento. Em grupos de *WhatsApp*, piadas e conteúdos ofensivos são compartilhados como se fossem apenas entretenimento. Essas práticas expõem meninas e mulheres à humilhação pública e revelam como as mídias digitais, quando utilizadas sem reflexão crítica, podem se tornar instrumentos de amplificação da violência de gênero.

Nos últimos anos, outro fenômeno tem atravessado silenciosamente o cotidiano das escolas: a circulação de discursos misóginos associados a comunidades digitais conhecidas como *red pill* e *incels*. Mais do que grupos isolados na internet, esses discursos fazem parte de uma cultura digital que se espalha por meio de memes, vídeos curtos, fóruns, influenciadores e algoritmos das plataformas. Nessa lógica, frustrações pessoais são convertidas em ressentimento coletivo contra as mulheres, enquanto ideias de superioridade masculina são apresentadas como verdades naturais. Quando essas narrativas chegam ao ambiente escolar, passam a moldar percepções, reforçar estereótipos e legitimar comportamentos hostis contra meninas e professoras. Ignorar esse fenômeno significa ignorar uma nova forma de radicalização que se alimenta da cultura digital contemporânea.

É preciso dizer com clareza: isso não é brincadeira. Meninas e mulheres estão adoecendo, perdendo sua liberdade e, em muitos casos, perdendo a própria vida em uma sociedade marcada pelo aumento expressivo da violência de gênero. Como nos lembra bell hooks, a educação precisa ser um espaço de transformação social e de enfrentamento das opressões que estruturam nossas relações. Ensinar, para a autora, é um ato profundamente político que exige compromisso ético com a construção de espaços mais justos e libertadores.

Por isso, escrevo esta carta com urgência: parem de nos matar. Parem de nos matar com seus silêncios omissos. Parem de nos matar com suas piadas. Parem de nos matar com o controle constante sobre nossos corpos, nossas roupas e nossos comportamentos. No cotidiano escolar, ainda é comum observar regras rígidas que regulam a forma como as meninas devem se vestir, proibindo shorts ou calças rasgadas, enquanto os meninos raramente enfrentam as mesmas restrições. Esses controles não são neutros: revelam uma lógica histórica que responsabiliza as meninas pela violência que sofrem e reforça desigualdades de gênero.

Como nos alertam Audre Lorde e Jota Mombaça, o silêncio diante da violência nunca é neutro. Ele sustenta estruturas que precarizam determinadas vidas e tornam algumas existências mais vulneráveis do que outras. Quando naturalizamos práticas de humilhação, controle e silenciamento dentro da escola, contribuimos para a reprodução dessas estruturas de violência.

Diante desse cenário, torna-se fundamental que as escolas desenvolvam práticas pedagógicas comprometidas com o letramento midiático e com a educação para a igualdade de gênero. Isso implica promover debates sobre ética digital, discutir com os/as estudantes os impactos da exposição de imagens nas redes sociais, analisar criticamente discursos machistas presentes na cultura digital, incluindo

aqueles difundidos por comunidades *red pill* e *incel*, e incentivar o uso responsável das tecnologias. Também é necessário construir estratégias coletivas para enfrentar situações de exposição, *cyberbullying* e violência simbólica nas redes sociais, transformando esses episódios em oportunidades educativas para o desenvolvimento do pensamento crítico e do respeito às diferenças.

Como educadores e educadoras, temos uma responsabilidade ética, política e pedagógica diante dessa realidade. Paulo Freire nos lembra que a prática educativa precisa ser orientada por princípios éticos, estéticos e políticos comprometidos com a dignidade humana. Isso significa que a escola não pode ser um espaço de reprodução de violências, mas precisa se afirmar como território de cuidado, respeito e formação crítica.

A própria Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, ao incluir no artigo 26-A a necessidade de prevenção de todas as formas de violência contra crianças, adolescentes e mulheres, nos convoca a enfrentar essas questões no espaço educativo. Discutir violência de gênero na escola não é doutrinação: é responsabilidade pedagógica, ética e humana.

E termino lembrando as palavras de Audre Lorde, que ecoam como um chamado para todos nós: “Seu silêncio não irá protegê-lo”.

Uberlândia-MG, 13 de março de 2026.

Alinne Grazielle Neves Costa

Doutoranda em História pelo Programa ProfHistória da Universidade Federal de Uberlândia, Minas Gerais, Brasil; professora de História na rede pública e privada desse município. E-mail: historialinne@gmail.com.

Educação midiática, literatura e cidadania: círculos pedagógicos com RPG digital na EJA

Prezadas educadoras e prezados educadores comprometidos com a promoção dos Direitos Humanos e das diversidades nas escolas,

Escrevo-lhes motivado pelas reflexões suscitadas no campo da educação midiática e pelas experiências vivenciadas no contexto da Educação de Jovens e Adultos (EJA). Ao longo de minha trajetória como pesquisador e educador, tenho observado que muitos/as estudantes jovens e adultos retornam à escola carregando histórias marcadas por interrupções escolares, desigualdades sociais e oportunidades educativas limitadas. Nesse cenário, a escola torna-se um espaço fundamental de reconstrução de trajetórias, de fortalecimento da cidadania e de reafirmação do direito à educação.

Foi a partir dessa inquietação que nasceu o projeto de pesquisa que venho desenvolvendo no mestrado em Educação de Jovens e Adultos, o qual propõe o uso de um RPG digital inspirado na obra *Capitães da Areia*, de Jorge Amado, como interface pedagógica para o ensino de literatura. A proposta emerge do reconhecimento de que as tecnologias digitais e as mídias contemporâneas não são apenas ferramentas técnicas, mas espaços de produção de sentidos, narrativas e identidades. Por isso, integrar educação midiática às práticas pedagógicas da EJA significa ampliar as possibilidades de leitura do mundo, da palavra e da própria experiência social dos estudantes.

No contexto atual, marcado pela intensa circulação de informações e pela presença constante das mídias digitais, educar para o uso crítico dessas tecnologias tornou-se um desafio central da escola. A educação midiática, quando articulada aos princípios dos direitos humanos, pode contribuir para o desenvolvimento de uma postura crítica diante das narrativas que circulam nas redes, ajudando os estudantes a reconhecer desigualdades, estereótipos e discursos de exclusão presentes na sociedade.

Na proposta pedagógica que desenvolvo, o RPG digital funciona como um espaço de criação coletiva de narrativas, no qual os/as estudantes assumem papéis de personagens inspirados na obra *Capitães da Areia*. Ao vivenciarem dilemas sociais semelhantes aos retratados no romance, como pobreza, exclusão, injustiça e resistência, os/as participantes são convidados/as a refletir sobre direitos, cidadania e diversidade. Dessa forma, o jogo torna-se um ambiente

educomunicativo, no qual leitura literária, produção narrativa e uso crítico das tecnologias digitais se entrelaçam.

Essa dinâmica pedagógica dialoga com princípios freireanos de educação problematizadora, pois promove o diálogo, a colaboração e o protagonismo discente. Mais do que consumidores/as de conteúdo, os/as estudantes tornam-se autores/as de narrativas e intérpretes críticos da realidade. Nesse processo, a literatura deixa de ser um conteúdo distante e passa a se conectar com as experiências de vida dos sujeitos da EJA, favorecendo aprendizagens mais significativas e emancipadoras.

Diante dessas reflexões, proponho que as escolas ampliem o espaço para práticas pedagógicas que integrem educação midiática, tecnologias digitais e metodologias participativas. Jogos narrativos, produção de conteúdos digitais, círculos de diálogo e projetos interdisciplinares podem constituir estratégias potentes para estimular a leitura crítica das mídias e promover o respeito às diversidades culturais, sociais e identitárias presentes no ambiente escolar.

No caso específico da EJA, tais iniciativas podem contribuir para fortalecer o engajamento dos/as estudantes, muitas vezes desmotivados/as por experiências escolares anteriores marcadas pela exclusão. Ao reconhecer seus saberes, suas histórias e suas linguagens, a escola cria condições para que esses sujeitos se percebam como protagonistas do processo educativo e participantes ativos da vida social.

Assim, iniciativas que articulem literatura, tecnologias digitais e educação midiática podem favorecer a construção de ambientes escolares mais democráticos, inclusivos e sensíveis às diferenças. Trata-se de reconhecer que ensinar, hoje, implica também formar leitores críticos das mídias e cidadãos capazes de dialogar, interpretar e transformar a realidade.

Concluo esta carta reafirmando a importância de uma educação comprometida com os direitos humanos, com a valorização das diversidades e com o uso crítico das mídias. Que possamos, coletivamente, transformar nossas práticas pedagógicas em experiências emancipadoras, nas quais estudantes e educadores se reconheçam como sujeitos de conhecimento, criadores de narrativas e construtores de uma sociedade mais justa.



Salvador-BA, 15 de março de 2026.

Anderson da Silva Santos

Mestrando em Educação de Jovens e Adultos na Universidade do Estado da Bahia, Brasil; cabo da Polícia Militar da Bahia, Brasil; instrutor da disciplina "Correspondência PM e as Normas da ABNT" no Curso de Aperfeiçoamento de Sargentos e no Curso de Formação de Soldados da PMBA; membro do Grupo de Pesquisa em Gestão em Educação de Jovens e Adultos (PPGEJA/UNEB). E-mail: andersoncfsd2005@gmail.com.

Educação midiática, direitos humanos e justiça digital: desafios para a proteção de crianças e adolescentes na Amazônia

Prezada comunidade escolar, educadores/as, familiares e profissionais de rede de proteção comprometidos com a defesa dos direitos de criança e adolescentes,

Escrevo esta carta pedagógica movida pelas inquietações que emergem do cenário educacional contemporâneo, profundamente atravessado pelas tecnologias digitais e pelas transformações nas formas de comunicação e sociabilidade entre crianças e adolescentes.

As redes sociais e os ambientes digitais passaram a ocupar lugar central na vida cotidiana das novas gerações, influenciando o processo de ensino e aprendizagem, a construção identitária e as relações sociais. Entretanto, ao mesmo tempo em que ampliam possibilidades de participação e acesso à informação, esses espaços também evidenciam e aprofundam desigualdades sociais historicamente estruturadas. No contexto amazônico, especialmente no Estado do Pará, tais desigualdades manifestam-se de forma ainda mais intensa, marcadas pela exclusão territorial, pela precariedade de acesso à conectividade e pela ausência de políticas estruturadas de educação digital crítica na rede pública. Nesse cenário, refletir sobre segurança digital, *cyberbullying* e saúde mental torna-se parte fundamental da defesa dos direitos humanos e da proteção integral de crianças e adolescentes.

A expansão das tecnologias digitais ocorre em um contexto que Manuel Castells (2013) denomina de sociedade em rede, na qual as relações sociais, econômicas e culturais passam a ser mediadas por sistemas digitais de comunicação. Contudo, essa inserção na cultura digital não ocorre de forma homogênea. Em regiões como a Amazônia brasileira, as desigualdades territoriais e socioeconômicas produzem diferentes níveis de acesso e participação no ambiente digital, configurando aquilo que pesquisadores denominam de desigualdade digital.

Essa realidade implica que muitos adolescentes entrem no universo das redes sociais sem mediação pedagógica, sem orientação crítica e sem o suporte necessário para compreender os riscos e as responsabilidades envolvidos nas interações online.

Nesse contexto, práticas de violência digital, como o *cyberbullying*, emergem como um dos desafios mais preocupantes para o campo educacional e para a garantia dos direitos de crianças e adolescentes.

Diferentemente das formas tradicionais de violência escolar, o *cyberbullying* apresenta características específicas, como a ampliação do alcance das agressões, a permanência das ofensas no ambiente virtual e a possibilidade de exposição pública contínua da vítima. Como destaca David Buckingham (2010), a educação midiática precisa promover nos/nas estudantes não apenas habilidades técnicas para utilizar as tecnologias, mas também competências críticas para compreender como as mídias produzem significados, relações de poder e formas de exclusão social.

Quando essas competências críticas não são desenvolvidas, as redes sociais podem transformar-se em espaços de reprodução de preconceitos estruturais relacionados à raça, gênero, classe social e território. Crianças e adolescentes que vivem em contextos de maior vulnerabilidade social tornam-se, muitas vezes, alvos de estigmatização e humilhação pública no ambiente digital. Esse processo evidencia que as violências virtuais não podem ser analisadas isoladamente, pois estão profundamente articuladas às desigualdades sociais presentes na sociedade brasileira.

As consequências dessas violências para a saúde mental dos/as adolescentes têm sido amplamente discutidas em estudos contemporâneos. Jean Twenge (2019) aponta que o aumento da exposição às redes sociais está associado a transformações significativas na forma como os jovens percebem a si mesmos e suas relações sociais. A lógica da visibilidade permanente, da comparação social e da busca por reconhecimento digital pode intensificar sentimentos de inadequação e sofrimento emocional. Quando associada a experiências de *cyberbullying*, essa dinâmica pode gerar sofrimento psíquico profundo, afetando a autoestima, o desempenho escolar e os vínculos sociais dos adolescentes.

Diante dessa realidade, torna-se fundamental reafirmar a centralidade do princípio da proteção integral previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente, que estabelece a responsabilidade compartilhada entre família, sociedade e Estado na garantia dos direitos das crianças e adolescentes. No ambiente digital, essa proteção exige novas formas de atuação educativa, capazes de articular segurança digital, promoção da saúde mental e formação ética para o uso das tecnologias.

Nesse sentido, a escola assume papel estratégico na construção de práticas pedagógicas voltadas à educação midiática crítica. Inspirados na perspectiva freiriana, os/as educadores/as são chamados a promover processos educativos que possibilitem aos/às estudantes desenvolver uma leitura crítica da realidade, inclusive das dinâmicas presentes nas redes sociais. Para Paulo Freire (1996), educar é um processo de conscientização que permite aos sujeitos compreenderem a realidade e atuarem coletivamente para transformá-la. Aplicada à realidade digital, essa perspectiva implica promover reflexões sobre ética nas redes sociais, respeito às diferenças, responsabilidade coletiva e enfrentamento das violências virtuais.

Entretanto, a atuação da escola não pode ocorrer de forma isolada. O enfrentamento do *cyberbullying* e a promoção da segurança digital exigem uma abordagem intersetorial que envolva família, escola e rede psicossocial. A participação das famílias é fundamental para acompanhar e orientar o uso das tecnologias por crianças e adolescentes, promovendo diálogos sobre limites, responsabilidades e convivência respeitosa nos ambientes digitais. Em contextos amazônicos, nos quais muitas famílias enfrentam desafios relacionados ao acesso à informação e às condições de trabalho, torna-se ainda mais importante que a escola promova espaços de formação e diálogo que fortaleçam essa parceria.

Paralelamente, a atuação da rede psicossocial, composta por profissionais da educação, assistência social, segurança pública e saúde, é essencial para o acolhimento de crianças e adolescentes que vivenciam situações de sofrimento emocional decorrentes de violências digitais. A articulação entre a escola e os serviços da rede de proteção permite identificar precocemente sinais de sofrimento psíquico e oferecer acompanhamento adequado às vítimas de *cyberbullying*.

Finalizo esta carta reafirmando que promover a segurança digital, enfrentar o *cyberbullying* e cuidar da saúde mental de crianças e adolescentes é também um compromisso com a defesa dos direitos humanos. No Estado do Pará e em toda a Amazônia, fortalecer a educação midiática significa enfrentar desigualdades históricas e construir coletivamente ambientes digitais mais seguros, solidários e democráticos. Que possamos, enquanto educadores/as, famílias e profissionais da rede de proteção, assumir juntos o compromisso de garantir que crianças e adolescentes possam desenvolver-se também no espaço digital com dignidade, respeito e proteção.

II Encontro Nacional de Educação em Direitos Humanos
e Diversidades com Profissionais da Educação Básica:
Educação Midiática nas Escolas



Bragança-PA, 9 de março de 2026.

Ariane Correa Campelo

Especialista em Gestão de Serviços Sociais e Projetos Sociais pelo Centro Universitário Leonardo da Vinci, Santa Catarina, Brasil; tutora do curso de Serviço Social da Universidade Norte do Paraná, Campus Bragança, Pará, Brasil. E-mail: ariane.campelo02@gmail.com.

Educação midiática como caminho para a defesa dos direitos humanos e das diversidades

Prezada comunidade acadêmica,

É com respeito e entusiasmo que me dirijo a vocês para compartilhar reflexões oriundas de minha participação no curso Educação Midiática para a Promoção e Defesa dos Direitos Humanos e Diversidades.

A motivação para esta escrita nasce da experiência formativa vivenciada no curso, que me instigou a refletir sobre o papel das mídias na construção de práticas pedagógicas inclusivas. Ao longo das atividades, percebi que não se tratava apenas de aprender novas ferramentas ou conceitos, mas de revisitar minha própria trajetória como educadora e cidadã. Em cada debate, emergia a consciência de que as mídias atravessam nossas vidas cotidianas e moldam percepções, afetos e relações sociais.

Em um cenário educacional marcado por desafios como a desinformação, os discursos de ódio e a invisibilização de grupos sociais, senti a urgência de refletirmos coletivamente sobre como a educação midiática pode tornar-se uma ferramenta de resistência e transformação. Essa urgência não nasce de uma abstração, mas de situações concretas: estudantes que se veem silenciados, comunidades retratadas de forma estereotipada e vozes que não encontram espaço para se expressar. É nesse contexto que a educação midiática se revela como prática de cuidado e justiça, capaz de abrir caminhos para que cada sujeito seja reconhecido em sua dignidade e diversidade.

Portanto, o tema mostra-se relevante porque dialoga diretamente com as demandas atuais da escola e da sociedade: formar sujeitos críticos, capazes de reconhecer e defender os direitos humanos, valorizando as diversidades que compõem nossa realidade. Mais do que uma competência técnica, trata-se de um compromisso ético e humano, que nos convoca a olhar para o outro com respeito, a questionar narrativas excludentes e a construir coletivamente uma cultura de paz e inclusão.

A vivência no curso evidenciou que as mídias, quando utilizadas de forma crítica e ética, podem fortalecer práticas democráticas e inclusivas. Mais do que

ferramentas de comunicação, elas se revelam como espaços de encontro, diálogo e reconhecimento das múltiplas vozes que compõem nossa sociedade. Quando um/uma estudante encontra na mídia escolar a possibilidade de narrar sua própria história, ele não apenas aprende a comunicar, mas também descobre que sua voz tem valor e pode transformar realidades.

Consequentemente, as mídias tornam-se aliadas na luta contra o racismo, a discriminação de gênero, a aporofobia – discriminação direcionada a pessoas pobres ou em situação de vulnerabilidade – e tantas outras formas de exclusão, porque permitem que experiências antes silenciadas ganhem visibilidade e legitimidade.

Ao mesmo tempo, compreendi que o uso acrítico das mídias pode reforçar preconceitos e desigualdades, perpetuando estereótipos e marginalizando vozes. É nesse ponto que a reflexão pedagógica se torna essencial: precisamos estar atentos ao modo como os conteúdos midiáticos são produzidos, compartilhados e consumidos, pois cada mensagem carrega consigo valores, intencionalidades e impactos sociais.

Desse modo, a educação midiática não é apenas uma técnica de leitura dos meios de comunicação, mas uma prática emancipatória que promove justiça social, igualdade de oportunidades e respeito às diferenças. Ela nos convida a olhar para as mídias como instrumentos de libertação, capazes de abrir caminhos para que a escola seja um espaço de diversidade, diálogo e construção coletiva de um mundo mais humano e solidário.

Nesse contexto, sugiro que as escolas e equipes gestoras incorporem projetos pedagógicos voltados à análise crítica das mídias, incentivando os/as estudantes a produzirem conteúdos que expressem suas identidades e defendam os direitos humanos. Recomendo também que os/as docentes recebam formação continuada em educação midiática, para que possam orientar práticas que valorizem a diversidade cultural e social.

Uma estratégia possível é a criação de oficinas de produção audiovisual e jornalística escolar, nas quais os estudantes possam narrar suas próprias histórias e desconstruir preconceitos. Essas oficinas não seriam apenas espaços técnicos de aprendizagem, mas ambientes de escuta e valorização das vozes juvenis. Ao oferecer acesso às ferramentas de comunicação, abrimos caminho para que cada

estudante se reconheça como protagonista de sua narrativa, transformando vivências pessoais em produções coletivas que dialogam com a comunidade escolar.

Mais do que aprender a editar vídeos ou escrever reportagens, os jovens teriam a oportunidade de refletir sobre suas identidades, culturas e direitos, construindo um repertório crítico diante das mensagens midiáticas que circulam diariamente. Esse processo fortalece a autoestima, promove pertencimento e cria pontes de empatia entre diferentes grupos.

Assim, cada oficina torna-se um ato pedagógico de resistência e esperança: resistência contra discursos que invisibilizam ou discriminam; esperança de que a escola seja um espaço em que a diversidade seja celebrada e os direitos humanos sejam defendidos por meio da palavra, da imagem e da voz dos/as próprios/as estudantes.

Além disso, é fundamental que a comunidade escolar adote uma postura ética diante das mídias digitais, promovendo debates sobre *fake news*, discursos de ódio e representações discriminatórias, sempre com foco na construção de uma cultura de paz e respeito.

Reafirmo, por fim, que a educação midiática é uma prática emancipatória capaz de transformar a escola em espaço de defesa dos direitos humanos e das diversidades. Que esta carta seja um convite à ação coletiva, para que possamos construir ambientes educativos mais justos, inclusivos e democráticos.

Codó-MA, 11 de março de 2026.

Carlionete Costa do Nascimento

Especialista em História e Cultura Afro-brasileira pelo Centro Universitário Venda Nova do Imigrante, Espírito Santo, Brasil; professora da rede pública estadual de educação de Codó- Maranhão, Brasil. E-mail: carlionetenascimento@gmail.com

Ações institucionais e pedagógicas voltadas à inclusão midiática infantojuvenil negra

Senhor/a gestor/a escolar,

Minha atuação como professor da Educação Básica pública há mais de 29 anos, associada à experiência docente na Educação Superior (Curso de Pedagogia – UEG) e à minha formação básica, superior, *lato sensu* e *stricto sensu* na escola/universidade pública, particularmente ao refletir, de maneira colaborativa, sobre temas como educação midiática, aporofobia, direitos humanos e diversidades, colocou-me diante de situações em que a população negra, em especial a das camadas populares, é excluída do acesso aos equipamentos e à internet de qualidade.

Acredito que a equipe gestora da escola, eleita pelo voto direto (gestão democrática – vide especificidade da Lei de Gestão Democrática nº 4.751/2012 GDF/SEDF) ou indicada, tem um papel pedagógico e político-social importantíssimo na produção, no planejamento, na discussão e na socialização de saberes com objetivos de transformação, especialmente em relação ao segmento negro e a outros marcadores sociais das diferenças.

Sinto-me indignado ao lidar com desigualdades socioeconômicas, políticas e midiáticas, dentre outras que afetam a população negra brasileira contemporânea e majoritária do ponto de vista étnico-racial. Tal fato impulsionou-me a escrever esta Carta Pedagógica sobre um tema de grande relevância, por se tratar da necessária inclusão qualitativa da população negra em todas as dimensões da vida humana, notadamente no campo midiático. Como educador, percebo que o maior desafio é promover direitos ao segmento negro, historicamente aliado da produção social da vida, com implicações identitárias e culturais.

É fato que o ambiente digital pode contribuir para o desenvolvimento intelectual, socioeconômico e humano, mas também pode ser instrumentalizado para expor diferentes gerações, principalmente negros e negras, mulheres em geral, LGBTQIAPN+ e camadas populares a situações de racismo, preconceito, aporofobia, homofobia, lesbofobia e transfobia. Penso, senhor/a gestor/a escolar, que uma educação midiática na perspectiva dos direitos humanos e da diversidade, embora não seja uma panaceia, potencializará a reflexão crítica e

propositiva acerca dos direitos humanos reconhecidos e vivenciados por todos/as, bem como poderá favorecer o respeito e o reconhecimento da diversidade no conjunto dos acessos a direitos amplos, indivisíveis, interdependentes e inalienáveis.

Em “Fundamentos da educação em direitos humanos, diversidades, crianças, adolescentes e o fortalecimento do Estado protetor dos direitos”, Elenita Silva (2025, p. 20-21) entra na prosa com um entendimento significativo ligado ao que propomos como práxis voltada à inclusão negra infantojuvenil, ao explicitar uma noção ampla do acesso a direitos: “Direitos Humanos são inerentes a todos os seres humanos, independentemente de origem, etnia/raça, sexo, gênero, sexualidade, religião, opinião política ou qualquer outra condição”. Desse modo, senhor/a gestor/a escolar, há que fazermos estudos crítico-analíticos sistemáticos, desmistificando e desconstruindo o falso, retrógrado e desumano discurso de que “direitos humanos são para defender bandidos” e que “bandido bom é bandido morto”, sem passar pelo devido processo legal. É importante, também, desconstruir termos enganosos como “democracia racial”, “meritocracia” e a “neutralidade político-pedagógica e científica”, rompendo, assim, com tabus que excluem problemas contemporâneos do debate público.

A grande mídia não pode ser espaço virtual de ataque ao Estado Democrático de Direito, às instituições democráticas, à soberania nacional, aos/às trabalhadores/as, aos negros e negras, a homossexuais e lésbicas, tampouco à democracia participativa. Muito pelo contrário, deveria ser instrumento de mediação para promover equidade, justiça social, respeito às diferenças e difusão de sociedades includentes. Para tanto, senhor/a gestor/a escolar, é urgente pensar políticas públicas abrangentes e interseccionadas, que emergjam da própria sociedade civil e de sujeitos institucionais (micro e macropolítica) em favor das camadas populares e que afetem positivamente a especificidade negra dentro de um país racializado, que não garante o acesso a direitos básicos.

A educação ou o sistema educacional é sempre intencional. Nesse sentido, existe uma polaridade: ou atua como aliada dos/as oprimidos/as ou está a defender o status quo dominante-dirigente. É evidente que sancionar leis tem sua importância, como a Lei nº 14.811/2024, que tipifica *bullying* e *cyberbullying* como crimes e prevê medidas para casos de violência na escola. Porém, senhor/a gestor/a escolar, sustentar a mudança apenas no marco legal, sem que haja políticas socioculturais e investimento público no setor educacional, bem como

ações planejadas, executadas e avaliadas na escola no que tange aos direitos humanos, à diversidade e à sociedade redistributiva, significa permanecer distante de uma transformação que alcance os domínios digitais, estruturais e outras conjunturas específicas.

Práticas pedagógicas e administrativas sem a luta anticolonialista, anti-imperialista, anticolonialista, antissexista, antimachista e antirracista esvaziam o sentido primordial de uma pedagogia verdadeiramente comprometida com a libertação e a emancipação humana. Lembrando que tal posição excludente reduz a gestão escolar a uma prática mecanicista, a serviço da burguesia local/nacional. Tudo isso tem relação com a libertação de todos/as, na esteira de Paulo Freire (2016), em *Pedagogia do oprimido*, que compreende a libertação como um parto doloroso: romper com a contradição opressor-oprimido.

Recomendo, nos limites propositivos, ações que possam desencadear um processo efetivo de mudança, posto que, segundo Marx (1845), na *Tese XI sobre Feuerbach*, não basta refletir, é preciso transformar. Ressalto que a transformação não ocorre como mágica, nem por meio de posturas messiânicas-salvacionistas. Divido esse processo em duas frentes: formação e planejamento prático.

Garantir uma formação humana integral, emancipadora e interdisciplinar, senhor/a gestor/a escolar, é um dos caminhos possíveis. Isso implica abrir-se ao compromisso de estudar assuntos da contemporaneidade brasileira sem tabus. Cito alguns: educação, emprego e desemprego, segurança pública, violência policial, pobreza e desigualdade social, sistema de saúde e saúde mental, sustentabilidade socioambiental e humana, racismo, antirracismo, sexismo, machismo, patriarcado, sexualidade, sexo, divisão social do trabalho, violência de gênero, violência doméstica, capitalismo imperialista, aporofobia, lesbofobia, homofobia, transfobia, violência contra mulheres, significação social, política e pedagógica do movimento social negro e de outros movimentos populares, entre outros.

Uma formação humana integral, emancipadora e interdisciplinar, de cunho dialético-dialógico, engajada e revolucionária pode desencadear/provocar alterações nas relações étnico-raciais e nos modos de pensar e de fazer política. Não é possível alterar a realidade sociopolítica e econômica com uma educação bancária, conservadora e positivista-mecanicista, tampouco por meio de uma gestão escolar autoritária, arrogante e antidialógica. A equipe gestora pode, sim,

fazer a diferença, desde que esteja aberta e incentive o diálogo com os/as profissionais da escola, estudantes, pais, mães e/ou responsáveis e sujeitos institucionais acerca da importância da educação como processo de mediação da transformação.

No que diz respeito ao planejamento, recomendo que seja participativo e contemple práticas de oratória e "escutatória" (vide Rubem Alves), sem a máscara de uma falsa democracia de participação proforma, do tipo "primeiro decido, depois coloco em discussão". Na ausência de planejamento e na consequente falta de estratégias, senhor/a gestor/a escolar, é inevitável descambar para o voluntarismo, o espontaneísmo e o improvisado. Por tudo isso, reforço a construção de um planejamento realmente participativo e recomendo que ele aconteça a partir dos seguintes eixos: Pessoa, Sociedade, Política, Culturas, Educação, Negritude, Movimentos Sociais, Trabalho, Mídias Digitais, Direitos Humanos, Diversidade, Currículo, Mulheres, Mulheres Negras e Estado.

Na concepção da educação como constructo sociopolítico-científico, não há espaço para neutralidade, nem para o Movimento/Programa "Escola sem Partido", nem para o *homeschooling*, nem para a militarização da escola pública, muito menos para a transformação da escola em um Big Brother Brasil piorado.

Uma segunda recomendação é a implementação de uma pedagogia engajada, comprometida com a luta social, na qual sejam dissolvidas as fronteiras entre o pedagógico, o político, o social e o artístico-cultural. Além disso, importa também romper com a dicotomia entre o administrativo e o pedagógico; entre política e educação; entre indivíduo e sociedade etc. Em tempo, a gestão escolar não constitui espaço para uma dinastia hereditária, nem locus de perpetuação. Abra-se, portanto, à possibilidade de alternância.

A conclusão inconclusa, senhor/a gestor/a escolar, aponta para a reflexão contínua, consistente e qualificada dos processos pedagógicos midiáticos atinentes e correlacionados com direitos humanos, negritude e diversidade, como pressupostos que mediatizam a dignidade humana via práxis transformadora. Daí ser importante que cada sujeito de saberes educativos e institucionais se some à grande luta pela vida digna, respeitada e reconhecida como direito social humano de viver e viver bem. A educação é, inequivocamente, um dos meios com potencial para viabilizar a efetividade de uma sociedade nova, alicerçada em direitos e comprometida com a defesa intransigente da vida.

Gama-DF, 17 de fevereiro de 2026.

Cristino Cesário Rocha

Mestre em Educação pela Universidade de Brasília, Distrito Federal, Brasil; professor da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, Brasil; membro do Grupo de Estudos em Materialismo Histórico-dialético e Educação-Consciência (CNPq/UnB/FE). E-mail: cristino.arcanjo@gmail.com.

Formar para transformar Catu: mídia, direitos humanos e educação profissional

Prezadas e prezados docentes do Centro Estadual de Educação Profissional em Controle e Gestão do Nordeste Baiano Pedro Ribeiro Pessoa, em Catu, Bahia

Escrevo-lhes a partir de inquietações que se intensificaram ao longo do Curso de Aperfeiçoamento em Educação Midiática para a Promoção e Defesa dos Direitos Humanos e Diversidades e que dialogam diretamente com nossa prática na Educação Profissional. Em um cenário marcado pela plataformização da vida social, pela circulação massiva de informações e pela centralidade dos algoritmos na organização do debate público, a escola é convocada a redefinir seu papel formativo. Em Catu, território atravessado por desigualdades históricas e desafios socioeconômicos persistentes, formar para o trabalho não pode significar restringir-se à dimensão técnica; implica formar sujeitos capazes de interpretar criticamente os discursos que estruturam a realidade.

A educação midiática, nesse contexto, não se reduz ao domínio instrumental das tecnologias digitais. Ela constitui um campo ético-político que envolve a leitura crítica das mensagens, a compreensão das relações de poder que atravessam a produção de sentidos e o reconhecimento das disputas simbólicas que configuram identidades e exclusões. Se desejamos transformar Catu, precisamos formar estudantes aptos/as a questionar narrativas naturalizadas, identificar desinformações e compreender como as mídias tanto podem ampliar direitos quanto reforçar desigualdades.

A Educação Profissional, especialmente na perspectiva do currículo integrado, carrega o compromisso de articular formação técnica, científica e humana. Ao longo da orientação de projetos de iniciação científica e de práticas investigativas desenvolvidas na escola, tenho observado que, quando articulamos mídia, território e problematização social, ampliamos a potência formativa do ensino. Projetos que tematizam cultura afro-brasileira, inclusão, sustentabilidade, empreendedorismo social e inovação tecnológica revelam que a juventude de Catu é capaz de produzir conhecimento situado, crítico e socialmente implicado.

Entretanto, as mesmas mídias que possibilitam expressão e visibilidade também podem operar como dispositivos de reprodução de estereótipos, discursos de

ódio e silenciamentos. A ausência de mediação crítica tende a naturalizar preconceitos e a reforçar desigualdades estruturais. Nesse sentido, a educação midiática assume caráter emancipatório quando promove a análise de fontes, a problematização de algoritmos, a identificação de enquadramentos narrativos e a produção responsável de conteúdos. Trata-se de fortalecer práticas pedagógicas que consolidem a escola como espaço de diálogo democrático e de defesa incondicional da dignidade humana.

Considero, portanto, necessário avançarmos na institucionalização de práticas sistemáticas de educação midiática articuladas ao projeto formativo da Educação Profissional. Isso implica promover espaços formativos entre docentes para aprofundamento teórico e metodológico, incentivando abordagens interdisciplinares que integrem a análise crítica das mídias aos conteúdos técnicos e científicos. Não se trata de criar um componente isolado, mas de transversalizar a reflexão sobre mídia, ética e direitos humanos nas diferentes áreas do conhecimento.

Além disso, proponho que ampliemos experiências de protagonismo estudantil por meio da produção autoral de mídias, como *podcasts*, documentários, campanhas educativas e projetos científicos, que dialoguem com problemáticas concretas de Catu. Ao produzir narrativas comprometidas com a justiça social e a diversidade, os/as estudantes deixam de ocupar posição passiva diante da informação e assumem papel ativo na construção de sentidos. Assim, a Educação Profissional reafirma sua função social de formar sujeitos tecnicamente qualificados, criticamente conscientes e politicamente responsáveis por seu território.

Formar para transformar Catu exige reconhecer que a educação é prática social e política. A educação midiática, articulada à promoção dos direitos humanos e das diversidades, constitui dimensão indispensável de uma escola pública comprometida com a democracia, a equidade e a justiça social. Que possamos, como docentes da Educação Profissional, fortalecer coletivamente uma formação que integre técnica, criticidade e responsabilidade ética, contribuindo para que nossos estudantes não apenas se insiram no mundo do trabalho, mas atuem como sujeitos transformadores da realidade em que vivem.

Catu-BA, 15 de fevereiro de 2026.

Deivison Trindade dos Santos

Especialista em Docência para a Educação Profissional e Tecnológica pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo, Brasil; em Educação Científica e Popularização das Ciências pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano, Bahia, Brasil; em Gestão de Pessoas e Psicologia Organizacional pela Universidade Anhanguera, São Paulo, Brasil; e em Gestão e Organização da Escola com Ênfase em Coordenação e Orientação Escolar pela Universidade Anhanguera, São Paulo, Brasil; professor do Centro Estadual de Educação Profissional em Controle e Gestão do Nordeste Baiano Pedro Ribeiro Pessoa; coordenador do Clube de Ciências Professora Ilza Maria, Catu, Bahia. E-mail: deivisontrindade@hotmail.com.

Educação midiática, direitos humanos e escola pública: reflexões a partir de Valparaíso de Goiás

Prezados/as educadores/as, pesquisadores/as e profissionais da educação comprometidos com a promoção da educação midiática, com a defesa dos direitos humanos e com a valorização das diversidades na escola pública,

Escrevo esta carta pedagógica motivado pelas reflexões suscitadas durante minha participação no Curso de Aperfeiçoamento em Educação Midiática para a Promoção e Defesa dos Direitos Humanos e Diversidades.

Ao longo da formação, as discussões desenvolvidas evidenciaram a relevância de compreender o papel da educação midiática no contexto das transformações sociais contemporâneas, especialmente em um cenário marcado pela intensa circulação de informações, pela ampliação do uso das tecnologias digitais e pela presença cada vez mais significativa das mídias na vida cotidiana. Essas reflexões despertaram inquietações importantes sobre como a escola pode contribuir para a formação de sujeitos críticos, capazes de interpretar e questionar as mensagens que circulam nos diferentes meios de comunicação, ao mesmo tempo em que fortalece valores fundamentais, como o respeito às diferenças, a justiça social e a convivência democrática.

Atuo há quase duas décadas na educação básica, experiência construída em diferentes redes públicas de ensino. Minha trajetória docente iniciou-se na rede pública do Distrito Federal, onde atuei por três anos. Posteriormente, trabalhei por cinco anos na rede municipal de educação de Planaltina de Goiás. Atualmente, há onze anos, integro a rede municipal de educação de Valparaíso de Goiás, onde desenvolvo minhas atividades como professor de Geografia no Ensino Fundamental – Anos Finais. Ao longo desse percurso profissional, tive a oportunidade de atuar em diferentes escolas e contextos educacionais, experiências que contribuíram significativamente para a construção da minha prática pedagógica e para a compreensão das múltiplas realidades que compõem a educação pública brasileira.

A experiência cotidiana em sala de aula revela que as mídias ocupam um espaço central no universo dos/as estudantes. No entanto, muitas vezes, o acesso às informações ocorre sem a mediação crítica necessária para que os/as jovens compreendam a complexidade dos discursos presentes nas mídias. Diante dessa realidade, torna-se fundamental que a escola assuma um papel ativo na promoção

da educação midiática, compreendendo-a não apenas como o uso instrumental das tecnologias digitais, mas como um processo formativo voltado ao desenvolvimento da autonomia intelectual, da análise crítica e da participação cidadã.

As discussões propostas no curso reforçaram a compreensão de que a educação midiática possui estreita relação com a promoção dos direitos humanos e com a valorização das diversidades. Ao desenvolver atividades que estimulem a leitura crítica da mídia, os/as educadores/as podem contribuir para que os/as estudantes identifiquem discursos que reforçam preconceitos, estereótipos e desigualdades sociais. Ao mesmo tempo, a escola pode promover espaços de diálogo que valorizem diferentes identidades culturais, sociais e territoriais, fortalecendo práticas pedagógicas comprometidas com o respeito às diferenças e com a construção de uma convivência democrática.

Nesse sentido, a educação midiática apresenta-se como uma ferramenta pedagógica capaz de ampliar o protagonismo dos/as estudantes no processo educativo. Quando estimulados/as a analisar informações, questionar fontes e refletir sobre os impactos sociais das mensagens veiculadas nas mídias, os/as alunos/as desenvolvem competências fundamentais para a participação ativa na sociedade contemporânea. Além disso, ao produzir conteúdos midiáticos, os/as estudantes passam a compreender que a comunicação também envolve responsabilidade ética, compromisso com a verdade e respeito aos direitos humanos.

No campo do ensino de Geografia, as possibilidades de articulação entre educação midiática e formação cidadã são amplas. A análise de notícias, reportagens, mapas digitais, documentários e conteúdos audiovisuais permite discutir temas relevantes, como desigualdades socioespaciais, diversidade cultural, dinâmicas territoriais, questões ambientais e processos migratórios. Essas abordagens favorecem a aproximação entre os conteúdos curriculares e a realidade vivenciada pelos estudantes, contribuindo para a construção de aprendizagens mais significativas e contextualizadas.

A partir dessas reflexões, considero que algumas iniciativas pedagógicas podem contribuir significativamente para fortalecer a educação midiática no contexto escolar. Uma delas consiste na incorporação de atividades de leitura crítica da mídia nas diferentes disciplinas do currículo, estimulando os estudantes a

analisarem notícias, identificarem fontes de informação confiáveis e refletirem sobre a forma como determinados conteúdos são apresentados nos meios de comunicação. No ensino de Geografia, por exemplo, é possível trabalhar com a análise de reportagens sobre questões ambientais, desigualdades sociais ou conflitos territoriais, incentivando os alunos a compararem diferentes fontes de informação e compreenderem como distintas narrativas podem representar um mesmo acontecimento.

Em algumas atividades realizadas em sala de aula, procuro incentivar os/as estudantes a investigarem informações que circulam nas redes sociais, especialmente aquelas relacionadas a acontecimentos locais ou nacionais. A partir dessas experiências, desenvolvemos discussões sobre a veracidade das informações, a confiabilidade das fontes e os impactos sociais da desinformação. Esse tipo de atividade, muitas vezes estruturado como uma investigação coletiva, estimula os/as alunos/as a atuarem como verdadeiros/as “detetives da informação”, analisando conteúdos, verificando dados e refletindo sobre a responsabilidade que cada cidadão possui ao compartilhar informações no ambiente digital. Além de desenvolver habilidades críticas, essas práticas contribuem para fortalecer valores relacionados à ética, ao respeito e à responsabilidade no uso das mídias.

Outra experiência pedagógica que dialoga com a educação midiática envolve a produção de conteúdos pelos/as próprios/as estudantes. Em algumas atividades, proponho que eles/elas desenvolvam pequenos materiais informativos, como textos, cartazes, vídeos curtos ou apresentações digitais, sobre temas relacionados aos direitos humanos, à diversidade cultural ou às questões socioambientais. Essas produções permitem que se reconheçam como sujeitos capazes de produzir conhecimento e comunicar ideias, ao mesmo tempo em que refletem sobre a importância da informação responsável e do respeito às diferentes realidades sociais.

Considerando o contexto territorial em que a escola está inserida, também é possível desenvolver atividades que relacionem educação midiática e leitura do espaço geográfico. Um exemplo seria a construção de mapas colaborativos ou registros fotográficos do próprio bairro, nos quais os/as estudantes possam identificar elementos da paisagem local, transformações urbanas, equipamentos públicos e aspectos culturais da comunidade. Ao utilizar recursos digitais para registrar e interpretar o espaço onde vivem, eles/elas passam a compreender

melhor seu território e a refletir sobre questões sociais presentes em sua realidade cotidiana. Essas experiências fortalecem o sentimento de pertencimento e estimulam uma leitura mais crítica do espaço geográfico.

Essas práticas demonstram que a educação midiática pode ser incorporada ao cotidiano escolar de forma interdisciplinar e contextualizada, contribuindo para o desenvolvimento de estudantes mais críticos, participativos e conscientes de seus direitos e responsabilidades na sociedade. Ao estimular a análise, a produção e a reflexão sobre conteúdos midiáticos, a escola amplia as possibilidades de formação cidadã e fortalece valores fundamentais para a convivência democrática e o respeito às diversidades.

Trabalhar a educação midiática na escola pública, portanto, significa também fortalecer a capacidade dos/as estudantes de interpretar o mundo em que vivem, questionar discursos que produzem desigualdades e reconhecer a importância do respeito aos direitos humanos.

Finalizo esta carta reafirmando a importância de compreendermos a educação midiática como uma prática educativa transformadora, capaz de contribuir para a promoção dos direitos humanos e das diversidades no ambiente escolar. Em um mundo cada vez mais conectado e mediado pela informação, a escola tem o desafio e a responsabilidade de formar sujeitos críticos, capazes de interpretar a realidade, questionar injustiças e atuar de forma consciente na sociedade. Que possamos continuar construindo coletivamente práticas pedagógicas comprometidas com a educação pública, com a democracia e com a valorização da diversidade humana.

Valparaíso de Goiás-GO, 15 de março de 2026.

Denner Barbosa Cury

Especialista em Currículo e Práticas Docentes nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental pela Universidade Federal do Piauí, Brasil; professor de Geografia no Ensino Fundamental – Anos Finais na rede municipal de ensino de Valparaíso de Goiás, Brasil. E-mail: dennercury@gmail.com.

Supressão de celulares e mutação social: desafios à aprendizagem e à cidadania digital infantojuvenil

Prezados/as colegas educadores/as,

Minhas cordiais saudações e estima pela oportunidade de escrita, debate e reflexão acerca da Educação Midiática para a Promoção e Defesa dos Direitos Humanos e Diversidades.

Esta carta tem por norte as interações humanas por meio das tecnologias digitais, compreendendo-as como fenômeno social, político, cultural e histórico das relações humanas, que precedem a evolução tecnológica sobre a sociedade, bem como a proposição de diretrizes de uma cultura informativa preventiva à luz da educação digital e midiática nas escolas.

Neste ato, toma-se como recorte a Lei nº 15.100/2025, que regula a utilização de celulares nos estabelecimentos de ensino da Educação Básica, com o objetivo de salvaguardar a saúde mental, física e psíquica de crianças e adolescentes. Todavia, trata-se de uma legislação criada sem uma política informativa preventiva capaz de combater os reais males do conteúdo nocivo direcionado a crianças e adolescentes: ausência de filtragem das mídias, superexposição às telas, discursos de ódio, desinformação e disseminação de conteúdos que afetam o desenvolvimento infantojuvenil, tanto na condição de vítimas quanto na autoria de atos infracionais análogos a crimes. Tais questões não são solucionadas, tampouco reprimidas apenas com sua aplicação, visto que não há oferta de mecanismos diversos de prevenção e solução para além do ambiente escolar. Ainda que haja o advento do chamado ECA Digital, pouco se tem feito, nesse lapso temporal, em relação à sua efetiva prevenção.

Cabe ressaltar que nos encontramos em um momento social sem precedentes, cujos dados podem ser capazes de explicar as próximas gerações, bem como seus comportamentos diante do crescimento em meio às telas, em uma geração precursora que se debruça intensamente sobre a cultura web, observando-se os estudos das humanidades digitais juntamente com o surgimento de um catálogo legislativo voltado ao ambiente virtual, como o ECA Digital e outras normativas provenientes dessa temática.

Revela-se, ainda, o debate acerca da pedagogia da punição e também do processo legislativo como subproduto do direito de emergência, oriundo de fatos

ocorridos após grande repercussão midiática, tal como o recente debate sobre o movimento *red pill* e a criminalização da misoginia, frente aos efeitos maléficos sobre a sociedade e à epidemia de ódio e feminicídios no Brasil, bem como à participação massiva de crianças e adolescentes nesses movimentos no mundo digital.

Verifica-se que determinadas leis emergem para oferecer respostas imediatas a uma sociedade que ainda não sabe lidar plenamente com os avanços sociais da era digital. No caso em tela, a retirada de celulares das salas de aula aparece com o objetivo de ganhar tempo para o enfrentamento de problemas contemporâneos do ecossistema digital, valendo-se da supressão temporária do direito humano à informação segura em nome da segurança social, porém sem uma política preventiva antecedente, como ocorre na questão dos celulares nas salas de aula.

Tal fato culmina em um processo de mecanização do ensino em um momento completamente histórico, que revela ausência de habilidade para compreender o novo e um distanciamento, ao invés de compreensão, como forma de sobrevivência ao processo mutacional, humanístico e social. Esse processo deveria saber fazer bom uso das mídias como ferramenta de promoção da valorização, da experiência e da subjetividade dos sujeitos, sem recorrer à resistência cultural como metodologia de política pública, já que, observados os fatos cada vez mais agressivos à espreita da sociedade, não cabe mais espaço para apenas suprimir, mas sim para conscientizar e prevenir violências oriundas do ambiente cibernético.

Sendo assim, mostra-se importante a participação ativa de crianças e adolescentes na oportunidade de reescrita das fronteiras e do progresso das humanidades digitais, como parte – e não totalidade – de uma política pública destinada à proteção em um macrosistema articulado com demais formas de prevenção e intervenção.

A observância do atual cenário sob a implementação de medidas extremas pode tornar-se fonte de violação de direitos, sendo necessária uma perspectiva de cunho pedagógico reflexivo, que acolha as novas tecnologias frente ao processo educacional. Torna-se primordial uma política de intervenção, e não de proibição, estabelecendo um elo entre as novas humanidades digitais e um processo natural evolutivo e social.

Desta feita, faz-se necessária a compreensão e mediação dos impactos dessas legislações sobre a formação crítica de crianças e adolescentes, sem que se suprima ou viole processos essenciais para a evolução de uma sociedade digital. É preciso fomentar a conscientização acerca do melhor uso, da prevenção e da proteção aliados ao letramento digital e à educação midiática, com o fito de modular e frear as violências às quais a infância e a juventude estão sujeitas frente a um ambiente virtual disfuncional, em resposta às transformações contemporâneas que atravessam o cotidiano escolar e humano diante das novas formas de sociabilidade. Essas transformações passam pela compreensão e prevenção dos contornos nocivos ao desenvolvimento infantojuvenil.

Nesse sentido, a presente carta dialoga com a compreensão dos marcos sociais relacionados ao progresso e ao avanço tecnológico, ressaltando a importância de registrar, interpretar e ensinar essas transformações como fenômenos naturais, educativos, culturais e políticos, fundamentais para a compreensão crítica do momento presente e de seus desdobramentos na sociedade futura. Destaca-se também o processo mutacional não apenas social, mas escolar e legislativo, diante das novas necessidades e enfrentamentos do mundo digital para crianças e adolescentes inseridos em uma comunidade digital que não deve ser tolhida. Defende-se, assim, uma abordagem pedagógica reflexiva e interventiva, em oposição a políticas de cunho exclusivamente proibitivo, destacando crianças e adolescentes como sujeitos de direitos e protagonistas do processo educativo e social.

Cabe, portanto, a integração das tecnologias digitais às práticas pedagógicas frente a uma sociedade integrativa, sem suprimir direitos ou comprometer processos essenciais à consolidação de uma sociedade digital democrática, comprometida com os direitos humanos, bem como com práticas e estratégias educacionais às quais esse grupo está submetido.

Rio de Janeiro-RJ, 15 de março de 2026.

Diana Jacob Damasceno

Especialista em Direitos Humanos e Políticas Públicas para Infâncias e Juventudes pela Universidade Pontifícia Católica do Paraná, Brasil e em Enfrentamento de Violências contra Crianças e Adolescente pela Universidade de Brasília, Brasil; advogada; assessora jurídica na Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil. E-mail: dianajacobd@gmail.com.

Vozes que educam: textos orais e a formação para direitos humanos na infância

Companheiros/as de jornada,

Não faz muito tempo que comecei a lecionar para turmas de alfabetização. Digo que não faz muito tempo porque, embora esteja formada há vinte anos, somente a partir de 2017 comecei a atuar com a alfabetização de crianças pequenas, sem, contudo, compreender plenamente o que isso significava; sem entender os caminhos que eu precisaria percorrer para chegar até ali; para compreender que ensinar a ler e a escrever tem tudo a ver com direitos humanos.

Após alguns anos lecionando para crianças tão pequenas, deparei-me com o desafio de atuar na coordenação de um projeto de recomposição de aprendizagens. E foi nesse contato com professores/as desmotivados/as e alunos/as com baixa autoestima, histórico de retenção e evasão escolar que passei a ler mais sobre os direitos humanos na educação. Era nítida, naquele momento, a falta de pertencimento ao modelo de escola em que estávamos inseridos. Pensando em resgatar a minha voz enquanto educadora que defende uma escola pública para todos, passo a refletir, nesta carta, sobre angústias e sobre a esperança de que a nossa voz e a das nossas crianças não sejam mais silenciadas por preconceitos, racismo, estigmas e estereótipos.

Saber ler e escrever deveria ser algo tão natural, pois nossas crianças já nascem inseridas em contextos de leitura e escrita que se transformam o tempo todo, principalmente agora, com recursos de mídias digitais, uso de inteligência artificial e tantas outras fontes de informação e comunicação social. Não saber ler e escrever remete à sensação de invisibilidade; de viver uma infância e adolescência com o direito à aprendizagem negado. Partindo desse princípio, ao meu ver, os textos orais ganham relevância no ensinar e no aprender.

Aprende-se a escrever e ler o próprio nome como forma de reconhecer-se, como forma de pertencer. E esse pertencimento decorre também dos textos orais: as cantigas que nossas mães e avós cantaram para ninar; as histórias sobre o nosso nascimento e a escolha do nome; as origens de nossos antepassados e ancestrais; uma receita de família preparada ao redor de uma mesa; as brincadeiras da infância e as primeiras histórias que ouvimos; as parlendas, os contos e os causos da nossa cidade, entre outros. Tudo isso parte de textos orais. São os primeiros textos que a criança aprende e, quando ela percebe que tudo isso pode ir para o

papel, a magia acontece: tudo se transforma e a aprendizagem passa a fazer sentido.

Penso, ao escrever esta carta, no quanto foi difícil me lapidar enquanto educadora da sensibilidade, tornando-me uma professora que enxerga potencialidades e saberes ancestrais nas crianças dos primeiros anos escolares. Quando falo de saberes ancestrais, refiro-me à força das crianças no uso da língua materna a partir da troca com o outro, em diálogos que ocorrem antes mesmo de chegarem à escola. Por isso, é tão importante que a cultura e a tradição oral não sejam silenciadas no ambiente escolar.

Para que isso seja possível, o momento de escuta deve ser valorizado, sem conduzir a respostas únicas, favorecendo um diálogo plural que dê voz às crianças, sem sobrepor a interpretação do adulto antes mesmo que elas sejam capazes de expressar suas ideias sobre aquilo que aprendem, leem e escrevem. É preciso, desde os anos iniciais, provocar inquietações nas crianças, considerando um modelo de educação que faça sentido em sua comunidade e em seu território. Permitir que essas histórias, passadas de geração em geração, não sejam esquecidas faz com que um povo não perca suas raízes e sua história não seja apagada. Estudar e disseminar boas práticas em direitos humanos e diversidade ajuda-nos a dimensionar a importância de dar voz às crianças para que a aprendizagem, de fato, aconteça.

Uma roda de conversa pode ser disparadora de boas ideias sobre os mais variados assuntos. Uma leitura de livro debaixo de uma árvore pode ser uma oportunidade de troca de saberes que ligam o passado, o presente e o futuro. São oportunidades de resgate de histórias e de construção colaborativa de memórias. Inquieta-me a incerteza de que, com tanta tecnologia e com a velocidade das informações, muitas histórias orais deixem de ser continuadas. Ainda assim, penso que disseminar boas práticas em direitos humanos já é uma iniciativa que muito tem a nos favorecer na promoção de uma educação em tempos tão adversos.

Finalizo esta carta de modo sensível e com o coração aberto, pois acredito que muitas narrativas ainda podem ser contadas por nossas crianças. Acredito e defendo, ainda, que muitos educadores que atuam no chão da escola podem contribuir com seus relatos. Quando compartilhamos histórias, angústias e sonhos, percebemos que não estamos sozinhos e que outros educadores, em várias partes do país, podem se identificar com nossas vivências, tecendo uma rede de

acolhimento e escuta nesse percurso tão árduo e, ao mesmo tempo, tão humano que é ensinar.

Araruama-RJ, 14 de março de 2026.

Evelyn Andrade Marinho

Especialista em Orientação Escolar e Supervisão pela Faculdade Venda Nova do Imigrante, Brasil; professora da rede municipal de ensino de Saquarema, Rio de Janeiro, Brasil; orientadora pedagógica da rede municipal de educação de Araruama, Rio de Janeiro, Brasil. E-mail: evelynadv87@gmail.com.

Os educadores da educação infantil e o esperançar na educação midiática

Aos/às educadores/as da educação infantil,

Minha carta tem por objetivo incluir os/as educadores/as da educação infantil na discussão sobre a educação midiática. Calma! Não vou escrever sobre esta ou aquela ferramenta, nem sobre como novas metodologias deverão ser aplicadas na sala de aula. Algo muito mais visceral precisa ser amplamente debatido: a garantia da dignidade humana em tempos de conexão digital e desconexão social.

Como professora de Tecnologia da Informação e Comunicação no Curso Normal Superior – Licenciatura em Educação Infantil, do Pró-Saber-RJ, proponho aos/às alunos/as uma construção coletiva do conhecimento, propiciando o uso crítico e consciente da tecnologia. Além disso, o/a aluno/a do curso é considerado/a em sua integralidade: como indivíduo, como cidadão/ã e como atuante na Educação Infantil. Na construção do conhecimento, nosso maior desafio não é apenas técnico, mas ético.

Vivemos em um mundo em que as tecnologias móveis ocupam todos os espaços, mas o uso frequente não se traduz em aprendizado real. Frequentemente, "usamos sem aprender e pensamos que sabemos usar". São comuns os relatos de sintomas de nomofobia, com a ansiedade provocada pela distância das telas, em crianças desde as turmas do berçário, além dos/as próprios/as educadores/as, que convivem com as consequências do uso inadequado das possibilidades digitais.

Não podemos falar de tecnologia sem falar de acesso. Mesmo em uma das mais importantes cidades do Brasil, enfrentamos recursos precários e um fosso alarmante entre instituições privadas, comunitárias e públicas. Além disso, a prática pedagógica é atravessada por questões fundamentais de Direitos Humanos. É um desafio falar em garantia de direitos quando estudantes precisam interromper seus estudos devido a toques de recolher em suas comunidades. Como falar em "vanguarda tecnológica" quando os direitos básicos à segurança, à moradia e à educação, dentre outros, são frequentemente negligenciados por uma estrutura que gera privilégios para alguns, enquanto mantém recursos precários nas instituições? Ao mesmo tempo, o fosso entre o ensino privado e o comunitário/público é, de fato, crescente e alarmante.

No campo das políticas públicas, observamos lacunas críticas. A Estratégia Brasileira de Educação Midiática (EBEM) ainda silencia sobre como os recursos chegarão, de fato, aos/às profissionais. Há uma preocupação especial com a Educação Infantil: embora o Plano Nacional de Educação Digital preveja a capacitação de todos, documentos como o Referencial de Saberes Digitais Docentes ainda possuem aplicabilidade limitada para esse segmento. A Lei nº 15.100/2025, que dispõe sobre a utilização de aparelhos eletrônicos portáteis pessoais nos estabelecimentos públicos e privados de ensino da educação básica, prevê a disponibilização de espaços de escuta e acolhimento nas instituições de ensino para receber estudantes ou funcionários/as que estejam em sofrimento psíquico e mental decorrente do uso imoderado de telas.

Diante do exposto, é urgente incluir os/as educadores/as da Educação Infantil nessa discussão, especialmente considerando o acesso cada vez mais precoce das crianças às telas, somado ao analfabetismo digital dos responsáveis, em sua grande maioria, gerando e, ao mesmo tempo, perpetuando um ciclo vicioso em nossa sociedade.

Encerro com o conceito de “esperançar”: não uma espera passiva, mas uma espera acompanhada de ação transformadora. A educação midiática deve ser uma ferramenta de enfrentamento ao preconceito, ao racismo e à aporofobia. Contudo, é importante lembrar que a educação deve promover a autonomia, a autoria e a reflexão, para romper os ciclos de sofrimento. Nesse sentido, não somos meros/as espectadores/as; a construção de uma consciência coletiva é nossa responsabilidade agora.

Com forte esperança de transformação...

Rio de Janeiro-RJ, 15 de março de 2026.

Flávia de Andrade Viveiros Quadrelli

Mestra em Avaliação pela Fundação Cesgranrio; professora do Instituto Superior de Educação Pró-Saber. E-mail: flaviavq@gmail.com.

Olhar, questionar e transformar: caminhos da educação midiática

Queridos/as educadores/as,

Escrevo esta carta movida por inquietações que nasceram durante minha formação e também das experiências vividas no cotidiano da escola. Em meio às discussões do Curso de Aperfeiçoamento em Educação Midiática para a Promoção e Defesa dos Direitos Humanos e Diversidades, fui levada a pensar sobre o quanto a escola precisa olhar com mais atenção para o mundo em que nossas crianças estão inseridas. Vivemos em uma realidade profundamente atravessada pelas mídias. Imagens, vídeos, notícias e opiniões chegam até nós todos os dias, muitas vezes sem tempo para pausa ou reflexão.

Foi a partir dessa constatação que surgiu a necessidade de refletir sobre o papel da educação diante desse cenário. Se as mídias já fazem parte da vida das crianças, ignorá-las dentro da escola significa também abrir mão de um espaço importante de formação crítica. Mais do que aprender a utilizar ferramentas tecnológicas, precisamos ensinar a ler o mundo que se constrói por meio delas. Essa reflexão se torna ainda mais urgente quando pensamos que as mesmas mídias que podem ampliar vozes e promover direitos também podem reforçar preconceitos, invisibilizar sujeitos e naturalizar desigualdades.

Nesse sentido, compreendo que a educação midiática precisa ser pensada como parte de uma prática pedagógica comprometida com os direitos humanos e com o respeito às diversidades. Quando trabalhada de forma crítica, ela possibilita que os estudantes aprendam a questionar discursos, identificar estereótipos e perceber como determinadas narrativas constroem visões limitadas sobre pessoas, culturas e realidades. Assim, a escola se torna um espaço onde não apenas se consome informação, mas também se aprende a interrogá-la.

Ao mesmo tempo, a ausência dessa reflexão pode fazer com que a mídia reproduza dentro da escola as mesmas desigualdades que atravessam a sociedade. Discursos racistas, preconceitos de gênero ou visões estigmatizadas sobre a pobreza, por exemplo, muitas vezes circulam nas redes e chegam ao ambiente escolar sem serem problematizados. Por isso, educar para a mídia é também educar para a convivência, para o respeito e para a construção de uma sociedade mais justa.

Diante disso, acredito que algumas ações simples podem fortalecer esse compromisso no cotidiano escolar. Uma delas é criar momentos de diálogo em que as crianças possam falar sobre aquilo que veem nas redes, nos vídeos ou nas notícias que circulam entre elas. Esses momentos de conversa permitem que a escola se torne um espaço de escuta e reflexão, ajudando os estudantes a desenvolver um olhar mais atento e crítico sobre o que consomem.

Outra possibilidade é incentivar que as próprias crianças produzam conteúdos midiáticos: registros fotográficos da escola, pequenos vídeos, relatos ou cartazes digitais que contem suas histórias e expressem suas percepções sobre o mundo. Quando os/as estudantes passam a produzir, e não apenas a consumir conteúdos, eles também passam a compreender melhor o poder das narrativas e a importância de representar diferentes vozes e experiências.

Também considero fundamental que educadores e equipes escolares possam se reunir para refletir sobre o uso pedagógico das mídias. Pensar coletivamente em estratégias, compartilhar experiências e discutir os desafios desse processo pode fortalecer práticas educativas mais conscientes e comprometidas com a formação integral dos/as estudantes.

Finalizo esta carta reafirmando algo que tem se tornado cada vez mais claro em minha caminhada formativa: educar, hoje, também significa ensinar a olhar criticamente para as múltiplas vozes que circulam no mundo. Que possamos fazer da educação midiática não apenas um recurso pedagógico, mas um caminho para formar sujeitos mais sensíveis, críticos e comprometidos com o respeito às diferenças e com a construção de uma sociedade mais justa.

Uberlândia-MG, 15 março de 2026

Gabriela Aparecida Borges Rodrigues

Graduanda em Pedagogia na Universidade Federal de Uberlândia, Minas Gerais, Brasil. E-mail: gabrielaapbrodrigues@gmail.com.

Lugar de criança é brincando fora das telas

Cara comunidade escolar,

A motivação para falar sobre a questão da fama infantil na internet surgiu do fato de conviver boa parte do meu tempo diário ao lado de adolescentes que acreditam em tudo o que se fala sobre a riqueza advinda das redes sociais e, também, por compreender que tal ilusão pode causar prejuízos incalculáveis. E aqui não falo de perdas financeiras, mas, sobretudo, da questão emocional.

Há alguns dias, assisti ao filme *#salverosa*, que aborda a questão da fama precoce de uma criança *influencer* e da presença invisível de um amor maternal, invisível porque o cuidado da mãe não era voltado para a saúde física e emocional da filha, mas apenas para vê-la como um produto rentável na internet. A mãe era uma mulher notadamente adoecida, viciada em sexo e nos prazeres de uma vida desconectada dos padrões morais de uma família e da sociedade como um todo, chegando ao ponto de medicar a própria filha para que ela mantivesse características infantis, pois, assim, o público permanecia mais fiel.

O filme conduz a um desfecho doloroso, no qual fica subentendido que Rosa pode ter morrido de inanição, visto que a mãe, ao ser confrontada pela filha sobre sua verdadeira idade, tranca-a em um quarto. O restante deixo para os interessados assistirem, mas afirmo que o filme provoca uma profunda dor diante da situação à qual a menina é submetida. Para aguçar ainda mais a curiosidade, a mãe engravida novamente, deixando implícita a possibilidade de surgir outra "Rosa" para alimentar interesses puramente materiais e físicos.

Até quando teremos Rosas, Marias, Joanas, Josefas e tantas outras crianças escravizadas por uma vida inverídica, marcada por lacunas e frustrações?

Percebo, nas salas de aula, que a proibição do uso do celular nas escolas trouxe consigo jovens entristecidos/as que, mesmo rodeados/as de pessoas, sentem-se sozinhos/as. É como se a cultura do diálogo mediado pelas mídias fosse o verdadeiro sentido de tudo. Nossos/as educandos/as – ou, ao menos, uma parcela deles – perderam o interesse pelos encontros em família, pelas conversas à mesa durante as refeições e pelos momentos simples de convivência.

Mas será que as tecnologias são as culpadas por tudo isso? Não. As tecnologias não podem ser vistas como culpadas, visto que são inumanas. O problema está no

excesso de uso, principalmente quando não há acompanhamento por parte dos responsáveis, que deveriam orientar e estabelecer limites.

Cabe, então, ao espaço escolar propor atividades acompanhadas que visem conscientizar os/as estudantes sobre a importância e os limites desse recurso, estabelecendo oportunidades para que as tecnologias sejam vistas como fontes de pesquisa, descobertas e construção de novos aprendizados. Também é necessário inserir projetos que promovam o uso das tecnologias como ferramentas de investigação e produção de conhecimento, instigando os/as estudantes a compreendê-las como suporte e conscientizando-os de que a ação do fazer lhes pertence. Ferramentas como o “GPT”, por exemplo, não foram criadas para realizar as tarefas que cabem aos/às estudantes, mas para agregar informações relevantes sobre os temas abordados.

Outro ponto importante é descobrir formas de impedir que surjam novas “Rosas”, utilizadas como fonte de renda por aqueles/as que deveriam cuidar, proteger e orientar.

Portanto, compreende-se que as tecnologias não são vilãs. Muito pelo contrário: podem ser recursos de extrema cooperação quando utilizadas de forma consciente. Contudo, é fundamental que crianças e adolescentes não substituam momentos únicos de contato humano e convivência pelas telas. Estas foram feitas para “alguns instantes” e não para substituir o diálogo, a presença e a afeição.

O fator psicológico fica comprometido quando os excessos ultrapassam os limites da realidade concreta do agora. É preciso entender que a internet apresenta “personagens” e não substitui pessoas reais do convívio familiar e dos círculos de amizade.

Ituiutaba-MG, 15 de março de 2026.

Gilsa de Oliveira Mendonça

Especialista em Docência para a Educação Profissional pelo Centro Universitário Senac, Santo Amaro, Brasil; professora de língua portuguesa no Ensino Fundamental – anos finais na rede municipal de ensino de Ituiutaba, Minas Gerais, Brasil. E-mail: gilsaomendonca65@gmail.com.

Do papel à prática: o caminho da implementação da educação midiática para a promoção e defesa dos direitos humanos e diversidades

Prezado/a coordenador/a pedagógico/a,

Sabemos que a implementação da educação midiática para a promoção e defesa dos direitos humanos e das diversidades constitui um tema central para a construção de uma sociedade mais justa e democrática. No entanto, entre as normativas nacionais e o cotidiano da sala de aula, existe um desafio hercúleo: como organizar os conteúdos de forma estruturada e eficiente?

O papel do/a coordenador/a pedagógico/a é o elo dessa corrente. É você quem traduz as competências técnicas para a linguagem pedagógica e quem encoraja o/a professor/a a explorar novos territórios, muitas vezes sem o suporte tecnológico ideal. Em um cenário marcado por desafios como a violência, a discriminação e a disseminação de discursos de ódio potencializados pelos meios digitais, torna-se fundamental reconhecer que todas as pessoas possuem direitos fundamentais, independentemente de sua origem ou condição.

Inspirados pela perspectiva de Paulo Freire, que nos lembra que “ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo”, este material foi concebido como um espaço de diálogo e troca de experiências. Ao longo da leitura, refletiremos acerca da origem, dos avanços e dos desafios da educação fundamentada em direitos humanos e diversidades, buscando construir, juntos/as, um conhecimento que se conecte com a realidade da Educação Básica.

É importante considerar que, durante a realização das atividades em sala de aula, os/as docentes proporcionem momentos de aprendizagem por meio da reflexão e da análise coletiva, oferecendo ferramentas e competências para a construção de uma sociedade em que os direitos de todas as pessoas sejam respeitados. Entretanto, sabemos que tudo isso só é possível quando o/a coordenador/a pedagógico/a conhece a realidade da escola e todo o contexto social. Desse modo, esse tipo de atuação constitui uma importante estratégia para o desenvolvimento cognitivo, emocional e social dos alunos.

Nesse contexto, ao longo de todo o curso, foram apresentadas estratégias metodológicas para serem executadas em sala de aula e nas práticas discentes. Os/as professores/as avaliam-se, aprendem e desenvolvem, na prática,

competências que potencializam suas relações sociais e, assim, reverberam diálogo e atitudes voltadas à redução das desigualdades na aprendizagem e no desenvolvimento de crianças e adolescentes, promovendo a equidade entre os/as estudantes.

Não podemos esquecer o papel social, pedagógico e político dos envolvidos, que rompem paradigmas pretéritos e passam a ter um novo olhar sobre si e sobre o outro. Por isso, toda a formação técnica vem fortalecer e qualificar as práticas pedagógicas relacionadas à educação midiática, aos direitos humanos e à diversidade.

Nesse sentido, é essencial que legitimemos um modelo de atuação pautado no Estatuto, que sirva de base para nossas reflexões sobre os direitos humanos e sobre a diversidade sexual e de gênero, reconhecendo o Estado como guardião e defensor desses direitos. Violar os direitos humanos, em qualquer fase da vida de um/a cidadão/ã, configura-se como uma forma grave de violência, podendo, inclusive, ser tipificada como crime. Quando essa violação recai sobre crianças e adolescentes, é necessário compreender que ela se concretiza a partir de uma rede de fatores que contribuem para sua efetivação.

Nessa perspectiva, o/a coordenador/a pedagógico/a busca estratégias para que as atividades sejam realizadas conforme as necessidades da escola, enquanto os/as docentes as desenvolvem em sala de aula, sem esquecer que a mediação é necessária para que competências e habilidades estejam alinhadas a toda proposta de trabalho em um ambiente acolhedor, sistemático e democrático.

Nada é fácil no chão da escola, mas é fundamental refletir sobre como podemos efetivar essas leis de maneira mais abrangente e significativa, considerando a instituição escolar como um dos espaços de maior relevância nesse processo. A escola, enquanto ambiente multidisciplinar, deve incorporar esse princípio em todas as suas dimensões. Mais do que um local de acesso à educação formal, ela representa, antes de tudo, um direito assegurado pela Constituição Federativa do Brasil de 1988 e reafirmado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

É fato inegável que a imersão desses sujeitos no meio digital é uma questão cada vez mais relevante e que suscita questionamentos: deve ser proibida? Deve ser permitida sem restrições? Como encontrar o equilíbrio necessário? Isso porque o tema envolve e é atravessado por diversas questões que dialogam com os direitos e as representações de crianças e adolescentes, ao mesmo tempo em que é

tensionado por visões que, diante de um mundo em constante transformação, também precisam transformar-se.

O curso, em sua totalidade, propõe justamente uma breve incursão pela história da construção social de nossas concepções sobre infâncias e adolescências, bem como pela trajetória do marco regulatório dos direitos de crianças e adolescentes em âmbito mundial e no Brasil, destacando nosso arcabouço protetivo para, nesse contexto, situar a questão do acesso ao ambiente digital.

Ao participar do curso, o/a coordenador/a pedagógico/a consegue construir uma perspectiva que se afasta tanto da ideia de proteção baseada na proibição quanto da permissão pautada pelo descuido, caminhando em direção a um ambiente que possibilite o pleno desenvolvimento de crianças e adolescentes imersos não apenas no meio digital, mas, sobretudo, na complexidade do mundo contemporâneo.

Nessa direção, consegue-se refletir coletivamente sobre como a educação midiática se relaciona diretamente com os direitos de crianças e adolescentes e como essa perspectiva é fundamental para a construção de uma sociedade educada e fundamentada nos direitos humanos e nas diversidades em todos os ambientes, inclusive o midiático.

Os objetivos de aprendizagem a serem alcançados por meio da formação destinada aos coordenadores pedagógicos são: compreender a noção de infância e adolescência como construções sociais historicamente tecidas; reconhecer as lógicas interseccionais que atravessam as diferentes realidades desses sujeitos; problematizar os desafios e as oportunidades advindos do ecossistema midiático digital; compreender o papel da escola na garantia dos direitos de crianças e adolescentes, especialmente no que se refere à proteção, provisão e participação; e reconhecer a educação midiática como promotora desses direitos.

Diante de todo o exposto, a Educação Midiática para a Promoção e Defesa dos Direitos Humanos e Diversidades só é possível quando todos estão empenhados na transformação de uma sociedade mais acessível à causa e, principalmente, quando essa proposta vem acompanhada da formação dos/as coordenadores/as pedagógicos/as, pois são vocês que vivem diretamente ligados ao processo pedagógico, mediando as lacunas que o chão da escola apresenta e buscando, de forma ética e comprometida, caminhos para a construção de soluções.



Branquinha-AL, 11 de março de 2026.

Jarmison Silva Odilon

Especialista em Neuropsicologia pela Universidade de Cabo Verde e em Direitos Humanos e Diversidade pela Universidade Federal de Alagoas, Brasil; professor e coordenador pedagógico na rede municipal de ensino de Branquinha, Alagoas, Brasil; docente premiado pelo Global Goals Educa e SINPETE-UFAL. E-mail: jarmisonodilon@gmail.com.

Educação profissional na era digital: inclusão e direitos humanos como fundamento formativo

Nobres colegas da docência e demais profissionais da educação, saudações!

Tendo me debruçado sobre a educação midiática e seus efeitos na educação profissional, especialmente a partir das reflexões desenvolvidas no Curso de Aperfeiçoamento em Educação Midiática para a Promoção e Defesa dos Direitos Humanos e Diversidades, senti-me mobilizado a compartilhar algumas inquietações e aprendizagens construídas nesse percurso formativo.

A experiência de implementação de práticas voltadas à leitura crítica das mídias junto a estudantes da educação profissional revelou não apenas a ampliação da consciência sobre discursos, narrativas e representações sociais, mas também um processo significativo de transformação de percepções, ruptura de paradigmas e fortalecimento do respeito às diferenças.

Escrevo-lhes porque compreendo que, no contexto educacional contemporâneo, marcado pela intensa circulação de informações, pela desinformação e pela reprodução de estigmas nas redes e nos ambientes digitais, a educação midiática torna-se uma dimensão estratégica para a promoção e defesa dos direitos humanos e das diversidades.

A inquietação que me move decorre da constatação de que não basta formar tecnicamente para o mundo do trabalho; é indispensável formar sujeitos críticos, capazes de analisar conteúdos midiáticos, reconhecer discursos discriminatórios e atuar de maneira ética e responsável na sociedade. É nesse diálogo entre prática pedagógica, formação cidadã e compromisso institucional que situo esta reflexão e o convite ao engajamento coletivo.

Compreendo as inúmeras demandas que enfrentamos cotidianamente na educação profissional, especialmente diante do cumprimento de currículos, ementas e metas institucionais orientadas por resultados técnicos. Contudo, a vivência no curso e a aplicação de estratégias de educação midiática evidenciaram que a formação para o mundo do trabalho não pode estar dissociada da formação ética e cidadã.

Ao trabalhar com estudantes a análise crítica de conteúdos digitais, discursos publicitários e narrativas disseminadas em redes sociais, tornou-se perceptível o quanto a ausência de mediação pedagógica pode naturalizar estereótipos, reforçar desigualdades e legitimar práticas discriminatórias.

A educação midiática, compreendida como competência para acessar, analisar, avaliar e produzir informações de maneira crítica e responsável, revela-se instrumento fundamental para a promoção e defesa dos direitos humanos e das diversidades. Quando incorporada às práticas pedagógicas, ela fortalece ambientes inclusivos, estimula o respeito às diferenças e amplia a consciência sobre fenômenos como racismo estrutural, discriminação de gênero, aporofobia e outras formas de exclusão social. Ao mesmo tempo, a experiência demonstrou que o uso acrítico das mídias pode intensificar preconceitos, propagar desinformação e fragilizar a convivência democrática, especialmente em contextos formativos nos quais os estudantes ainda estão construindo referenciais éticos e sociais.

Nesse sentido, sensibilizar e capacitar o corpo discente para identificar, evitar e enfrentar práticas discriminatórias no ambiente digital constitui medida pedagógica estratégica. Tal processo realiza-se por meio do conhecimento sistematizado, do diálogo orientado e da problematização de conteúdos midiáticos que atravessam o cotidiano escolar. Mais do que uma atividade complementar, trata-se de uma dimensão formativa que contribui para a justiça social, para a igualdade de oportunidades e para a consolidação de uma cultura institucional comprometida com a dignidade humana e com a valorização das diversidades.

Assim, no contexto da chamada Educação 4.0, profundamente atravessada pelas tecnologias digitais dentro e fora do espaço escolar, entendo serem necessárias ações pedagógicas concretas e sistemáticas. Entre elas, destaco a realização de rodas de conversa orientadas, estudos de caso envolvendo situações reais de desinformação, preconceito e discursos de ódio no ambiente digital, bem como a leitura e a análise crítica de notícias e conteúdos midiáticos que evidenciem violações de direitos humanos.

A promoção de seminários temáticos, com a participação de profissionais da psicologia, do direito e de órgãos de proteção, pode contribuir para demonstrar as consequências jurídicas, sociais e emocionais das práticas discriminatórias, fortalecendo a responsabilidade individual e coletiva no uso das mídias.

Recomendo, ainda, que a instituição desenvolva protocolos institucionais de prevenção, observação e enfrentamento a toda forma de discriminação no ambiente escolar e digital, com fluxos claros de encaminhamento e acompanhamento. A aproximação com as famílias, por meio de reuniões formativas, e o alinhamento com órgãos públicos e equipamentos da rede de proteção social, como o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), ampliam a atuação para além dos muros escolares, consolidando uma rede

articulada de cuidado e responsabilização. No âmbito curricular, a educação midiática pode ser trabalhada de forma interdisciplinar, integrando textos de apoio, projetos integradores e eventos temáticos ao longo do ano letivo, evitando abordagens pontuais que se esgotem em datas específicas.

É certo que tais medidas não produzem os resultados esperados de imediato, pois demandam mudança cultural e compromisso institucional contínuo. Contudo, ao investir na formação crítica do corpo discente, a educação profissional contribuirá para a constituição de profissionais tecnicamente competentes e eticamente comprometidos, capazes de atuar como agentes de transformação no ambiente digital e social. Preparar estudantes para reconhecer que o preconceito não se configura como mera opinião ou brincadeira, mas como violação de direitos e afronta à dignidade humana, é passo essencial para consolidar uma cultura educacional pautada na justiça social, no respeito às diversidades e na responsabilidade cidadã.

Reitero, portanto, que a educação midiática, quando compreendida como prática pedagógica intencional e emancipatória, constitui instrumento essencial para a consolidação de uma cultura educacional comprometida com a promoção dos direitos humanos e a valorização das diversidades.

Ao assumirmos coletivamente esse compromisso, fortalecemos não apenas a formação técnica, mas também a dimensão ética e cidadã dos estudantes, preparando-os para atuar de maneira crítica, responsável e solidária em uma sociedade profundamente mediada pelas tecnologias digitais. Convido, assim, cada integrante da comunidade educacional a refletir sobre seu papel nesse processo e a engajar-se na construção de práticas formativas que transformem a escola em espaço efetivo de inclusão, respeito e justiça social.

Presidente Dutra-MA, 18 de fevereiro de 2026.

Jefferson Greiki da Silva Oliveira

Especialista em Docência na Educação Profissional e Tecnológica pelo Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Rondônia, Brasil; e em Gestão da Educação pelo Instituto Federal do Espírito Santo, Brasil; professor substituto na Universidade Estadual do Maranhão, Brasil; procurador legislativo na Câmara Municipal de Presidente Dutra, Maranhão, Brasil. E-mail: jeffersongreiki@outlook.com.

Da leitura do mundo à leitura das mídias: um olhar freiriano sobre a educação contemporânea

Prezados/as educadores/as,

Instigada pela função que exerço como Coordenadora Técnica Pedagógica em uma Secretaria Municipal de Educação do Nordeste brasileiro, espaço no qual desenvolvo formações destinadas a coordenadores pedagógicos e professores que atuam na Educação de Jovens e Adultos (EJA), sinto-me convocada a refletir sobre os sentidos do ato de educar na contemporaneidade. Minha prática formativa tem sido mediada pelos ensinamentos de Paulo Freire e tensionada pelos desafios da implementação da Base Nacional Comum Curricular, especialmente no que se refere à Computação na Educação Básica – Complemento à BNCC, homologada pelo Ministério da Educação.

A inclusão da Computação como complemento curricular não representa apenas uma atualização técnica do currículo, mas uma convocação ética e política à escola pública. Falar em pensamento computacional, cultura digital e mundo digital é, antes de tudo, reconhecer que vivemos em uma sociedade mediada por algoritmos, plataformas e fluxos permanentes de informação. Nesse cenário, a escola precisa ir além do acesso às tecnologias e promover uma formação crítica que permita aos estudantes compreender, questionar e transformar a realidade digital que os cerca.

É nesse contexto que reafirmo minha compreensão de que educar é um ato profundamente político, ético e amoroso. Político não no sentido partidário, mas como posicionamento consciente diante das realidades sociais, culturais e econômicas que atravessam a vida dos sujeitos da EJA. Ético porque implica compromisso com a dignidade humana e com a superação das desigualdades historicamente construídas. Amoroso porque se fundamenta na escuta sensível, no respeito às trajetórias interrompidas e na crença inabalável na capacidade transformadora de cada educando.

Para Paulo Freire, não há neutralidade na educação. Essa afirmação torna-se ainda mais pertinente quando refletimos sobre a inserção da Computação na Educação Básica. Também as tecnologias não são neutras: carregam valores, interesses e visões de mundo. Podem ampliar horizontes ou reforçar exclusões; podem fortalecer a democracia ou intensificar desigualdades. Tudo depende da intencionalidade pedagógica que orienta seu uso.

Ao planejar uma aula que envolva resolução de problemas, análise de dados, produção digital ou reflexão sobre redes sociais, fazemos escolhas que revelam nossa concepção de sociedade. Estamos formando apenas usuários de tecnologia ou sujeitos críticos capazes de compreender como os sistemas digitais influenciam suas vidas? Estamos ensinando a repetir comandos ou a questionar as estruturas que organizam a circulação das informações?

Na EJA, essa reflexão assume contornos ainda mais significativos. Muitos estudantes dessa modalidade foram historicamente excluídos dos processos formais de escolarização e, em muitos casos, também do acesso qualificado às tecnologias. Integrar a Computação ao currículo da EJA significa promover inclusão digital com equidade, garantindo que esses sujeitos não sejam apenas consumidores de conteúdos, mas produtores de conhecimento e protagonistas de suas próprias narrativas.

A leitura do mundo, princípio fundante da pedagogia freireana, amplia-se, portanto, para a leitura crítica das mídias e dos sistemas digitais. Ler o mundo, hoje, implica compreender como funcionam os algoritmos que selecionam as informações que recebemos; como as redes sociais moldam percepções; como a desinformação se dissemina; e como determinados grupos sociais são representados ou invisibilizados nos espaços digitais. Trata-se de formar cidadãos capazes de exercer sua participação democrática também no ambiente virtual.

A Computação na Educação Básica – Complemento à BNCC pode, assim, contribuir significativamente para o enfrentamento do racismo estrutural, da discriminação de gênero, da aporofobia e de outras formas de desigualdade, quando articulada a práticas pedagógicas críticas. Ao analisar dados sobre desigualdades sociais, problematizar discursos midiáticos ou desenvolver projetos colaborativos que dialoguem com a realidade da comunidade, promovemos justiça social e fortalecemos o protagonismo estudantil.

Entretanto, é preciso cautela. Se trabalhada de maneira acrítica, a inserção da Computação pode reduzir-se ao ensino técnico de ferramentas, reforçando a lógica instrumental que historicamente marcou práticas excludentes. A tecnologia, por si só, não emancipa. O que emancipa é a consciência crítica construída no diálogo, na problematização e na ação coletiva.

Por isso, a formação continuada de professores/as e coordenadores/as pedagógicos torna-se condição essencial para que a Computação seja integrada ao currículo de forma significativa. É necessário compreender que educar para a

cultura digital é educar para a cidadania, para a ética e para a responsabilidade social. É reconhecer que cada escolha didática carrega implicações políticas.

Assim, integrar a Computação à prática pedagógica não significa apenas modernizar metodologias, mas reafirmar o compromisso com uma educação democrática, inclusiva e socialmente referenciada. Significa assumir que, mesmo em tempos de inteligência artificial e automação, o centro do processo educativo continua sendo o ser humano, em sua dignidade e em sua capacidade de transformar o mundo.

Que possamos utilizar as tecnologias não para reproduzir desigualdades, mas para ampliar vozes, fortalecer a participação e construir coletivamente uma sociedade mais justa, democrática e humana. Porque educar, hoje como ontem, continua sendo um ato de coragem: coragem de ler o mundo, de ler as mídias e de intervir na história.

Com esperança e compromisso,

"Uma educadora que acredita na transformação pela palavra, pelo diálogo e pela ação".

Nova Soure-BA, 18 de fevereiro de 2026.

Kelly Chrystine Guedes Levy

Mestranda em Ciências da Educação na Universidad de la Integración de las Américas, Asunción, Paraguai; coordenadora técnica pedagógica da Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Nova Soure, Bahia, Brasil. E-mail: kellycgl63@gmail.com.

Escutar as crianças: reconhecer a infância como sujeito de direitos

Prezados/as colegas educadores/as,

Escrevo esta carta a partir da minha experiência como professora da Educação Infantil, etapa na qual atuo há aproximadamente quatro anos. Minha escolha por trabalhar com crianças pequenas surgiu durante o período de estágio, quando tive a oportunidade de vivenciar o cotidiano de uma sala de Educação Infantil. Naquele momento, percebi que aquele era o meu lugar. Desde então, cada experiência com as crianças tem reforçado em mim a importância de uma educação baseada no cuidado, no respeito e, principalmente, na escuta.

Atualmente, trabalho com uma turma de Infantil 2. Algumas das crianças já estiveram comigo no ano anterior, quando eram do Infantil 1, o que fortaleceu o vínculo entre nós. No convívio diário, algo que sempre me chama atenção é a forma como elas se expressam e como o diálogo, quando conduzido com respeito e clareza, possui grande poder na resolução de pequenos conflitos e na construção de relações mais harmoniosas.

As crianças da minha turma demonstram seus sentimentos de diferentes maneiras. Muitas chegam pela manhã abraçando a professora e os colegas, revelando o afeto como uma importante forma de comunicação. Uma das crianças, Liz, por exemplo, costuma repetir esse gesto várias vezes ao longo do dia. Em alguns momentos, ela se aproxima e diz: "Esqueci de te dar um abraço, prof!". Além disso, as crianças também se expressam cantando, recontando histórias ou relatando acontecimentos de casa, trazendo para a escola fragmentos de suas experiências e vivências familiares.

Uma situação que me marcou aconteceu logo no momento da chegada de uma criança à sala, lembrando que a turma tem por volta de dois anos e dois meses. Ela entrou contando que naquele dia havia acordado "azedada". Relatou que acordou muito cedo e que chorou em casa porque sua mãe pediu que colocasse uma blusa, mas ela estava com calor. Enquanto contava a história, dizia com bastante expressão: "Eu tava com calô!". Naquele momento, percebi que, mais do que narrar um acontecimento, ela estava tentando expressar como havia se sentido naquela situação. Ao escutá-la com atenção e conversar sobre o ocorrido, a criança foi se acalmando e demonstrando sentir-se compreendida.

Situações como essa mostram que as crianças trazem para a escola suas emoções, seus pensamentos e suas experiências do cotidiano. Escutá-las,

portanto, vai muito além de ouvir palavras. Muitas vezes, elas se comunicam por meio de gestos, expressões, brincadeiras ou pequenos relatos. Quando o/a professor/a está atento/a a essas manifestações, cria um ambiente de confiança em que a criança se sente segura para se expressar.

Nesse sentido, reconhecer a infância como sujeito de direitos significa compreender que as crianças possuem voz, sentimentos e necessidades que precisam ser respeitados. A escola tem papel fundamental nesse processo ao garantir espaços de escuta e diálogo, valorizando as diferentes formas de expressão infantil e promovendo relações baseadas no respeito e na empatia.

Acredito que uma das formas de fortalecer esse direito dentro da escola é incentivar práticas pedagógicas que valorizem a escuta no cotidiano. Momentos de conversa, rodas de diálogo, escuta atenta durante as brincadeiras e acolhimento dos sentimentos das crianças são ações simples, mas que contribuem para que elas se sintam respeitadas e reconhecidas em sua individualidade. Além disso, é fundamental que os/as educadores/as reflitam constantemente sobre suas práticas, buscando desenvolver uma postura sensível e atenta às manifestações infantis.

Ao longo da minha trajetória na Educação Infantil, aprendi que as crianças nos ensinam diariamente. Elas revelam novas formas de compreender o mundo, de demonstrar afeto e de lidar com as situações do cotidiano. Por isso, acredito que escutá-las com sensibilidade transforma a prática pedagógica e fortalece uma educação mais humana, democrática e respeitosa.

Despeço-me, com estima e esperança de que possamos continuar construindo uma educação que valorize verdadeiramente a infância.

Irati-PR, 14 de março de 2026.

Marceliza da Luz Miranda Larocca

Especialista em Atendimento Educacional Especializado, Psicopedagogia, Alfabetização e Letramento e Educação Infantil pela Faculdade Venda Nova do Imigrante-Faveni, Espírito Santo, Brasil; professora da Educação Infantil na rede municipal de ensino de Irati, Paraná, Brasil. E-mail: marcelizamirandalaroca@gmail.com.

Trajetória formativa de uma investigadora ativa em prol da cultura da educação como direito humano

Prezados/as irmãos/ãs de convicção, minhas saudações!

É com prazer incomensurável que lhes envio estas palavras reflexivas, carregadas de sentidos e significados muito particulares de minha trajetória formativa, desejando que possam inspirá-los/as a continuar na trincheira da luta pelos direitos humanos, já que eles não estão dados e devem ser cotidianamente conquistados. Espero também que estas palavras os/as encontrem no mais perfeito estado de saúde, paz e tranquilidade!

Resolvi escrever esta carta porque cresci escrevendo cartas. Imaginem, meus/minhas irmãos/ãs! Eu, filha de um rebento de 19 irmãos, sendo a caçula entre as mulheres, quando me apropriei da leitura e da escrita, minha mãe, Maria do Carmo, analfabeta, pedia tanto a mim quanto a Graça (minha irmã gêmea) para escrevermos para nossos irmãos que estavam morando em São Paulo. Isso mesmo! Minha mãe não tinha muito o que dizer, e nós inventávamos o que escrever. Como morávamos no campo, contávamos histórias sobre as criações: galinhas, patos, perus, bois e porcos. Falávamos também do trabalho na roça, narrávamos o que havíamos feito na labuta, como plantar feijão, arrancar mandioca, fazer cercas e tantas outras atividades. Pois quem vive no campo, do nascer ao pôr do sol, tem sempre muito o que fazer. E assim íamos escrevendo, colocando aquilo que mãe ditava para ser registrado e, depois, a carta seguia conduzida por nossa imaginação e criatividade. Hoje tomo consciência de que o não saber de minha mãe fomentava o nosso aprender, porque o ato da leitura e da escrita tinha todo um sentido especial: remeter cartas para os irmãos e lê-las quando as recebíamos deles para nossa mãe.

Meus/minhas irmãos/ãs por convicção, tenham certeza de que meus pais, mesmo analfabetos, diante da necessidade de enviar e receber notícias, fizeram com que tanto eu quanto Graça desenvolvêssemos um gosto indelével pelos estudos. Ah, outra coisa que preciso lhes confessar! A escola nos tirava da labuta árdua da roça, porque nosso pai nos colocou para trabalhar desde os três anos de idade. Lembro-me bem de que a primeira atividade foi buscar leite. Levantávamos de madrugada, por volta das 2h ou 3h, para caminhar cerca de uma hora e meia até buscar o leite que nosso pai tirava das vacas em outro sítio, pois

morávamos no Sítio Luz, e ele tinha outra casa no Sítio Guaribas, de onde o leite vinha. Lembro-me de que, quando cansávamos de carregar os dois litros de leite nos braços, imaginávamos que as garrafas eram nossas bonecas; outras vezes, nossos carrinhos. Então amarrávamos um cordão no gargalo da garrafa e saíamos puxando. Assim, o cansaço se dissipava na criatividade do brinquedo e da brincadeira.

Então, a escola, particularmente para mim, sempre foi um paraíso, um lugar de refúgio onde eu podia viver minha essência de ser criança, porque nela eu brincava, aprendia e fazia amigos. Por isso resolvi lhes escrever, para dizer que o direito à educação é uma premissa de conquista e de bem querer. A aprendizagem faz toda a diferença quando entendemos a finalidade do que aprendemos. Assim, a escola cumpria duas funções importantes: a primeira, éramos escritoras e leitoras; a segunda, nos livrava da roça. Para finalizar esta contextualização, associando-a à prerrogativa do nosso curso, saliento que o direito à educação é um direito básico, universal e fundamental, mas que ainda hoje muitas pessoas têm esse direito violado, sobretudo porque não compreenderam a importância da educação em suas vidas ou não desenvolveram o bem querer pelos estudos. Por isso, a defesa central aqui é o direito à educação, a qual promove processos formativos emancipatórios e transformadores de nossa realidade existencial. Hoje sou PhD em Mediação de Conflitos pela Universidade de Évora, em andamento.

Meus/minhas irmãos/ãs por convicção, o direito à educação é uma prerrogativa legal desde 1945, com a Declaração Universal dos Direitos Humanos, reafirmada pela Declaração de Jomtien, em 1990. Entretanto, é bem verdade que existe um hiato entre o discurso legal e a realidade, sobretudo por causa da desigualdade social estrutural em nosso país. Lembro que meus irmãos mais velhos não frequentavam a escola com regularidade por causa do trabalho na roça. Cresci ouvindo de meu pai que “estudo não enchia barriga” e que “escola era coisa para vagabundo”.

O senhor Arlindo Vieira de Melo (1934-2020) sabia apenas desenhar o próprio nome. Quando precisava ir à rua, ao cartório ou ao banco, treinava sua assinatura: primeiro fazia sem olhar; quando corrigíamos e dizíamos “pai, faltou uma letra neste nome”, ele olhava para a identidade e reproduzia. Assim se preparava para desenhar o próprio nome, caso os homens da cidade pedissem. Meu pai era o homem mais bem-sucedido do Sítio Luz e Guaribas, possuía muita terra e gado,

mas nunca tratou seus filhos com regalias. Ao contrário, éramos seus serviçais. Deveríamos seguir suas ordens sem questionar, em obediência cega!

Meu pai criou 20 filhos no cabo da enxada. A enxada era nosso lápis e o roçado, nosso caderno. Com o tempo, consegui entender isso e perceber que aquela história do trabalho na roça e da vida dura no campo, voltada apenas para a subsistência, poderia ser transformada. Conseguimos, na sombra dos irmãos mais velhos, frequentar a escola com mais regularidade, mas, infelizmente, desses 20 filhos, apenas as gêmeas chegaram ao ensino superior. Uma delas alçou voos muito altos, tornando-se professora federal; a outra resolveu casar-se antes de concluir a graduação em Agronomia e ali interrompeu seus estudos. Hoje é mãe solo e dona de uma pequena loja de material de construção, tendo abandonado os estudos pela idealização de ser empreendedora de si.

Bom, voltando aos meus pais, analfabetos, eles, com suas necessidades, de um modo ou de outro nos inclinaram para o universo das letras. A necessidade de minha mãe com a escrita das cartas e o gosto de meu pai pelas músicas, pelos cordéis e pela Bíblia favoreceram nosso gosto pela escola. Meu pai tinha o hábito de nos pedir para ler os folhetos de cordel, a Bíblia e ligar o rádio no programa de músicas do campo de que ele gostava; mais tarde, também assistíamos televisão nos programas de sua preferência. Então, estávamos ali com ele, lendo, ouvindo músicas e assistindo. Assim, demarco que não precisamos saber tanto para, no pouco que sabemos, inspirar os outros. Assim, eu, Maria Melo, sou muito grata a eles. Pai e mãe, minha gratidão!

Destaco que nossa condição geográfica, social e nosso capital cultural sempre foram muito limitados. Sou oriunda da escola rural multisseriada, filha de escola pública. Sempre trabalhei na roça e me dedicava aos estudos. Fui aprovada em meu primeiro vestibular, aquele que tinha duas fases. Em 2006, fui aprovada para Pedagogia pela Universidade Federal Rural de Pernambuco, curso que realizei com esmero e concluí em 2010. Em 2011, passei para Administração Pública pela Universidade Federal de Alagoas, mas cursei apenas um semestre e depois desisti. Em 2012, fui aprovada no Exame Nacional do Ensino Médio para cursar Direito pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, mas tive medo e não avancei com o processo de matrícula. Assim, inclinei-me, entre 2011 e 2020, aos cursos de especialização, mestrado e doutorado.

Quero salientar que sempre conciliei estudos e trabalho, mesmo diante de relativa distância geográfica entre ambos. Quando cursava o mestrado pela Fundação Joaquim Nabuco e pela Universidade Federal Rural de Pernambuco, em Recife, no ano de 2014, também atuava como professora substituta da Universidade Estadual de Alagoas, Campus III, em Palmeira dos Índios. Durante o doutorado, entre 2017 e 2020, era professora substituta da Universidade Federal de Pernambuco, em Recife, e realizava o doutorado na Universidade Federal da Paraíba, concomitantemente à atuação na Educação a Distância. Saliento, ainda, que, em meio aos estudos e ao trabalho, eu participava de eventos, apresentando trabalhos acadêmicos. Toda essa trajetória permeia minha identidade de pesquisadora em permanente formação. Às vezes fico pensando se tudo isso ocorre porque tive tão pouco e sempre sinto a necessidade de fazer mais do que o necessário para provar que sou merecedora de estar onde estou e de fazer o que faço. Porque, mesmo hoje efetiva, continuo em formação, estudando, trabalhando e produzindo. Não paro. É como se eu tivesse uma dívida impagável com a humanidade e lutasse para que todas as pessoas possam galgar melhores condições existenciais por meio da educação.

Diante da minha trajetória, a recomendação que deixo registrada para vocês, meus/minhas irmãos/ãs por convicção, é que ensinem para que os estudantes compreendam o sentido da educação como um direito que, para se materializar no cotidiano, precisa despertar gosto, significado e sentido no processo de ensino-aprendizagem. Sobretudo, que a educação possa auxiliar no combate às desigualdades sociais e a todas as formas de preconceito e discriminação. Registro também que o fato de ser pobre não é uma condição fatídica da existência, pois somos seres limitados, mas não condicionados. E, justamente por não sermos condicionados, podemos ser construtores de nosso projeto de vida, podemos ser mais.

Assim, a educação midiática me proporcionou fazer esta autorreflexão sobre como a educação foi importante para que eu tomasse consciência de que a pobreza não é condição *sine qua non* do meu *status quo*. Sou eu a maior e única responsável pela minha história de vida. Quando me assumo como sujeita protagonista de minha existência, fazendo jus aos estudos, posso construir outro desfecho para minha trajetória de vida.

Caicó-RN, 5 de março de 2026.



Maria Aparecida Vieira de Melo

Doutora em Educação pela Universidade Federal da Paraíba, Brasil, atualmente cursando pós-doutorado na Universidade de Évora, Portugal; professora do Departamento de Educação e do Programa de Pós-Graduação em Metodologias de Ensino e Processos de Aprendizagem na Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil; professora permanente do Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos da Universidade Federal de Pernambuco; líder do Grupo de Estudos e Pesquisas da Educação em Paulo Freire (CNPq/UFRN/CERES). E-mail: maria.aparecida.melo@ufrn.br.

Infâncias protegidas entre vínculos, mídias e direitos humanos

Queridas famílias, responsáveis e redes de apoio das crianças da primeira infância,

Escrevo-lhes a partir de uma inquietação que ganhou forma concreta em um dia comum na escola e foi aprofundada durante minha participação no Curso de Aperfeiçoamento em Educação Midiática para a Promoção e Defesa dos Direitos Humanos e Diversidades. Em uma roda de conversa, após o momento do brincar, uma criança de quatro anos repetia frases e gestos vistos em um vídeo compartilhado por adultos em um grupo familiar. As palavras, carregadas de ironia e exclusão, provocaram estranhamento entre as demais crianças e exigiram uma mediação sensível para que o episódio se transformasse em oportunidade de aprendizagem. Essa experiência, vivida no cotidiano da educação infantil, revelou a potência formativa das mídias e reforçou a urgência de fortalecermos, juntos, práticas de cuidado que integrem família, escola e comunidade na construção de uma infância protegida, digna e respeitosa das diversidades.

Vivemos um tempo em que as experiências infantis são atravessadas por fluxos comunicacionais intensos, nos quais imagens, narrativas e discursos circulam com velocidade e alcance inéditos. Nesse contexto, a educação midiática, compreendida como formação para a leitura crítica, ética e participativa das linguagens contemporâneas, torna-se dimensão constitutiva da formação humana. Ela possibilita que adultos e crianças compreendam os sentidos produzidos nas interações digitais e reconheçam seus impactos na construção de valores, identidades e relações sociais. Educar para os direitos humanos desde a primeira infância significa garantir que cada criança seja reconhecida como sujeito de direitos, protegida de violências simbólicas e incentivada a desenvolver atitudes de empatia, solidariedade e respeito às diferenças. Trata-se de afirmar a dignidade humana como princípio orientador das práticas educativas e das interações mediadas pelas tecnologias.

A infância contemporânea acontece em meio às contradições próprias de uma sociedade digital marcada por desigualdades de acesso, exposição precoce a conteúdos inadequados e crescente mercantilização das experiências infantis. Quando as mídias são utilizadas de forma acrítica, podem reforçar preconceitos, naturalizar discriminações e fragilizar processos fundamentais do desenvolvimento socioemocional. Por outro lado, quando mediadas por adultos conscientes e comprometidos com a promoção da equidade, tornam-se ferramentas potentes para ampliar repertórios culturais, fortalecer vínculos

afetivos e promover aprendizagens significativas. Nesse sentido, a educação midiática não se restringe à regulação do tempo de tela, mas envolve a construção de uma cultura dialógica e participativa, na qual crianças são incentivadas a interpretar, questionar e produzir sentidos sobre o mundo em que vivem.

Ao refletir sobre essas questões, reconheço que a corresponsabilidade entre famílias, escola e redes de proteção é fundamental para a garantia do direito das crianças a uma educação integral e humanizadora. Sugiro que possamos construir rotinas mediadas de uso das tecnologias, priorizando o diálogo sobre os conteúdos acessados, a curadoria consciente de narrativas que valorizem a diversidade cultural e a criação de momentos de convivência que fortaleçam o brincar livre e a imaginação simbólica. Recomenda-se, ainda, a promoção de encontros formativos com as famílias, nos quais possamos discutir temas como segurança digital, direitos das crianças, enfrentamento de preconceitos e construção de ambientes educativos inclusivos. Essas ações contribuem para transformar o consumo midiático em experiência compartilhada de aprendizagem, cuidado e desenvolvimento humano.

Outra possibilidade consiste em integrar as linguagens midiáticas às práticas pedagógicas da educação infantil, estimulando as crianças a produzirem histórias, desenhos, registros sonoros e narrativas que expressem suas vivências e percepções. Ao reconhecer o protagonismo infantil e valorizar a diversidade de experiências culturais, fortalecemos a participação democrática desde os primeiros anos de vida. É essencial que essas práticas sejam orientadas por princípios de justiça social e equidade, considerando que a proteção integral da infância depende do compromisso coletivo com políticas e ações que enfrentem desigualdades estruturais e promovam o respeito às singularidades.

Encerrando esta carta, reafirmo que educar na primeira infância é um ato político de cuidado e esperança, que exige consciência crítica e compromisso ético com a defesa incondicional dos direitos humanos. Ao integrarmos a educação midiática às práticas familiares e escolares, contribuimos para a formação de crianças capazes de conviver com as diferenças, participar de forma responsável da vida social e construir futuros mais justos e solidários. Que possamos caminhar juntos, reconhecendo a infância como território de direitos e possibilidades e assumindo, coletivamente, a tarefa de proteger, educar e humanizar nossas relações em um mundo cada vez mais mediado pelas tecnologias.

Rio de Janeiro-RJ, 15 de março de 2026.

Maria das Graças de Lima Souza Santos

Mestranda em Resolução de Conflitos e Mediação pela Universidad Europea del Atlántico, Espanha; orientadora educacional da Educação Infantil na rede municipal de ensino de Belford Roxo, Rio de Janeiro, Brasil; multiplicadora em Educação Midiática pelo Instituto Palavra Aberta; facilitadora em Design Thinking para Educadores pelo Instituto Educadigital; especialista em Educação. E-mail: orientandoquemorienta@gmail.com.

Tecendo identidades: educomunicação como pedagogia do afeto e resistência

Queridos/as colegas educadores/as comprometidos/as com a Educação em Direitos Humanos e com a construção de uma escola democrática,

Escrevo-lhes movida por inquietações que atravessam minha prática formativa e minha atuação junto a jovens que vivem intensamente a cultura digital. Ao longo das discussões no Curso de Aperfeiçoamento em Educação Midiática para a Promoção e Defesa dos Direitos Humanos e Diversidades, fui provocada a revisitar experiências concretas em que estudantes, especialmente meninas e jovens LGBTQIA+, narravam sentir-se pressionados por padrões estéticos, discursos de ódio e representações limitadas que circulam nas redes sociais. Essas vivências evidenciam que a escola não pode ignorar o modo como as mídias influenciam a construção das identidades e das percepções sobre gênero, corpo, pertencimento e valor social. Escrevo, portanto, porque compreendo que a educação midiática é, hoje, um campo decisivo para a promoção dos direitos humanos e para o enfrentamento das desigualdades que atravessam nossas salas de aula.

Vivemos em um tempo em que algoritmos organizam o que vemos, curtimos e compartilhamos, muitas vezes reforçando estereótipos e invisibilizando existências que não se enquadram em padrões hegemônicos. A mídia comercial, frequentemente orientada por interesses mercadológicos, tende a reduzir identidades de gênero e diversidade a categorias de consumo, transformando diferenças em nichos lucrativos. Quando estudantes consomem essas narrativas sem mediação crítica, podem internalizar preconceitos, naturalizar violências simbólicas e reproduzir discriminações. Por outro lado, quando a escola assume uma postura intencional de análise crítica das mídias, cria condições para que os jovens compreendam que toda mensagem carrega intencionalidades, disputas de poder e escolhas políticas.

Nas reflexões desenvolvidas durante o curso, fortaleceu-se em mim a convicção de que a educomunicação pode operar como uma pedagogia do afeto e da resistência. Afeto, aqui, não se restringe ao cuidado individual, mas à capacidade de afetar e ser afetado pelas histórias e realidades que atravessam o coletivo. Ao propor práticas autorais, como a criação de *fanzines*, *podcasts* ou vídeos, deslocamos os/as estudantes da posição de consumidores passivos para a de sujeitos produtores de sentido. Em experiências formativas que acompanhei, a produção de *fanzines* permitiu que adolescentes expressassem, por meio da

colagem e da escrita manual, questionamentos sobre padrões de beleza e papéis de gênero. A imperfeição do traço, o recorte artesanal e a liberdade criativa tornaram-se espaços de afirmação identitária. Já a produção de *podcasts* abriu territórios de escuta, nos quais jovens puderam compartilhar relatos sobre discriminação e resistência, fortalecendo vínculos de pertencimento e solidariedade.

Essas práticas evidenciam que a mídia, quando utilizada de forma crítica e pedagógica, pode fortalecer práticas inclusivas e democráticas. Ao analisar campanhas publicitárias, influenciadores digitais ou notícias virais, os/as estudantes aprendem a identificar discursos racistas, misóginos ou LGBTQIA+fóbicos, desenvolvendo ferramentas para enfrentá-los. Entretanto, também reconheço que o uso acrítico das tecnologias pode reforçar exclusões e preconceitos, sobretudo quando a escola se limita ao ensino técnico das ferramentas, sem problematizar seus impactos sociais. Por isso, defendo que a educação midiática deve estar articulada explicitamente à promoção da justiça social, da igualdade de oportunidades e do respeito às diferenças.

Diante desse cenário, proponho que as escolas incorporem, de maneira sistemática, projetos interdisciplinares de produção midiática autoral, vinculando-os aos debates sobre direitos humanos e diversidade. Sugiro a realização de oficinas de leitura crítica de mídias, nas quais os estudantes possam analisar representações de gênero, raça e classe presentes em conteúdos digitais. Recomendo que equipes gestoras invistam em formação continuada para docentes, de modo que a educação midiática seja compreendida não como atividade pontual, mas como dimensão transversal do currículo. Também considero fundamental criar espaços seguros de diálogo, onde os estudantes possam relatar experiências de violência simbólica nas redes e construir coletivamente estratégias de enfrentamento.

Outra ação possível é incentivar que os/as próprios/as jovens desenvolvam campanhas educativas voltadas ao combate à desinformação e aos discursos de ódio, exercitando o protagonismo juvenil. Ao assumir o papel de autores/as, os/as estudantes experimentam a responsabilidade ética de produzir conteúdos comprometidos com a dignidade humana. Esse movimento contribui para que compreendam que a cidadania digital não se limita ao acesso às tecnologias, mas envolve participação crítica, respeito às diferenças e compromisso com o bem comum.

Finalizo reafirmando que educar para as mídias é educar para a democracia. Em um contexto marcado pela circulação de discursos que ameaçam direitos e intensificam desigualdades, a escola precisa posicionar-se como espaço de resistência e de construção de narrativas plurais. Que possamos seguir fortalecendo práticas pedagógicas que reconheçam a diversidade como valor e que formem sujeitos capazes de transformar informação em ação ética. A educação midiática, quando orientada pelos direitos humanos, torna-se prática emancipatória e exercício permanente de esperança ativa.

Campinas-SP, 21 de fevereiro de 2026.

Maria Silvia Ferreira Alves de Oliveira

Mestranda em Desenvolvimento e Periferias na Universidade Santa Úrsula, Rio de Janeiro, Brasil; formadora em Educação Midiática e Gênero; empreendedora social, idealizadora do Projeto Força Feminina. E-mail: mariasilviaoliveirabr@gmail.com.

Educação midiática, leitura crítica e direitos humanos: reflexões pedagógicas para uma escola mais democrática

Prezados/as educadores/as, colegas cursistas e profissionais comprometidos/as com a promoção dos direitos humanos na educação,

Escrevo esta carta motivada pelas reflexões proporcionadas pelo Curso de Aperfeiçoamento em Educação Midiática para a Promoção e Defesa dos Direitos Humanos e Diversidades. Ao longo das discussões, leituras e atividades formativas realizadas durante o curso, fui levada a refletir de maneira mais profunda sobre o papel das mídias em nossa sociedade e, especialmente, no contexto educacional. Vivemos em um tempo em que a informação circula de maneira rápida e constante por meio das redes sociais, aplicativos de mensagens e diversas plataformas digitais, influenciando diretamente a forma como as pessoas constroem suas opiniões, valores e formas de interação social.

Nesse cenário, a educação midiática torna-se um elemento essencial para a formação de cidadãos críticos e participativos. Não basta apenas ter acesso à informação; é necessário desenvolver a capacidade de analisar, interpretar e avaliar criticamente os conteúdos que circulam nos meios de comunicação. Assim, a escola assume um papel fundamental ao promover práticas educativas que estimulem a reflexão sobre os discursos midiáticos e seus impactos na sociedade.

No ambiente escolar, essa realidade se manifesta de forma intensa. Os estudantes chegam à escola trazendo consigo referências, conhecimentos e percepções construídas a partir do contato com diferentes conteúdos midiáticos. Diante dessa realidade, torna-se fundamental que a escola contribua para a formação de sujeitos capazes de compreender, analisar e questionar as informações que recebem. Essa reflexão é ainda mais necessária quando pensamos na promoção dos direitos humanos e na valorização das diversidades, aspectos essenciais para a construção de uma sociedade mais justa e democrática.

Em minha prática profissional como professora de Língua Portuguesa da rede pública municipal de Vitória, percebo que o trabalho com leitura e interpretação de textos oferece inúmeras possibilidades para desenvolver a educação midiática. A disciplina de Língua Portuguesa está diretamente relacionada à compreensão e à análise de diferentes linguagens e discursos. Ao trabalhar com notícias, reportagens, textos digitais, propagandas e conteúdos que circulam nas redes sociais, os estudantes têm a oportunidade de refletir sobre diferentes pontos de

vista, compreender a intenção comunicativa dos autores e analisar as mensagens transmitidas pelos meios de comunicação.

Nesse processo, os estudantes desenvolvem habilidades de leitura crítica, analisando não apenas o que está sendo dito, mas também como e por que determinadas informações são apresentadas. Essa perspectiva dialoga com o conceito de **letramento midiático**, que envolve a capacidade de compreender, interpretar e produzir conteúdos midiáticos de forma consciente e responsável. Assim, os alunos passam a reconhecer que as mensagens presentes nas mídias são construídas a partir de interesses, valores e contextos sociais específicos.

Além disso, a educação midiática pode contribuir significativamente para a promoção do respeito às diferenças e para a valorização das diversidades. Ao discutir temas relacionados aos direitos humanos, como igualdade, inclusão, respeito às identidades e combate às diversas formas de discriminação, a escola amplia o repertório cultural dos estudantes e estimula atitudes baseadas no diálogo, na empatia e na convivência democrática.

Entretanto, é importante reconhecer que o uso das mídias na educação exige uma postura crítica e responsável. Quando utilizadas sem reflexão, as mídias também podem reforçar preconceitos, estereótipos e desigualdades presentes na sociedade. A circulação de notícias falsas, discursos de ódio e conteúdos discriminatórios nos ambientes digitais evidencia a necessidade de que a escola desenvolva práticas educativas que ensinem os estudantes a reconhecer essas situações e a posicionar-se de forma ética e consciente.

Diante dessas reflexões, considero fundamental que as escolas desenvolvam práticas pedagógicas que integrem a educação midiática ao processo de ensino e aprendizagem. Uma das possibilidades é promover atividades que envolvam a análise crítica de diferentes tipos de textos midiáticos, como reportagens, vídeos, campanhas publicitárias, memes e publicações em redes sociais. Essas atividades permitem que os estudantes identifiquem elementos como linguagem utilizada, intenção comunicativa, público-alvo e possíveis impactos sociais das mensagens transmitidas.

Outra proposta importante consiste em incentivar os estudantes a produzir seus próprios conteúdos midiáticos. A produção de textos digitais, podcasts, vídeos ou projetos escolares voltados para temas sociais pode estimular a criatividade, o protagonismo estudantil e o desenvolvimento de habilidades comunicativas. Além disso, essa prática possibilita que os alunos compreendam melhor o

funcionamento das mídias e reconheçam a responsabilidade envolvida na produção e na divulgação de informações.

Também considero essencial que a escola promova momentos de formação continuada para os professores, ampliando o conhecimento sobre educação midiática e fortalecendo práticas pedagógicas inovadoras. A troca de experiências entre educadores pode contribuir para a construção de estratégias que tornem o ensino mais significativo e conectado com a realidade dos estudantes.

Outro aspecto importante é o envolvimento da comunidade escolar nesse processo. A participação de gestores, professores, estudantes e famílias pode fortalecer o diálogo sobre o uso responsável das mídias e sobre a importância da promoção dos direitos humanos. A escola, enquanto espaço de formação social e cultural, tem o potencial de incentivar práticas de convivência baseadas no respeito, na inclusão e na valorização das diferenças.

Concluo esta carta reafirmando que a educação midiática representa uma importante possibilidade de transformação pedagógica e social. Ao estimular o desenvolvimento da leitura crítica e do letramento midiático, contribuimos para a formação de cidadãos mais conscientes, participativos e comprometidos com os valores democráticos. Mais do que ensinar conteúdos, educar também significa formar sujeitos capazes de compreender o mundo, questionar injustiças e respeitar as diferenças. Assim, educar para a leitura crítica das mídias é também educar para a cidadania e para a construção de uma sociedade mais justa, democrática e humana.

Cariacica-ES, 14 de março de 2026.

Marinete Izidorio Pereira Oliveira

Pós-Graduada em Psicopedagogia Clínica, Hospitalar e Escolar pela Focus; Pós-Graduada em Educação Especial pela Faculdade Regional Serrana; Pós-Graduada em Literatura pela Faculdade Bookplay; Pós-Graduada em Alfabetização e Letramento dos Anos Iniciais e na Educação de Jovens Adultos pela Ateneu; professora de Língua Portuguesa da rede pública municipal de Vitória, Espírito Santo, Brasil. E-mail: marineteizidoro201@gmail.com.

Quando os sonhos desafiam o impossível: tecnologia, educação midiática e direitos humanos

Querido Elmer,

Escrevo-lhe após assistir à história de sua infância retratada no filme *Quando o dia chegar*, que narra a trajetória sua e de seu irmão Erick em Copenhague, no ano de 1967, em plena era da corrida espacial. Enquanto o mundo acompanhava com entusiasmo as conquistas científicas que prometiam levar a humanidade cada vez mais longe, vocês viviam uma realidade marcada pela violência e pela disciplina autoritária dentro de um reformatório destinado a jovens considerados delinquentes, embora vocês não fossem delinquentes, mas apenas órfãos. O filme revela, de forma dolorosa, como instituições que deveriam proteger crianças e adolescentes acabavam reproduzindo práticas profundamente desumanizadoras.

Assistir à sua história despertou em mim uma reflexão profunda, especialmente porque recentemente participei do Curso de Aperfeiçoamento em Educação Midiática para a Promoção e Defesa dos Direitos Humanos e Diversidades. Durante o curso, fomos convidados a refletir sobre o papel das mídias, da informação e da educação na construção de sociedades mais justas e democráticas. Ao acompanhar sua trajetória, a de seu irmão e a dos adolescentes que ali viviam, percebi o quanto sonhos, oportunidades e direitos são profundamente atravessados pelas condições sociais e pelas instituições que moldam a vida das pessoas.

Principalmente seu sonho, Elmer, marcou-me profundamente, pois sua insistência em sonhar com aquilo que os outros consideravam impossível – seu desejo de ser astronauta – fazia com que frequentemente você se tornasse motivo de deboche entre os colegas do reformatório, como se sonhar fosse uma forma de ingenuidade ou loucura. No entanto, a história da humanidade nos mostra que muitos avanços científicos e sociais nasceram justamente da coragem de imaginar aquilo que ainda não existe. Lembrei-me, por exemplo, das obras do escritor francês Júlio Verne, como *Da Terra à Lua*, *Vinte Mil Léguas Submarinas* e *Viagem ao Centro da Terra*, nas quais ele descreveu tecnologias e viagens extraordinárias que, mais tarde, inspiraram cientistas e exploradores. Sua história, portanto, não é apenas um relato de sofrimento, mas também um testemunho da potência transformadora da imaginação humana.

Assim sendo, ao analisar sua história à luz das discussões do curso de educação midiática, percebo não apenas como o mundo se transformou desde a década de 1960. Afinal, vivemos em uma sociedade profundamente marcada pelas tecnologias digitais, pela internet e pelas redes sociais, que ampliaram significativamente o acesso à informação e às formas de comunicação, permitindo que crianças e jovens acompanhem descobertas científicas, assistam a vídeos educativos e dialoguem com pessoas de diferentes partes do mundo em poucos segundos. Contudo, as desigualdades ainda persistem, tanto no acesso às tecnologias quanto nas oportunidades educacionais e nas condições de vida.

Nesse cenário, a educação midiática assume um papel central. O pesquisador David Buckingham, em sua obra *Educação midiática: letramento, aprendizagem e cultura contemporânea*, destaca que a educação midiática não se limita ao ensino técnico das tecnologias, mas envolve o desenvolvimento de competências críticas para compreender como as mídias produzem significados e influenciam a vida social. De modo semelhante, Douglas Kellner e Jeff Share, no texto "Letramento midiático crítico, democracia e a reconstrução da educação", defendem que a alfabetização midiática crítica permite que os/as estudantes compreendam como as mídias participam da construção de narrativas culturais, identidades e relações de poder.

Essas reflexões tornam-se especialmente relevantes quando pensamos no contexto do ensino médio e da educação profissional, espaços formativos em que jovens constroem projetos de vida e se preparam para o mundo do trabalho. Nesses níveis de ensino, a educação em direitos humanos e o respeito às diversidades tornam-se fundamentais para a formação de sujeitos críticos, capazes de compreender as desigualdades sociais e atuar de forma ética e responsável na sociedade.

Ao integrar educação midiática, direitos humanos e diversidade ao currículo do ensino médio e da educação profissional e tecnológica, é possível promover práticas pedagógicas que incentivem o pensamento crítico, o respeito às diferenças e a valorização das múltiplas identidades presentes na escola. Além disso, tais práticas contribuem para que os/as estudantes compreendam como as mídias podem tanto reforçar preconceitos quanto se tornar ferramentas de denúncia, mobilização social e defesa da dignidade humana.

Por outro lado, quando utilizadas de forma acrítica, as mídias podem reforçar

discursos discriminatórios. Racismo, misoginia, aporofobia e outras formas de exclusão circulam frequentemente nas redes sociais, demonstrando que o acesso às tecnologias, por si só, não garante a construção de uma sociedade mais justa. Por isso, torna-se essencial que a escola promova práticas pedagógicas que ajudem os/as estudantes a compreender as mídias como espaços de disputa simbólica e política.

Diante dessas reflexões, acredito que as escolas, especialmente aquelas que atuam no ensino médio e na educação profissional, podem desenvolver práticas pedagógicas que fortaleçam o uso crítico e ético das mídias no processo educativo. Uma primeira ação consiste em incentivar atividades que levem os/as estudantes a analisar criticamente conteúdos midiáticos, identificando estereótipos, discursos discriminatórios ou estratégias de manipulação da informação. Outra estratégia importante é incentivá-los/las a se tornarem produtores de conteúdo midiático, e não apenas consumidores de informação. A produção de vídeos, *podcasts*, *blogs* ou campanhas educativas pode estimular o protagonismo juvenil e ampliar a capacidade de expressão dos/as estudantes sobre temas relacionados à igualdade, à diversidade, à cidadania e aos direitos humanos. Para que essas ações se tornem efetivas, é fundamental que as instituições de ensino invistam em processos de formação continuada para professores/as, ampliando o debate sobre educação midiática, cultura digital, direitos humanos e diversidade.

Aqui me despeço, querido Elmer, reafirmando que a educação midiática pode se tornar uma poderosa prática emancipatória quando orientada pelos princípios do pensamento crítico, do respeito às diferenças e da defesa dos direitos humanos. Embora você não tenha tido a oportunidade de conhecer essa forma de educação nem de experimentar os frutos positivos que ela pode oferecer, sua história nos lembra da importância de construir ambientes educativos mais justos e humanos, capazes de acolher sonhos e promover dignidade em todas as etapas da formação escolar.

Campina Grande-PB , 7 de março de 2026

Mary Delane Gomes de Santana

Doutoranda em Ciências Sociais na Universidade Federal de Campina Grande, Paraíba, Brasil; professora substituta do Departamento de Educação da Universidade Estadual da Paraíba, Campus I – Campina Grande, Brasil. E-mail: mdgc09@gmail.com.

**O *graffiti* e a arte enquanto estratégias e práticas de autorreflexão:
educação midiática e direitos humanos**

Prezados/as colegas educadores/as, profissionais da educação básica e estudantes,

É com um imenso sentimento de parceria e de compromisso com a promoção do pensamento crítico, a partir de um olhar biopsicossocial acerca do pensamento artístico e criativo, que escrevo esta carta. Convido cada um/uma de vocês a olhar para o conteúdo não apenas como voltado à arte e à educação midiática, mas como um caminho urgente para a autorreflexão e o fortalecimento dos direitos humanos e das diversidades em nossa prática pedagógica.

A presente carta descreve práticas em Psicologia Escolar na Educação Básica, realizadas em escolas públicas do Estado de Goiás, mais precisamente na Coordenação Regional de Educação (CRE) Novo Gama, enquanto prática escolar desenvolvida durante a campanha do Setembro Amarelo do ano de 2024.

As práticas aqui descritas estão relacionadas ao *graffiti* enquanto arte e forma de expressão de si mesmo, bem como do contexto social. A partir de um olhar sócio-histórico e psicossocial, foram realizadas oficinas e *workshops*, análises de murais a partir de publicações no Instagram de artistas e coletivos, rodas de conversa, palestras e momentos de confecção de murais de *graffiti* em duas Unidades Escolares (UE) no município de Valparaíso de Goiás-GO e em uma Unidade Escolar em Novo Gama-GO, sendo que as três UE eram Centros de Ensino em Período Integral (CEPI).

As práticas partiram do princípio da promoção de um espaço voltado ao desenvolvimento humano, a partir da valorização da arte, da transformação social, da construção de identidade –individual e coletiva – e da autorreflexão como parte presente no processo de ensino-aprendizagem, focalizando o senso de pertencimento e o senso de comunidade, permeando a relação com a educação midiática e com os direitos humanos e as diversidades.

De forma conjunta com a comunidade escolar, a partir da compreensão das características sociais e históricas de cada turma e de cada estudante do Ensino Médio, e levando-se em conta os aspectos biopsicossociais

envolvidos nesse processo, deu-se ênfase às necessidades específicas dos/as alunos/as, por meio de intervenções coletivas, favorecendo um espaço seguro e saudável para a externalização de emoções, aflições, desejos, angústias e anseios, assim como para a promoção do desenvolvimento de suas subjetividades e para o enfrentamento de preconceitos relacionados ao *graffiti* enquanto “vandalismo” ou “crime”.

As práticas foram realizadas durante o mês de setembro de 2024 e contaram com o planejamento e a colaboração da equipe psicossocial da CRE Novo Gama, formada por dois psicólogos escolares e uma assistente social, da gestão escolar e dos/as professores/as de cada uma das três UE. Também foram convidados quatro grafiteiros para as práticas realizadas: Daniel Toys, Ramon Phanton, Vinicius Musgo e Rafaela Bisa.

Os momentos de troca com e entre os/as estudantes sobre os murais e suas representações na internet, principalmente no Instagram, bem como entre os membros da comunidade escolar, revelaram a arte enquanto estratégia revolucionária de transformação social e de construção de narrativas que possibilitam a formação de memória social. Publicações e diálogos passaram a narrar histórias e trajetórias de pessoas que, muitas vezes, são silenciadas e que, a partir dessas práticas, puderam refletir sobre si mesmas, sobre seu bairro e sobre sua região, promovendo, portanto, justiça social e um senso de representatividade.

Enquanto propostas de ação e recomendações relacionadas ao uso da tecnologia e ao papel da educação midiática, podemos pensar na produção midiática escolar por meio da criação de *podcasts* com os/as estudantes, da produção de curta metragens ou de mostras de cinema, da elaboração de vídeos e publicações em formato de *reels* ou *shorts* para as redes sociais, ou até mesmo na criação de um jornal ou revista escolar on-line, com cunho pedagógico e desenvolvido de forma ética, crítica e responsável.

Essas atividades visam favorecer o diálogo articulado ao pensamento crítico, bem como o protagonismo juvenil, podendo ocorrer em momentos formativos ou em atividades extracurriculares. Tais ações podem ser propostas de forma simultânea ou complementar, a partir de um calendário pensado, planejado e organizado no momento do planejamento pedagógico

pela equipe gestora juntamente com os/as docentes da escola, de modo que as atividades de educação midiática ocorram ao longo de todo o ano letivo.

Afinal, fomentar a criatividade e o autoconhecimento favorece a descoberta de novas habilidades, amplia possibilidades de perspectivas de futuro e contribui para a compreensão de que a criatividade não é algo inato, mas uma capacidade que pode ser desenvolvida. Destaca-se, portanto, o papel da educação midiática também na desconstrução de preconceitos e no combate a narrativas superficiais ou sensacionalistas.

Por fim, no que se refere à importância da educação midiática, destaca-se seu potencial enquanto prática emancipatória, quando utilizada de forma crítica e voltada à promoção de espaços de reflexão, bem como à construção de ambientes em que os/as estudantes sejam, de fato, protagonistas e sujeitos ativos em seu contexto escolar, assumindo também o compromisso com a promoção dos direitos humanos e das diversidades, seja a partir da arte como forma de expressão individual e social, seja por meio das diversas outras reflexões e possibilidades que podem ser propostas

Brasília-DF, 13 de março de 2026.

Moises Amorim Peres Martin

Mestrando em Psicologia do Desenvolvimento e Escolar na Universidade de Brasília, Distrito Federal, Brasil; psicólogo escolar no Lycée Français François Mitterrand, Brasília, Brasil; membro do Núcleo de Autismo e Neurodiversidade da Universidade de Brasília (AUTND/UnB). E-mail: moisesamorim18@gmail.com.

Escola de Egressos: construindo alianças entre a sala de aula, a comunidade e a universidade

"Por entre formações, telas e baquetas:
'ouvindo a banda passar' e outras cantigas para
ninar meu celular".

Prezados/as membros/as da Escola de Egressos,

Espero que estejam bem e com a motivação sempre alerta para vivenciar as próximas melodias da docência.

Escrevo esta missiva inspirada na experiência formativa no curso Educação Midiática para a Promoção e Defesa dos Direitos Humanos e Diversidades, bem como no projeto de extensão que propomos na universidade sobre os grêmios estudantis, bandas e fanfarras como mediadores da educação patrimonial, mais especificamente sobre protagonismo juvenil na periferia.

Proponho um diálogo em parceria ativa, construindo reflexões importantes que sinalizem outros modos de cantar e contar histórias para "ninar meu celular", metaforizando os debates sobre a recente lei que proíbe o uso de celulares em escolas da educação básica no Brasil.

Articulando a revitalização dos grêmios estudantis, das bandas e fanfarras com as possibilidades que a educação midiática nos oferece, trabalharemos estratégias sociocomunicativas para/com os/as estudantes, potencializadoras da capacidade de compreender, analisar e produzir mensagens midiáticas de forma consciente e responsável.

Certamente, as discussões propostas aqui serão mais relevantes do que o papel de fiscais do uso de mídias que nos imputaram. Nesse sentido, os fundamentos da educação midiática nos ajudam a pensar e agir coletivamente frente aos desafios de formar pessoas para/com a equidade, o respeito e a justiça social, reconhecendo as mídias como linguagem e, como tal, polissêmica e multifacetada em diferentes contextos sociais.

Essa compreensão sobre a educação midiática contribui para produções colaborativas que representem não o rompimento ou a repulsa às tecnologias da

informação e comunicação, mas a ressignificação do ensino e da aprendizagem em contextos marcados pela imersão do estudante nesse mundo virtual e pela nossa própria formação, situada no século passado. Daí, em certos casos, demonstrarmos resistência às tecnologias devido ao nosso desconhecimento e à consequente falta de habilidade.

Essa contextualização é necessária para alinharmos as ações com lucidez, entendendo que a discussão é mais ampla, pois não se trata de atribuir juízo de valor à postura do estudante ou do professor, mas de refletir sobre mecanismos de conscientização para o uso ético das mídias.

Nessa direção, e reportando-nos ao exemplo citado, perguntamo-nos: qual o sentido que os/as estudantes atribuem à proibição do uso do celular na escola? Como as subjetividades de professores/as e estudantes dialogam (ou não) com as exceções pedagógicas que a lei prevê? Como o protagonismo juvenil do nosso projeto se articula com os eixos da Estratégia Brasileira de Educação Midiática (EBEM)? Como a educação midiática transversaliza nosso projeto de extensão na perspectiva da educação em Direitos Humanos e Diversidades?

As respostas não estão nesta carta, pois a educação emancipadora que defendemos entende a escola como movimento, em que o agir comunicativo se reconstrói todos os dias frente às tensões sociais que a rigidez da lei não dá conta de nos orientar para analisar, intervir e agir proativamente.

Vamos juntos buscar pistas quanto à ressignificação do celular e de outros dispositivos eletrônicos como tecnologias sociais ou a serviço delas? Isso envolve construir possibilidades com a comunidade, articulando saberes locais e conhecimento científico; focar seu uso na melhoria da qualidade de vida e na inclusão social; promover autonomia e cidadania.

Como faremos isso? Estudando e discutindo essas questões no âmbito da universidade, da escola e da comunidade. É notória a necessidade de essa pauta ir além da discussão, ou seja, alcançar um nível de transposição didática acessível a todos os setores sociais.

Precisamos investir e insistir na educação midiática devido ao cenário avassalador que nos impacta diariamente, pois a violência midiática ultrapassa as telas, potencializa outras violências e capilariza comportamentos agressivos, reforçando estereótipos sociais, estereótipos de gênero, racismo e desigualdades, atingindo

especialmente crianças, mulheres e grupos marginalizados. A educação midiática nos orienta para um comportamento consciente quanto a não praticar, não apoiar e denunciar, bem como a nos proteger dos crimes cibernéticos e de outras práticas abusivas, de modo estruturado e estruturante.

Vislumbramos os movimentos estudantis como porta de entrada para a educação midiática na escola. No caso específico das bandas e fanfarras, há uma motivação quanto à promoção da inclusão e da diversidade para/com esse segmento, pois envolve variadas linguagens artísticas, como teatro, música, dança e artes visuais, dentre outras. Quanto aos grêmios estudantis, ao articularem cultura, educação e participação política, atuam como mediadores entre a comunidade escolar e as políticas públicas.

Sendo assim, torna-se possível fomentar um movimento potente, capaz de mobilizar essa liderança estudantil – da universidade e da escola – de modo interdependente, intercomplementar e autônomo, tendo como um dos resultados a construção de uma cultura de paz na escola e na universidade, impactando a comunidade para além da vigência do projeto de extensão. O que vocês acham disso?

Esse desenho pedagógico só é possível porque os atuais eixos da educação midiática nos alcançam em sua totalidade, sendo eles: inserção da educação midiática na educação básica; formação continuada de educadores/as e multiplicadores/as; articulação com a sociedade civil, setor privado e instituições acadêmicas; campanhas de conscientização pública; incentivo ao uso consciente das telas por crianças e jovens; e promoção da participação social.

Por fim, destaco que nossa formação continuada em educação midiática, em tempos sombrios como os atuais, nos ajudará a reencontrar o sentido de ensinar e aprender, de construir coletivamente espaços de diálogo, debate e ocupação do território, estabelecendo vínculos efetivos entre escola, comunidade e universidade. O momento pede coerência e visão colaborativa. Tal qual o jornal escolar de Célestin Freinet, poderemos optar pela centralidade do trabalho pedagógico no interesse e na experiência dos/as alunos. Contrários a isso, reproduziremos práticas reducionistas, impositivas e excludentes.

Ao me despedir, agradeço a atenção e faço um convite para tomarmos um café, estreitando os laços que hoje iniciamos, amparados pela educação midiática, em

direção a processos educativos mais humanos, respeitando as diversidades e, portanto, efetivamente inclusivos.

Aguardarei com entusiasmo a resposta de vocês. Um grande abraço. Até breve!

Manaus-AM, 7 de março de 2026.

Osmarina Guimarães de Lima

Doutora em Educação pela Universidade Federal do Amazonas, Brasil; professora adjunta nessa mesma instituição; gestora de projetos de pesquisa e de extensão; subcoordenadora e membro do Núcleo Docente Estruturante do curso de Pedagogia regular/ENS; coordenadora da Escola de Egressos. E-mail: oglima@uea.edu.br.

Comunicação e direitos humanos integrados à Geografia

Caro Professor Gilson,

É com muita alegria que lhe escrevo para relatar, pela primeira vez, uma grande conquista. Durante muito tempo, atuei profissionalmente apoiando o governo federal na área dos direitos humanos e em ações conectadas diretamente ao planejamento de atividades ligadas à participação social.

Os êxitos alcançados até então, professor Gilson, tornaram-se ainda mais significativos quando resolvi cursar uma pós-graduação em Comunicação – você se lembra, afinal foi onde o conheci — e, posteriormente, cursei também um curso de aperfeiçoamento em Didática do Ensino. A partir daí, do que considero um legado aprendido com você, trabalhar com os direitos humanos tornou-se imensamente mais fácil e ainda mais exitoso, no sentido, inclusive, de gostar ainda mais de atuar com os setores sociais da Criança e Adolescente, da Pessoa com Deficiência, da Pessoa Idosa, da Pessoa LGBTQIAP+, da Igualdade Racial e, claro, dos direitos humanos.

Mais recentemente, concluí o Curso de Aperfeiçoamento em Educação Midiática para a Promoção e Defesa dos Direitos Humanos e Diversidades pela Universidade Federal de Uberlândia, além de também ter finalizado o curso de Licenciatura em Geografia, o que me levou à sala de aula, espaço onde hoje atuo como professor de Geografia. Essa trajetória tornou-se motivação fundamental para aplicar meus conhecimentos específicos da área, mas também para buscar formas de integrar às minhas aulas toda a minha vivência e meus conhecimentos, relacionando Geografia, Comunicação e Direitos Humanos, sempre com o maior critério didático.

No ano de 2025, para completar minha carga horária na escola, precisei lecionar para estudantes do 9º ano do Ensino Fundamental a disciplina Projeto Disciplinar (PD). Quando recebi a notícia dessa necessidade, nem racionalizei muito o pensamento, professor Gilson: decidi imediatamente que integraria essa disciplina aos conhecimentos de comunicação, em uma perspectiva da Geografia, mas observando a diversidade, de modo que os direitos humanos estivessem na essência do aprendizado, inclusive em ações conectadas ao reconhecimento de fatos e *fake news*.

Mas aí, professor, deparei-me com uma questão bem específica da juventude de hoje: o que eu proporia, de forma prática, para uma turma de 9º ano, sabendo que se tratava de adolescentes ávidos/as por plataformas e redes sociais, porém voltados quase exclusivamente ao entretenimento e raramente ao aprimoramento dos conhecimentos, mesmo utilizando seus aparelhos *smartphones* e *tablets*? E, no meio desse processo, ainda havia a recém-promulgada Lei Federal nº 15.100, de 13 de janeiro de 2025, que dispõe sobre a utilização, por estudantes, de aparelhos eletrônicos portáteis pessoais nos estabelecimentos públicos e privados de ensino da Educação Básica. Como lidar com tudo isso?

Debrucei-me sobre esse desafio e, agora sim, professor Gilson, racionalizei aquilo que poderia desenvolver com a turma. Inicialmente pensei em duas questões específicas: a primeira era que eu desejava propor algo que permanecesse na vida dos/as estudantes como uma experiência minimamente formativa, em contraponto ao uso sem propósito das plataformas e redes sociais; a segunda era que eu queria que os/as alunos/as desenvolvessem um produto final. Desse modo, concluí que a melhor proposta seria desenvolver com eles/elas um *podcast*.

Então, professor, estruturei o planejamento das aulas de forma que contemplasse todas as ideias e propósitos. Foram 15 aulas de 50 minutos, nas quais aprendemos desde o que é um *podcast*, seus gêneros e funções, até o papel das equipes de produção, roteirização, comunicação e marketing, sonorização, iluminação, gravação, edição e finalização do produto final.

Depois de revisar, fundamentar e desenvolver os conteúdos em *slides* para aulas individualizadas e atividades preparatórias, senti-me confiante e apresentei a proposta à direção da escola, que a aprovou imediatamente. Assim, com muita leveza e total aceitação da turma, realizamos, com grande êxito, o projeto com o tema "Europa: de Benelux à União Europeia". Nesse contexto, foi possível desenvolver temas relacionados à Geografia, à Comunicação e aos Direitos Humanos por meio de processos de educação midiática como prática emancipatória.

Dito isso, professor Gilson, quero agradecer imensamente a você e aos tutores da UFU, bem como a todas as pessoas que, ao longo da minha trajetória profissional, foram fundamentais para o meu crescimento como ser humano, como professor e como defensor e promotor dos direitos humanos. Reafirmo, assim, a importância

da educação midiática como ferramenta que fundamenta a promoção e a defesa dos direitos humanos e das diversidades.

Brasília-DF, 12 de março de 2026.

Raimundo Jerusalém Marques Mota

Graduado em Licenciatura em Geografia pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília, Brasil; professor de Geografia na rede pública de ensino; gestor de projetos e eventos corporativos de comunicação e cultura. E-mail: raimarquesmota@gmail.com.

Exortar a autonomia da consciência humana para a educação midiática em direitos humanos

Prezados/as compatriotas,

A vida é luta. A conquista dos direitos humanos é um desafio cotidiano, especialmente para os menos afortunados. As várias formas de comunicação surgidas ao longo do tempo têm o poder de negar ou promover os direitos humanos, a partir do viés da informação.

Como não há informação isenta, seu foco, via de regra, está voltado aos propósitos daqueles que a patrocinam, direta ou indiretamente. Assim, fica evidente que pouco serão contemplados os interesses dos marginalizados – negros, pobres, grupos minoritários etc. –, ainda que os direitos humanos sejam condição *sine qua non* para o pleno exercício da humanidade.

Diante disso, é de fundamental importância a implementação de ações educacionais que busquem corrigir tais distorções, visando promover os direitos humanos também por meio da educação midiática. A multiplicidade de mídias e seus usos disponibilizam milhões de informações sem controle de veracidade e, muitas vezes, com objetivos não éticos, realizados não acidentalmente, mas de forma intencional.

Vive-se em uma sociedade hegemônica formada por uma elite branca e escravocrata, aliada a políticos reacionários da extrema direita, que detém o monopólio das comunicações e publica, em todos os seus canais de divulgação, informações de seu próprio interesse e da preferência de seus patrocinadores, sem compromisso com a verdade. Exemplo disso são as publicidades do agronegócio: “o agro é pop, o agro é tech, o agro é tudo”.

Sobre o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que efetivamente produz alimento para os brasileiros, os mesmos veículos de comunicação que enaltecem o agronegócio, quando veiculam notícias sobre pequenos produtores, geralmente apresentam informações negativas.

Ora, é verdade que o agronegócio contribui para gerar superávit na balança comercial brasileira por meio das exportações, mas também é verdade que agride o meio ambiente com agrotóxicos e desmatamentos, ocupa terras indígenas, mantém terras improdutivas, condiciona trabalhadores a situações análogas à escravidão e, além disso, desfruta de isenção de tributos nas exportações de suas *commodities*. Porém, nada disso é amplamente divulgado. O teor das publicações

mediáticas espelha os interesses da sociedade hegemônica e, como consequência, geralmente despreza a verdade ao omitir informações corretas e criar notícias tendenciosas ou falsas.

Diante disso, cabe à educação, em todas as suas formas, promover debates sobre a responsabilidade da educação midiática para o fortalecimento dos direitos humanos. Um itinerário possível é tornar o assunto transversal na escola. Promover, semanalmente, discussão e análise crítica com os/as alunos/as de pelo menos uma publicação, sendo a notícia escolhida por eles/elas.

Em princípio, sugiro iniciar a análise sobre informações locais ou regionais, de forma que, em alguma situação, a constatação seja *in loco* ou possa ser comprovada pelos presentes no momento da discussão. Por exemplo, desmistificar afirmações como: “os beneficiários do Bolsa Família são preguiçosos” ou “não se encontra ninguém para trabalhar porque todos recebem o Bolsa Família”.

Uma vez feito isso, como conduzir a discussão? Identificar alunos/as cujas famílias sejam beneficiárias do Bolsa Família e pedir, caso se sintam à vontade, que confirmem ou neguem as informações citadas no parágrafo anterior.

Ratificar ou retificar as informações com dados de pesquisas que traduzem a verdade sobre os usuários do Bolsa Família e que afirmam que 60,68% deixaram o programa nos últimos dez anos, ou seja, melhoraram de vida, conquistaram trabalho e deixaram de se enquadrar no perfil de beneficiários do programa.

Adiante, passar a analisar publicações de âmbito nacional e internacional, tais como: “o Bolsa Família gera custos ao orçamento do Brasil e prejudica o crescimento do país”. Fato ou *fake*? Vejamos: o valor total do Bolsa Família, em torno de R\$ 172,5 bilhões, representa apenas 1,5% do PIB e atende 18,8 milhões de famílias. Somente as isenções de impostos que beneficiam diretamente a agropecuária e a agroindústria somaram R\$ 158,17 bilhões em 2024, em benefício de poucos ricos.

É preciso compreender que os direitos humanos abrangem o meio ambiente, a democracia, a liberdade, a dignidade, o respeito, a equidade, a verdade etc., para que efetivamente seja viável combater o desrespeito a esse pilar fundamental da vida humana. Assim, é necessário estar atento aos discursos farisaicos, tão comuns entre os fariseus e igualmente frequentes na política brasileira atual. Como demonstração, podem-se citar fatos noticiados recentemente, como sujeitos que se autodeclaram paladinos da moral e são surpreendidos com elevado volume de recursos sem origem lícita guardados em casa; dirigentes de partidos e ocupantes

de cargos públicos que propagam respeito à liberdade e à democracia, mas, nos bastidores, articulam golpe de Estado; além de banqueiros que criam teias de corrupção envolvendo políticos, órgãos públicos e alianças em todos os poderes da República.

Promover a educação midiática é também combater o racismo estrutural presente na sociedade e nas mídias brasileiras. É agigantar-se contra as injustiças sociais, a discriminação de raça, de endereço, de renda e de gênero, contra quilombolas e grupos LGBTQIAPN+ etc. Como a sociedade brasileira é moldada para acomodar e relativizar o desrespeito aos direitos humanos, as mídias seguem na mesma direção. As populações afetadas pela ausência de seus direitos, apesar de resistirem, algumas vezes podem sentir-se vencidas e sozinhas, tamanha a pressão sobre elas.

Além disso, é notório o poder das plataformas digitais e das *big techs* na disseminação de informações, sem qualquer controle e promovendo a desinformação.

Assim, é importante para a humanidade que a escola institua sistematicamente ações concretas de educação midiática para o fortalecimento dos direitos humanos na sociedade brasileira, devendo capacitar crianças e adolescentes para analisar criticamente as informações midiáticas, de forma que, ao decifrá-las, possam compreender seu real significado e objetivo, atuando na defesa dos direitos e da dignidade humana, identificando o que é fato e o que é *fake*, para descortinar a verdade.

Crianças e adolescentes conscientes de suas responsabilidades com o meio ambiente, com as pessoas, com os princípios da equidade e da justiça social, detentores de capacidade crítica para analisar a realidade à qual pertencem, certamente serão protagonistas na defesa integral dos direitos humanos em todas as suas possibilidades, particularmente por meio da educação midiática.

Vislumbra-se também que adultos envergonhados pela omissão na defesa dos direitos humanos sintam-se motivados a fazê-lo a partir do exemplo vindo da juventude escolar.

Com a efetiva educação midiática atuando na defesa dos direitos humanos, é possível construir um novo modelo de sociedade no Brasil, mais justa e na qual todos os cidadãos sejam sujeitos de direitos não somente na escrita da lei, mas verdadeiramente no exercício da cidadania.

Raimundo Nonato de Souza Filho

Especialista em Educação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Brasil; pós-Graduando em Repensando o Brasil: História, Sociologia e Política no Instituto Conhecimento Liberta/Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, Brasil. E-mail: souzaraimundobb@gmail.com.

Carta pedagógica: educação midiática, direitos humanos e escuta pedagógica no cotidiano escolar

Prezadas professoras e prezados professores da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Pastor Antonio Nunes de Carvalho,

Escrevo-lhes movido pelas inquietações e aprendizagens que emergiram durante minha participação no Curso de Aperfeiçoamento em Educação Midiática para a Promoção e Defesa dos Direitos Humanos e Diversidades. Ao longo dessa formação, fui impactado por reflexões que dialogam diretamente com o nosso chão escolar em Alto Rio Novo-ES. Senti a necessidade de compartilhar essas reflexões com vocês porque compreendo que a coordenação pedagógica se faz no diálogo e na construção coletiva de sentidos sobre o que ensinamos e sobre como educamos.

Nos últimos anos, temos observado que as mídias passaram a ocupar um lugar central na vida dos/as estudantes, influenciando percepções, valores e modos de convivência. Isso nos convoca a pensar práticas pedagógicas mais críticas, inclusivas e comprometidas com os direitos humanos e as diversidades. A formação realizada reforçou em mim a compreensão de que a educação midiática é uma dimensão transversal do currículo, capaz de ampliar a leitura de mundo dos sujeitos e fortalecer práticas pedagógicas mais democráticas. Quando trabalhamos a análise crítica das informações, o respeito às diferenças e a participação consciente nos ambientes digitais, estamos também afirmando a escola como espaço de cidadania e de formação humana.

Ao refletir sobre nosso cotidiano escolar, percebo o quanto já desenvolvemos práticas que dialogam com essa perspectiva, ainda que nem sempre as nomeemos como educação midiática. As discussões em sala de aula sobre notícias, o uso de vídeos e produções digitais, as rodas de conversa sobre convivência e respeito revelam que existe um movimento vivo entre nós. Quando as mídias são utilizadas de forma acrítica, podem reforçar estereótipos, preconceitos e desigualdades. Assim, é nosso desafio fortalecer uma postura pedagógica que ensine os estudantes a questionar, interpretar e produzir sentidos de maneira ética e responsável.

Nesse processo, compreendo que a escola tem um papel fundamental na promoção da proteção, da provisão e da participação dos/as estudantes, que são sujeitos de direitos e produtores de cultura. Precisamos ampliar espaços de escuta e diálogo e trabalhar a educação midiática articulada aos direitos humanos, abrindo possibilidades para enfrentar o racismo, as discriminações de gênero, as desigualdades sociais e outras formas de exclusão. Esse movimento exige de nós sensibilidade pedagógica e compromisso coletivo, pois a transformação se faz por meio de práticas concretas que valorizem a diversidade e a convivência democrática.

Nesse sentido, gostaria de compartilhar algumas proposições que podem fortalecer nosso trabalho. Penso que podemos ampliar as discussões sobre o uso crítico das mídias, socializando experiências e construindo estratégias conjuntas. Além disso, podemos desenvolver atividades interdisciplinares que envolvam a produção de conteúdos pelos/as estudantes, como *podcasts*, campanhas educativas ou análises de notícias, valorizando o protagonismo juvenil. Também considero importante refletirmos sobre nossas próprias práticas digitais: estamos promovendo uma cultura de respeito, responsabilidade e ética nas interações on-line?

Finalizo esta carta reafirmando minha confiança no trabalho que desenvolvemos e no potencial transformador da educação quando ela se orienta pelos princípios dos direitos humanos e das diversidades. A educação midiática, assumida de forma crítica e comprometida, pode nos ajudar a construir uma escola mais democrática, sensível às diferenças e aberta ao diálogo. Que possamos seguir juntos, fortalecendo práticas pedagógicas que ampliem horizontes, cultivem o respeito e reafirmem a escola como espaço de formação humana, escuta e esperança.

Alto Rio Novo-ES, 15 de fevereiro de 2026.

Rainei Rodrigues Jadejiski

Doutor em Educação pela Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil; coordenador pedagógico na Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Pastor Antonio Nunes de Carvalho, Alto Rio Novo, Espírito Santo, Brasil. E-mail: raineirj@gmail.com.

Educação não é neutra: por um projeto pedagógico de direito e dignidade

Prezados/as colegas educadores/as,

Espero que, ao interagir com esta carta, vocês estejam bem e animados/as com as perspectivas de futuro. Sou Roberta Lima, assistente social e educadora. Escrevo-lhes para que possamos, juntos/as, refletir sobre os impactos que a ausência de um debate racial estruturado causa no horizonte educacional de crianças e adolescentes do nosso país. Essas inquietações tornam-se relevantes porque evidenciam como a falta desse debate na Educação Básica pouco instrumentaliza as minorias sociais a identificar, responder ou resistir a ataques racistas, misóginos e classistas.

Embora as escolas públicas tenham, aproximadamente, entre 80% e 85% de alunos/as pretos/as e pardos/as, os indicadores ainda são alarmantes. Uma pesquisa do Instituto Alana e do Geledés revela que pelo menos 71% das escolas públicas e privadas municipais do país realizam poucos ou nenhum projeto para implementar a Lei nº 10.639/2003, que torna obrigatório o ensino de história e cultura afro-brasileira. Dados do Sistema de Avaliação da Educação Básica mostram que, em 2015, cerca de 75,6% das escolas públicas declararam possuir projetos para combater o racismo. Entretanto, esse número cai para 50,1% a partir de 2020, evidenciando que pouco mais da metade das escolas brasileiras possui ações efetivamente estruturadas sobre o tema.

A educação, ponto essencial para a formação dos sujeitos, acaba se afastando de discussões centrais para que esses/essas jovens compreendam os atravessamentos presentes em seu desenvolvimento. O racismo atua como um fator de expulsão do mundo educacional para jovens negros/as. Esses/as jovens enfrentam maiores índices de distorção idade-série e abandono escolar, muitas vezes impulsionados pela necessidade de trabalhar precocemente e pela falta de pertencimento no ambiente acadêmico. Outras pesquisas mostram que estudantes brancos tendem a receber mais incentivo e expectativas positivas por parte do corpo docente, enquanto estudantes negros enfrentam estereótipos que limitam seu potencial percebido.

Durante este curso, discutimos que educação midiática vai além do domínio de tecnologias: trata-se de promover e defender os direitos humanos e as diversidades. Ao analisarmos criticamente as representações sociais, percebemos

que a falta de pessoas negras nos “núcleos de sucesso” das novelas não é coincidência, mas uma estratégia de exclusão que mina a autoestima e o senso de possibilidade de estudantes pretos e periféricos.

Quando analisamos o consumo midiático no Brasil, percebemos que 173 milhões de pessoas assistiram a pelo menos um capítulo de novela no último ano e que 53% dos brasileiros maratonaram novelas em plataformas de *streaming*. Apesar do avanço dessa tecnologia de transmissão de dados, a televisão ainda é o meio de maior alcance. Mesmo com essa distribuição equilibrada, pessoas pretas e pardas compõem a maioria daqueles que utilizam a TV aberta como principal fonte de lazer gratuito. Esses dados mostram como os estereótipos reproduzidos na mídia reforçam um ciclo nocivo que alimenta a baixa autoestima da população negra.

A mudança precisa acontecer e as escolas não podem ficar de fora desse processo. Elas devem deixar de ser espaços de silenciamento para se tornarem espaços de emancipação. Uma ação pedagógica possível é colocar esses/as jovens no centro do processo educativo: enxergá-los/as como agentes de transformação, potencializar suas capacidades e retirá-los/as do lugar de consumidores para o de produtores/as de conteúdo.

Além das práticas em sala de aula, a transformação exige uma mudança de postura institucional. A escola deve transitar de uma “tolerância passiva” para um projeto antirracista ativo, que promova discursos potentes. Isso implica instaurar protocolos de enfrentamento a episódios de discriminação com firmeza e respaldo legal; integrar a Lei nº 10.639/2003 de forma transversal a todas as disciplinas, e não apenas em datas comemorativas; e inserir no Projeto Político-Pedagógico debates sobre direitos humanos e cidadania digital, envolvendo famílias e comunidades para compreender como notícias falsas e discursos de ódio afetam a segurança e o futuro de jovens negros/as e periféricos/as.

Enquanto sociedade, precisamos assumir nosso papel como agentes da justiça social, garantindo que o conhecimento seja, de fato, a luz que amplia as saídas da caverna e pavimenta o caminho para uma sociedade mais justa e igualitária.

Finalizo esta carta afirmando que ser aliado/a ao debate racial não é apenas mais uma competência técnica, mas uma prática emancipatória urgente. Que esta reflexão não se encerre aqui, mas se transforme em ações coletivas capazes de movimentar as estruturas racistas ainda presentes na sociedade brasileira.

Convido vocês, caros/as colegas, a olhar para nossos/as alunos/as não apenas como números, mas como potências que aguardam as ferramentas certas para construir um destino diferente daquele que lhes é imposto. Que sigamos juntos/as na construção de uma educação que ilumine caminhos e apresente aos jovens um mundo de possibilidades.

Rio de Janeiro-RJ, 9 de março de 2026.

Roberta Lima Costa

Mestra em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil; assistente de desenvolvimento profissional no Centro de Integração Empresa Escola do Rio de Janeiro, Brasil. E-mail: robertaclima@outlook.com.br.

Cidadania digital e respeito às diversidades no enfrentamento ao *bullying* e ao *cyberbullying* na educação

Prezados/as educadores/as do Instituto Federal do Norte de Minas Gerais,

Dirijo-lhes esta carta movido pela necessidade de compartilhar reflexões que emergiram ao longo das discussões realizadas no Curso de Aperfeiçoamento em Educação Midiática para a Promoção e Defesa dos Direitos Humanos e Diversidades. A escrita nasce do reconhecimento de que os ambientes escolares contemporâneos, profundamente atravessados pela cultura digital, demandam novas posturas pedagógicas diante de conflitos que se manifestam tanto nos espaços presenciais quanto nas interações mediadas por tecnologias.

No contexto do Ensino Médio e da Educação Profissional e Tecnológica, tornou-se recorrente a observação de práticas de *bullying* e *cyberbullying* que afetam diretamente a convivência escolar e o desenvolvimento dos/as estudantes. Essas situações suscitam inquietações pedagógicas, sobretudo quando atingem sujeitos historicamente vulnerabilizados por marcadores de diferença. Tal cenário reforça a relevância de discutir cidadania digital e respeito às diversidades como dimensões constitutivas de uma educação comprometida com os princípios dos direitos humanos.

A reflexão pedagógica que orienta esta carta fundamenta-se na compreensão de que o *bullying* e o *cyberbullying* não são fenômenos isolados, mas expressões de relações sociais permeadas por preconceitos, desigualdades e disputas simbólicas. No ambiente digital, tais práticas podem ganhar amplitude e permanência, ampliando seus efeitos sobre as vítimas. Nesse sentido, a educação midiática apresenta-se como um campo formativo capaz de favorecer o desenvolvimento de competências críticas para compreender, interpretar e transformar essas dinâmicas.

A experiência formativa no curso evidenciou que o uso das mídias na educação não deve limitar-se a recursos tecnológicos ou estratégias instrumentais. Ao contrário, a mediação pedagógica precisa considerar os valores éticos envolvidos nas interações digitais, promovendo reflexões sobre responsabilidade, empatia e respeito às diferenças. Quando orientada por essa perspectiva, a educação midiática contribui para a construção de ambientes escolares mais inclusivos e atentos à dignidade humana.

Desse modo, torna-se possível reconhecer que a promoção dos direitos humanos no contexto escolar passa pela formação de sujeitos capazes de agir criticamente nas redes digitais. A problematização do racismo, das discriminações e das práticas de violência simbólica, frequentemente associadas ao *bullying* e ao *cyberbullying*, exige ações pedagógicas que articulem conhecimento, sensibilidade social e participação coletiva. A escola, nesse sentido, assume papel fundamental na construção de uma cultura digital pautada pelo respeito às diversidades.

Diante desse cenário, uma primeira recomendação consiste na ampliação de práticas pedagógicas que integrem a educação midiática aos componentes curriculares do Ensino Médio e da Educação Profissional e Tecnológica. Atividades que promovam a análise crítica de conteúdos digitais, a discussão de casos reais e a reflexão sobre ética nas redes podem contribuir para que os/as estudantes compreendam os impactos sociais das interações virtuais e desenvolvam atitudes responsáveis no ambiente digital.

Outra ação relevante refere-se à promoção de espaços institucionais de diálogo e formação continuada para docentes e equipes pedagógicas. A criação de rodas de conversa, oficinas formativas e projetos interdisciplinares voltados à cidadania digital pode fortalecer a capacidade institucional de identificar, prevenir e enfrentar situações de *bullying* e *cyberbullying*. Tais iniciativas também favorecem a construção coletiva de estratégias educativas alinhadas aos princípios dos direitos humanos.

Além disso, recomenda-se o desenvolvimento de projetos pedagógicos que valorizem as diversidades culturais, étnicas, sociais e identitárias presentes na comunidade escolar. A produção colaborativa de conteúdos digitais, campanhas educativas e atividades de protagonismo estudantil pode contribuir para transformar as mídias em instrumentos de promoção do respeito e da inclusão. Dessa forma, a escola passa a atuar não apenas na prevenção da violência, mas também na construção de relações sociais mais solidárias.

Por fim, reafirma-se que a educação midiática, quando articulada à defesa dos direitos humanos e das diversidades, constitui uma prática emancipatória capaz de fortalecer a convivência democrática no espaço escolar. Que esta carta possa servir como convite à reflexão coletiva e ao compromisso institucional com a formação de estudantes críticos, responsáveis e sensíveis às diferenças, contribuindo para que o ambiente educacional se consolide como território de respeito, dignidade e cidadania digital.

II Encontro Nacional de Educação em Direitos Humanos
e Diversidades com Profissionais da Educação Básica:
Educação Midiática nas Escolas



Montes Claros-MG, 10 de março de 2026.

Rodrigo Amaury Mourão Pereira Araújo

Mestrando em Ciência da Educação pela Facultad Interativa de Ciencias Sociales, Assunção, Paraguai; professor EBTT do Instituto Federal do Norte de Minas Gerais, Janaúba, Brasil. E-mail: rodrigoamparaujo@gmail.com.

Construindo pontes: educação midiática e democracia

"Ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo" (Paulo Freire)¹

Inspirados por esta perspectiva freireana, que nos lembra da importância do diálogo e da construção coletiva do conhecimento, dirigimo-nos a vocês, prezados/as colegas educadores/as, participantes e parceiros/as deste simpósio, com alegria e profundo respeito, para iniciar uma reflexão conjunta sobre a educação midiática como caminho para a promoção e defesa dos direitos humanos e da diversidade.

Reconhecemos que cada pessoa aqui presente traz consigo experiências, saberes e vivências que enriquecem nossa análise e fortalecem o compromisso com uma sociedade mais justa e democrática.

A escrita desta carta nasce da vivência cotidiana no espaço escolar, no qual se evidenciam tanto os potenciais quanto os desafios da formação cidadã em tempos de intensa circulação de informações digitais.

A experiência formativa junto a estudantes e educadores/as revela que, diante da violência simbólica, da discriminação e da propagação de discursos de ódio nas redes, torna-se urgente refletir sobre o papel da educação midiática como instrumento de promoção e defesa dos direitos humanos e da diversidade.

O tema se mostra especialmente relevante no contexto educacional atual, pois dialoga diretamente com as práticas pedagógicas que buscam formar sujeitos críticos, conscientes e comprometidos com a democracia. Ao integrar os fundamentos dos direitos humanos às competências midiáticas, abrimos espaço para que a escola se torne um ambiente de resistência e transformação, capaz de construir pontes entre saberes, culturas e experiências diversas. Essa reflexão conecta-se às discussões do curso, fortalecendo a perspectiva freireana de que o conhecimento se constrói coletivamente, em diálogo e na busca por uma sociedade mais justa e inclusiva.

¹ FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

A vivência educativa nos mostra que a escola é um espaço privilegiado para a construção de sentidos e para o enfrentamento das desigualdades. Ao trabalharmos com a educação midiática, percebemos que as mídias não são apenas ferramentas de comunicação, mas também ambientes de disputa de narrativas, valores e identidades.

Nesse cenário, educadores/as têm o desafio de formar sujeitos capazes de interpretar criticamente as mensagens que circulam, reconhecendo quando elas promovem inclusão e respeito, ou quando reforçam preconceitos e exclusões.

A educação midiática, articulada aos direitos humanos e à valorização da diversidade, pode se tornar uma poderosa aliada na promoção de práticas pedagógicas democráticas. Ao estimular o uso consciente das mídias, fortalecemos a capacidade de nossos/as estudantes de identificar e combater o racismo, a discriminação de gênero, a aporofobia e outras formas de desigualdade que atravessam nossa sociedade. Mais do que isso, criamos oportunidades para que eles/as se tornem protagonistas na construção de uma cultura de paz, justiça social e igualdade de oportunidades.

Por outro lado, é preciso reconhecer que o uso acrítico das mídias pode contribuir para a disseminação de discursos de ódio e para a naturalização de estereótipos que fragilizam a convivência democrática. Por isso, cabe à escola assumir o papel de mediadora, promovendo reflexões que ajudem a transformar os meios digitais em espaços de diálogo, respeito e valorização das diferenças.

Assim, a educação midiática se revela como ponte entre saberes e culturas, capaz de sustentar uma prática pedagógica comprometida com a dignidade humana e com a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva.

Para que a educação midiática cumpra seu papel de promover os direitos humanos e valorizar a diversidade, é fundamental que a escola assuma uma postura ativa e crítica diante das mídias. Uma primeira ação consiste em inserir, de forma transversal, atividades que estimulem a leitura crítica de conteúdos digitais, incentivando os/as estudantes a identificar discursos discriminatórios, estereótipos e fake news.

Oficinas de análise de notícias, debates mediados e projetos interdisciplinares podem ser estratégias eficazes para desenvolver competências de interpretação e produção responsável de informações.

Além disso, recomenda-se que a equipe gestora e os/as docentes promovam formações continuadas voltadas para o uso ético e pedagógico das mídias. Essas formações devem contemplar temas como racismo, deficiências e transtornos, discriminação de gênero, aporofobia e outras desigualdades, oferecendo ferramentas para que educadores/as possam atuar de forma inclusiva e transformadora.

A criação de espaços de diálogo, como rodas de conversa e grupos de estudo, fortalece a consciência coletiva e amplia a capacidade da escola de enfrentar preconceitos e construir práticas democráticas.

Por fim, é essencial que a escola incentive a produção midiática pelos/as próprios/as estudantes, valorizando suas vozes e experiências. Projetos de *podcasts*, *blogs*, vídeos ou campanhas digitais podem se tornar instrumentos de protagonismo juvenil, nos quais os/as estudantes exercitam a cidadania, defendem os direitos humanos e celebram a diversidade. Dessa forma, a educação midiática deixa de ser apenas um conteúdo a ser ensinado isoladamente e se transforma em prática viva, capaz de construir pontes entre saberes, culturas e realidades, consolidando o compromisso da escola com a democracia e a justiça social.

Reafirmamos, com esta carta, que a educação midiática é uma prática emancipatória capaz de fortalecer a democracia e promover o respeito aos direitos humanos e às diversidades. Ao assumir o compromisso de formar sujeitos críticos e conscientes, a escola se torna espaço de resistência e transformação, onde se constroem pontes entre saberes, culturas e experiências.

Convidamos cada educador/a e participante deste evento a refletir e agir coletivamente, para que juntos/as possamos transformar os meios digitais em instrumentos de diálogo, inclusão e justiça social, consolidando uma educação que valorize a dignidade humana e celebre a pluralidade que nos constitui.

Tubarão-SC, 2 de março de 2026.

Silvana Aparecida Nogueira

Doutoranda em Educação na Universidade do Sul de Santa Catarina, Brasil; professora da Educação Básica no Atendimento Educacional Especializado da rede municipal de educação de Tubarão, Santa Catarina, Brasil. E-mail: nogueirasilvanaaparecida@gmail.com.

Educação midiática e valorização cultural nas escolas indígenas de Wassu Cocal

Prezados/as educadores/as, gestores/as e colegas comprometidos/as com a educação e com o respeito às diversidades,

Escrevo esta carta pedagógica a partir da minha trajetória como professora indígena do povo Wassu Cocal e das experiências vivenciadas no cotidiano das escolas indígenas da comunidade. Ao longo da minha caminhada na educação, percebo que ensinar no território indígena exige mais do que transmitir conteúdos escolares: exige compromisso com a preservação da cultura, da memória e da identidade do nosso povo. Nesse contexto, as mídias e as tecnologias passaram a integrar o cotidiano dos estudantes, trazendo novos desafios e possibilidades para o processo educativo.

Essa realidade leva-me a refletir sobre a importância da educação midiática nas escolas indígenas. Nossos/as estudantes estão cada vez mais conectados às redes sociais, aos vídeos e às diferentes plataformas digitais. No entanto, muitas vezes, esses conteúdos não valorizam a diversidade cultural ou reproduzem estereótipos sobre os povos indígenas. Por isso, torna-se fundamental que a escola assuma o papel de orientar os/as estudantes para o uso crítico das mídias, fortalecendo sua identidade e promovendo o respeito aos direitos humanos e às diversidades.

A partir da minha experiência como educadora indígena, compreendo que a educação midiática pode ser importante aliada na valorização e promoção da cultura e da história do povo Wassu Cocal. Quando trabalhamos com as mídias de forma crítica e pedagógica, abrimos possibilidades para que os/as estudantes registrem suas histórias, compartilhem saberes tradicionais e reconheçam o valor de sua própria identidade cultural.

Nas escolas indígenas, as mídias podem ser utilizadas como ferramentas para fortalecer a oralidade, registrar narrativas dos anciãos, divulgar práticas culturais e ampliar o diálogo entre tradição e contemporaneidade. Ao produzir vídeos, textos ou registros digitais sobre sua própria comunidade, os/as estudantes tornam-se protagonistas do conhecimento e passam a compreender que suas histórias também têm lugar nos espaços de comunicação.

Ao mesmo tempo, é necessário desenvolver nos/nas estudantes a capacidade de analisar criticamente os conteúdos que circulam nas mídias. Muitas informações presentes na internet reproduzem preconceitos, invisibilizam os povos indígenas ou apresentam visões distorcidas sobre nossas culturas. Nesse sentido, a educação midiática contribui para que os/as estudantes aprendam a questionar essas narrativas e a afirmar seus direitos, fortalecendo uma educação comprometida com a justiça social e com o respeito às diversidades.

Diante dessas reflexões, considero importante que as escolas indígenas desenvolvam projetos pedagógicos voltados à educação midiática, integrando o uso das tecnologias às práticas educativas já existentes na comunidade. Uma das possibilidades é incentivar os/as estudantes a produzir registros audiovisuais sobre a história da aldeia, as tradições culturais, o trabalho no roçado e as narrativas dos mais velhos, fortalecendo a memória coletiva do povo Wassu Cocal.

Outra ação relevante é promover momentos formativos com professores e professoras para discutir o uso crítico das mídias no contexto da educação indígena. Essas formações podem contribuir para que os/as educadores/as desenvolvam estratégias pedagógicas que utilizem as tecnologias de maneira consciente, respeitando os saberes tradicionais e promovendo o diálogo entre diferentes formas de conhecimento.

Além disso, a escola pode incentivar debates e atividades que ajudem os/as estudantes a refletir sobre as informações que circulam nas redes sociais, aprendendo a identificar notícias falsas, discursos de ódio e conteúdos que reforçam preconceitos. Dessa forma, a educação midiática pode tornar-se um instrumento de fortalecimento da cidadania, da identidade indígena e do respeito às diversidades.

Finalizo esta carta reafirmando que a educação midiática, quando articulada aos saberes indígenas e aos princípios dos direitos humanos, pode contribuir significativamente para a formação de estudantes críticos, conscientes e orgulhosos de sua identidade. Que possamos continuar construindo, nas escolas indígenas de Wassu Cocal, uma educação que valorize nossa cultura, fortaleça nossas vozes e prepare as novas gerações para dialogar com o mundo sem perder suas raízes.

Aldeia Wassu Cocal, Joaquim Gomes-AL, 11 de março de 2026.



Simone Maria dos Santos Vanderley

Doutoranda em Educação na Universidade Federal de Rio Grande do Sul, Brasil; articuladora de ensino da escola indígena estadual Profª Marlene Marques dos Santos, aldeia Wassu Cocal, Joaquim Gomes, Alagoas, Brasil. E-mail: simonewassu@gmail.com.

As TDIC como pontes para a vida: a importância de uma mediação consciente

Prezadas professoras, prezados professores e demais profissionais da educação,

Escrevo-lhes motivado pelas vivências e reflexões amadurecidas ao longo da minha trajetória profissional, atuando como analista educacional, professor e tutor, e acadêmica, nas quais a interseção entre educação e tecnologia sempre se fez presente como um pilar fundamental da minha prática. Acredito profundamente na importância das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC) para o contexto educacional, não apenas como ferramentas de apoio à aprendizagem, mas como verdadeiros catalisadores para a construção de vivências significativas, sonhos e novas possibilidades para nossos/as estudantes, permitindo que a escola se torne um espaço de produção para a vida.

Entretanto, observo com inquietação que a utilização das TDIC nas escolas ainda demanda uma atenção muito mais refinada e crítica por parte de nós, docentes. É importante ressaltar que não entrarei aqui em questões estruturais, políticas ou regionais, mesmo reconhecendo a relevância indiscutível desses fatores para a realidade educacional brasileira. Meu foco, nesta reflexão, será outro: a dimensão pedagógica. Embora o uso de recursos tecnológicos tenha se intensificado e se tornado onipresente, especialmente após os desafios impostos pela pandemia, ainda percebo uma utilização limitada e, muitas vezes, carente de criticidade. Precisamos, com urgência, ir além dos modismos tecnológicos e do simples pragmatismo técnico, que frequentemente reduz a tecnologia a um mero adereço para “modernizar” práticas tradicionais sem, contudo, alterar a essência do processo de ensino.

A escola não pode se permitir o isolamento da realidade do/a aluno/a; ao contrário, deve utilizá-la como ponto de partida necessário para romper barreiras socioeconômicas e culturais. Quando valorizamos a autoria e o contexto do/a estudante, transformamos a tecnologia em um meio de expressão e de construção de um conhecimento que faça sentido para a vida. Desta feita, o uso das TDIC de forma significativa, mediadora e criativa deve ser o ponto de articulação para uma educação que promova autonomia e aprendizagem contextualizada. Precisamos compreender que a escola não é um espaço estanque, mas um organismo vivo, no qual o conhecimento deve transbordar para além dos muros da sala de aula.

Nessa perspectiva, não basta apenas nos ampararmos em autores/as que defendem o potencial das TDIC; é imperativo colocar esses conceitos em prática por meio de uma mudança estrutural no pensamento, integrando a complexidade

que envolve essa relação. Inspirado no pensamento complexo de Edgar Morin, acredito e defendo, seguindo Ettiène Guérios, que a prática pedagógica deve ser compreendida como um tecido de elementos múltiplos e inter-relacionados: o alunado, o professor, os conhecimentos curriculares e as circunstâncias da vida real. Esses elementos não existem de forma isolada, mas estão conectados mutuamente em uma rede interdependente, na qual as emoções dos alunos e as vivências práticas se misturam ao saber formal.

Para que essa rede se fortaleça, proponho que busquemos *frameworks* consolidados, como o Conhecimento Tecnológico e Pedagógico do Conteúdo (TPACK), que nos auxilia a articular, de forma indissociável, o conteúdo curricular, a pedagogia, a tecnologia e o contexto. É fundamental deixarmos de ver os/as alunos/as como meros/as receptores passivos/as de informação e passarmos a enxergá-los/as como produtores ativos de seu próprio conhecimento. A autoria deve ser o centro do processo, permitindo que o/a estudante utilize as ferramentas digitais para construir sua própria voz e interpretar o mundo ao seu redor de forma crítica.

Por fim, diante da ascensão da Inteligência Artificial (IA), nossa atenção como educadores/as deve ser redobrada. Precisamos desenvolver um senso crítico aguçado para compreender como essas novas tecnologias podem, paradoxalmente, aprofundar abismos socioeconômicos e reforçar preconceitos sistêmicos, caso não sejam mediadas com responsabilidade e ética. As TDIC podem e devem ser grandes aliadas no processo de ensino-aprendizagem, mas cabe a nós, docentes, o papel central de mediadores dessa relação. Desse papel, não podemos e não devemos nos esconder.

Que assumamos o compromisso de construir uma educação midiática que seja, de fato, uma prática emancipatória, transformadora e comprometida com a educação para a vida.

Uberaba-MG, 15 de março de 2026.

Thiago Oliveira Lemos

Mestre em Educação Profissional e Tecnológica pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro, Brasil; analista de serviços educacionais no Núcleo de Tecnologia Educacional da Superintendência Regional de Ensino de Uberaba, Minas Gerais, Brasil. E-mail: thiago.lemos@educacao.mg.gov.br.

Educação midiática na Educação de Jovens e Adultos: caminhos para fortalecer os direitos humanos e as diversidades

Prezadas educadoras e educadores da Educação de Jovens e Adultos,

Escrevo esta carta como um convite à reflexão sobre o papel de educadoras e educadores da Educação de Jovens e Adultos (EJA) diante dos desafios da sociedade contemporânea. As aprendizagens vivenciadas no Curso de Aperfeiçoamento em Educação Midiática para a Promoção e Defesa dos Direitos Humanos e Diversidades motivaram sua escrita, despertando inquietações sobre como integrar a educação midiática às práticas pedagógicas voltadas à valorização das diversidades e à promoção dos direitos humanos. Em um contexto marcado pela intensa circulação de informações e pela presença constante das mídias, torna-se um desafio formar sujeitos críticos, capazes de analisar discursos, reconhecer desigualdades e respeitar as diferenças. Nesse sentido, refletir sobre a educação midiática na EJA mostra-se relevante no cenário educacional atual, pois dialoga diretamente com as discussões propostas no curso e com a necessidade de fortalecer práticas educativas mais críticas, democráticas e inclusivas.

Ao longo do curso, foi possível ampliar a compreensão sobre os desafios da prática educativa na sociedade contemporânea. As discussões evidenciaram que a educação midiática pode se constituir como uma importante estratégia pedagógica para fortalecer práticas educativas mais democráticas, críticas e inclusivas. Considerando a diversidade de experiências e trajetórias presentes entre os/as estudantes da EJA, o trabalho com as mídias pode favorecer o diálogo sobre direitos humanos e diversidades, estimulando reflexões sobre os discursos e valores que circulam na sociedade.

Nesse sentido, a análise crítica de conteúdos midiáticos torna-se uma ferramenta relevante para problematizar estereótipos, preconceitos e processos de invisibilização presentes nas mídias. Diversas narrativas ainda reforçam desigualdades estruturais relacionadas ao racismo, à discriminação de gênero e à aporofobia, entendida como a aversão ou rejeição às pessoas em situação de pobreza. Na EJA, essa reflexão assume grande importância, pois muitos estudantes vivenciam cotidianamente situações de vulnerabilidade social e exclusão. Ao discutir essas representações em sala de aula, a educação midiática pode

contribuir para ampliar a compreensão das dimensões históricas, sociais e políticas que produzem e mantêm tais desigualdades.

Por outro lado, também se torna necessário reconhecer que o uso das mídias no ambiente educacional exige intencionalidade pedagógica. Quando utilizadas de forma acrítica, podem reforçar a desinformação, preconceitos e visões simplificadoras sobre questões sociais complexas. Nesse sentido, acredito que nós, professoras e professores desta modalidade de ensino, temos um papel fundamental na mediação crítica do uso das mídias em sala de aula, incentivando os estudantes a questionar informações, refletir sobre diferentes pontos de vista e compreender os impactos sociais das narrativas midiáticas.

Como educadores/as da EJA, ainda somos constantemente desafiados a transformar a sala de aula em um espaço de diálogo, escuta e valorização das diferentes experiências de vida presentes entre os educandos. Ao promover práticas pedagógicas que valorizem a diversidade, o respeito e a participação, podemos contribuir para o fortalecimento de uma educação voltada à promoção dos direitos humanos, à construção da justiça social e à formação de sujeitos mais conscientes de seu papel na transformação da realidade.

Diante dessas reflexões, considero fundamental que a escola desenvolva práticas pedagógicas que integrem a educação midiática às discussões sobre direitos humanos no contexto da EJA. Uma possível proposta de ação consiste na realização de atividades que envolvam a análise crítica de notícias, postagens em redes sociais e conteúdos audiovisuais, estimulando os/as estudantes a identificar fontes de informação, reconhecer possíveis distorções e refletir sobre os impactos sociais das narrativas midiáticas. Essas atividades podem contribuir para o desenvolvimento da autonomia intelectual e da consciência cidadã dos/as educandos/as.

Outra estratégia pedagógica relevante é incentivar a produção de conteúdos midiáticos pelos/as próprios/as estudantes. A elaboração de pequenos vídeos, *podcasts*, relatos digitais ou jornais escolares pode se tornar uma oportunidade para que os educandos compartilhem suas experiências de vida, expressem suas opiniões e discutam temas relacionados aos direitos humanos, às diversidades, ao combate ao racismo, à discriminação de gênero e também à aporofobia. Ao ocupar o lugar de produtores de informação, os/as estudantes da EJA passam a reconhecer o valor de suas próprias histórias e saberes.

Além disso, é importante que as equipes gestoras e os docentes invistam em processos de formação continuada voltados ao uso pedagógico das mídias. A formação docente pode contribuir para ampliar o repertório metodológico dos educadores, possibilitando a construção de práticas pedagógicas mais críticas, participativas e comprometidas com a promoção da justiça social. Dessa forma, a educação midiática deixa de ser apenas uma ferramenta tecnológica e passa a ser compreendida como um instrumento pedagógico voltado à formação cidadã.

Ao chegar ao final desta carta, reafirmo a importância de compreendermos a educação midiática como uma prática pedagógica voltada à emancipação dos sujeitos, ao desenvolvimento do pensamento crítico e à promoção dos direitos humanos. Na EJA, essa abordagem possibilita reconhecer e valorizar a diversidade de experiências, saberes e trajetórias presentes na sala de aula, ao mesmo tempo em que contribui para o enfrentamento de diferentes formas de preconceito e exclusão, inclusive aquelas relacionadas à condição socioeconômica.

Que possamos, portanto, seguir construindo práticas educativas que incentivem o uso crítico e responsável das mídias, ampliem vozes historicamente silenciadas e fortaleçam uma educação comprometida com a dignidade humana, o respeito às diversidades e a defesa dos direitos humanos como princípios fundamentais para a construção de uma sociedade mais justa e democrática. Defender os direitos humanos na educação é afirmar, todos os dias, que nenhuma vida é invisível e que toda história merece ser reconhecida.

Monte Carmelo-MG, 8 de março de 2026.

Viviane de Sousa

Doutoranda em Educação na Universidade Federal de Uberlândia, Minas Gerais, Brasil; servidora técnico-administrativa em educação nessa instituição, campus Monte Carmelo; membro do Grupo de Estudos Tecituras Educativas e do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Docência na Educação Básica e Superior (GEPDEBS). E-mail: viviane.sousa10@gmail.com.

Educação midiática na promoção do antirracismo

Caros/as colegas,

Espero encontrá-los/as todos bem!

Compartilho com vocês um pouco da minha experiência no curso de extensão, na modalidade a distância, "Curso de Aperfeiçoamento em Educação Midiática para Promoção e Defesa dos Direitos Humanos e Diversidades", ofertado pela Universidade Federal de Uberlândia, do qual fui participante.

Minha trajetória na educação ao longo de mais de duas décadas, assim como minha vivência enquanto mulher negra que presencia situações de racismo estrutural no ambiente escolar, motivaram-me a realizar esse curso na busca por compreender melhor a relação entre mídias, direitos humanos e diversidades. Embora a questão racial não estivesse explicitamente destacada na proposta do curso, a ementa despertou meu interesse em conhecer mais profundamente outras formas de exclusão social, bem como o trabalho com os direitos humanos e o papel das mídias nesse contexto.

Durante o curso, tivemos acesso a diversas temáticas relacionadas aos direitos humanos e à educação midiática. O conteúdo foi organizado em seis unidades, além de orientações iniciais sobre a utilização da plataforma. Tivemos contato com conceitos, textos-base, fóruns de discussão – que se tornaram importantes espaços de troca e aprendizagem –, estudos de caso, indicações de leitura e materiais midiáticos complementares, fundamentais para o aprofundamento dos temas abordados. Mesmo quando respondíamos posteriormente às discussões, podíamos acompanhar as contribuições dos/as colegas e aprender com suas experiências e reflexões. Todos esses elementos mostraram-se essenciais para nossa prática pedagógica, sobretudo porque lidamos cotidianamente com muitas das situações discutidas no curso.

Entre todas as unidades, a sexta, que abordava aporofobia, racismo, meio ambiente e direitos humanos, foi a que despertou maior proximidade comigo. Como mulher negra e pesquisadora das relações étnico-raciais desde a graduação, nos anos 2000, identifiquei nessa unidade uma abordagem mais explícita da questão racial, trazendo legislações e indicações de diferentes materiais, como livros, artigos, entrevistas e vídeos. Trata-se de um conjunto de mídias que pode nos auxiliar tanto na ampliação do conhecimento quanto na

construção de argumentos sobre a importância e a relevância desses temas no espaço escolar.

Entre os textos sugeridos, destacam-se *Dispositivo de racialidade: a construção do outro como não ser como fundamento do ser*, de Sueli Carneiro, e *Relações raciais na mídia: um estudo no contexto brasileiro*, de Claudia Rosa, que apontam como a negação da identidade negra foi historicamente construída na representação midiática. Essas reflexões dialogam diretamente com o ambiente escolar, especialmente quando percebemos, por meio de conversas e atitudes, a reprodução de preconceitos difundidos nas redes sociais, na televisão e em outros conteúdos digitais.

Nesse sentido, a educação midiática precisa ser constantemente questionada e pensada como uma aliada no combate ao racismo e na promoção de práticas antirracistas na escola e em outros espaços sociais.

A partir dos materiais acessados durante o curso, sugiro algumas ações que podem fortalecer a educação midiática em direitos humanos, diversidades e antirracismo, como rodas de conversa sobre essas temáticas, sequências didáticas, construção de jogos interativos pelos alunos e produção de materiais midiáticos, como jornais e rádio escolar. Ressalto, contudo, que os materiais disponibilizados precisam ser adaptados à faixa etária de cada turma.

Para nós, educadores/as, proponho também a realização de grupos de estudos por área do conhecimento durante as reuniões pedagógicas semanais da escola. Esses espaços podem favorecer discussões sobre legislações, como o Estatuto da Igualdade Racial, a Lei nº 14.532/2023 e o Decreto nº 10.932/2022, contribuindo tanto para o planejamento das aulas quanto para o fortalecimento do conhecimento necessário ao debate da questão racial em sala de aula.

Espero que este relato chegue até vocês como um convite à busca contínua por aperfeiçoamento, especialmente diante de temas que o cotidiano escolar nos apresenta e para os quais, muitas vezes, não nos sentimos suficientemente preparados por falta de formação ou conhecimento específico.

Considero que este curso foi de grande relevância para minha formação, pois possibilitou reflexões sobre diferentes temáticas, mesmo que aqui eu tenha destacado principalmente a questão racial e o antirracismo. Temas como meio ambiente, gênero e outras formas de exclusão social também foram amplamente



debatidos ao longo da formação. Para lidar com essas questões no contexto escolar, precisamos de conhecimento que nos permita promover uma educação midiática e antirracista de maneira crítica, reflexiva e comprometida com os direitos humanos.

Ituiutaba-MG, 19 de março de 2026.

Viviane Pereira Ribeiro

Doutoranda em Educação na Universidade de Uberaba, Minas Gerais, Brasil (Projeto Trilhas do Futuro Educadores); professora especialista da rede pública estadual de educação de Ituiutaba, Minas Gerais, Brasil; membro do Grupo de Estudos e Pesquisas Trabalho Docente, Tecnologias e Subjetividade (CNPq/UNIUBE). E-mail: vivipr14@gmail.com.